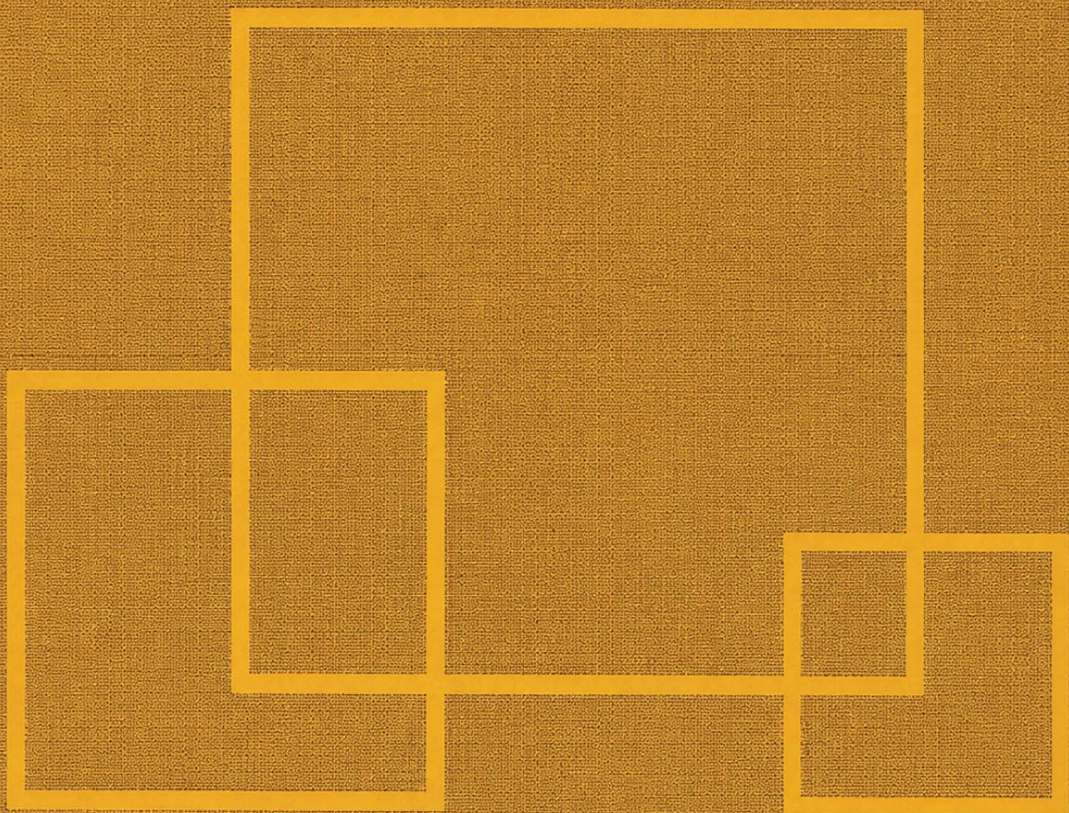




literatura econômica

ipea – Instituto de Planejamento Econômico e Social

volume 7 — número 3

outubro— 1985

literatura econômica

revista quadrimestral do



instituto de planejamento
econômico e social

ISSN 0100-655X

DIRETORES RESPONSÁVEIS

Andrea Sandro Calahi
Presidente do IPEA

Eustáquio José Reis
Superintendente do INPES

Francisco Vidal Luna
Superintendente do IPLAN

Claudio Monteiro Considera
Editor

Fernanda Machado Pinto
Editora-Executiva

Alice Martins de Carvalho
Antonio de Lima Brito
Gilberto V. de Carvalho
Editores-Assistentes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Alcides F. Vilar de Queiroz
Nilson Scuto Maier

A assinatura de LITERATURA ECONÔMICA inclui, além dos números regulares, publicados em fevereiro, junho e outubro, o suplemento bimestral SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS e o ÍNDICE BIENAL, bem como eventuais edições suplementares. Pedidos de números atrasados serão atendidos de acordo com a disponibilidade do estoque.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução das matérias divulgadas, desde que seja citada a fonte.

Os manuscritos devem ser apresentados em duas cópias, datilografadas em espaço duplo, com o máximo de 50 páginas. Todas as citações bibliográficas, no texto, em notas de pé de página ou no final das matérias, deverão seguir à risca as normas da ABNT.

Toda correspondência, manuscritos e doação de publicações devem ser endereçadas a

LITERATURA ECONÔMICA — EDITORIA

Av. Pres. Antônio Carlos, 51 — 15.º andar
Caixa Postal 2672
20.020 — Rio de Janeiro — RJ

O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPEA, Fundação vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, tem por atribuições principais:

I — auxiliar a Secretaria de Planejamento na elaboração dos programas globais de governo e na coordenação do sistema nacional de planejamento;

II — auxiliar a Secretaria de Planejamento na articulação entre a programação do Governo e os orçamentos anuais e plurianuais;

III — promover atividades de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social;

IV — promover atividades de treinamento para o planejamento e a pesquisa aplicada.

O IPEA compreende um Instituto de Pesquisas (INPES), um Instituto de Planejamento (IPLAN), um Instituto de Programação e Orçamento (INOR) e o Centro de Transmissão para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC). Fazem parte do IPLAN três Coordenadorias: Planejamento Geral, Setorial e Regional, além do Centro Nacional de Recursos Humanos.

literatura econômica

volumc 7

outubro 1985

número 3

Sumário

ARTIGOS

Uma Nota Introdutória ao Artigo "Inflação e Desemprego: A Novidade da Dimensão Política", de Milton Friedman	
João da Silva Maia	375
Inflação e Desemprego: A Novidade da Dimensão Política	
Milton Friedman	381
Concorrência e Preços Administrados: Uma Crítica à Teoria do Oligopólio	
Eduardo Augusto de L. Maldonado Filho	409

COMUNICAÇÕES

Teses de Mestrado e Doutorado em Economia	
Isis Carneiro Agarez	439

LIVROS

Relação Classificada	503
Resumos Informativos	516

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Publicações Seriadas	535
Estudos e Pesquisas	540
Referência	547

PESQUISAS ECONÔMICAS

Índices das Pesquisas Concluídas e em Andamento, por Assunto	553
--	-----

EVENTOS

Congresso da Associação Internacional de Economia — Programa	573
--	-----

Publicado por



— Instituto de Planejamento Econômico e Social
INSTITUTO DE PESQUISAS — INPES

Rio de Janeiro

Lit. econ., 7(3):373-574, 1985.

Uma Nota Introdutória ao Artigo “Inflação e Desemprego: A Novidade da Dimensão Política”, de Milton Friedman

JOÃO DA SILVA MAIA *

I

No início dos anos 70, encerra-se o mais longo e continuado período de crescimento das economias capitalistas industrializadas, iniciado imediatamente após a II Guerra Mundial. Neste período, as diversas vertentes do keynesianismo foram amplamente dominantes nos meios acadêmicos e institucionais, a despeito de nos anos 50 já se notar, principalmente nos Estados Unidos, o ressurgimento das teorias pré-keynesianas.

A crise da economia mundial — que se anuncia com a ruptura do sistema monetário internacional em 1971 — agrava-se com o primeiro choque do petróleo em 1973 e aprofunda-se na segunda metade da década de 70, dá origem aos fenômenos de estagflação e depressão com aceleração inflacionária (*slump-inflation*) nos países industrializados, fenômenos esses que até então só eram conhecidos na exótica periferia. Essa crise tem como consequência o abandono gradativo e generalizado dos postulados keynesianos — para alguns representativos de um keynesianismo de há muito bastardo — em direção quer ao “novo monetarismo”, quer ao pensamento “neoclássico”, quer a outros “novos” menos cotados.

Em muito pouco tempo, o “novo monetarismo” se desenvolve de forma avassaladora, seja na academia americana — de onde se origina, tendo como centro irradiador a Universidade de Chicago — seja nos meios institucionais, influenciando de forma explícita a política do Federal Reserve americano, a política econômica do governo inglês e, por último, mas não menos importantes, as políticas dos governos militares do Chile e da Argentina.

* Do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense.

Esta espécie de "contra-revolução monetarista" foi liderada pelo economista americano Milton Friedman, laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 1976.¹ Kaldor (1978) enfatizou a importância desse autor para o movimento ao afirmar que "na verdade, 'o novo monetarismo' é bem mais uma 'revolução de Friedman' do que a 'revolução keynesiana' uma obra solitária de Keynes".

Friedman (1956) publicou seu primeiro trabalho sobre o tema no final dos anos 40 e, na década de 50, deu uma contribuição decisiva para o ressurgimento do monetarismo quando divulgou o *restatment*. Entretanto, só veio a alcançar notoriedade em 1963 com a publicação — em parceria com Anna Schwartz — da história monetária dos Estados Unidos. Neste trabalho, os referidos autores esperam ter encontrado empiricamente, para esse país, uma relação persistente entre as flutuações da oferta monetária e da renda nacional durante o período que se estende de 1867 a 1960. Por exemplo, neste enfoque a severidade da grande depressão americana poderia ser explicada com base no decréscimo da oferta monetária em mais de um terço, no período 1929/32.

As contribuições de Friedman se sucedem, destacando-se a formulação do conceito de taxa natural de desemprego, a formalização de um marco teórico para a análise monetária, e a explicação do surgimento de uma curva de Phillips positivamente inclinada, que pode ser analisada no artigo aqui divulgado.

Friedman e seus discípulos apregoam como método a retomada do caráter positivo das ciências sociais, postulando a existência de uma ciência econômica livre de valores, cuja neutralidade dos resultados das investigações estaria assegurada pelo uso criterioso do instrumental matemático e estatístico. Segundo Kaldor, a escola friedmaniana "usa as regressões de série temporal como se estas fornecessem o mesmo tipo de provas que os experimentos controlados nas ciências naturais" [Kaldor (1978, p. 4)].

Neste ponto, cabe ressaltar que Friedman postula explicitamente a necessidade de endogeneização da política na análise econômica, sem que isto venha a comprometer o caráter científico da mesma.

O "novo monetarismo" logo teve a sua "prova de fogo". Conforme mencionado, na virada da década de 70 ele foi alçado à posição de orientador de políticas governamentais. Isto porque os governos e os bancos

¹ Para uma visão completa sobre este assunto, inclusive a bibliografia completa de Friedman, ver *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, 5 (2):159-84, 1983.

centrais de alguns países adotaram a sua prescrição básica de que se a política monetária se limitasse a garantir uma expansão da oferta monetária estável e modesta manteria os preços estabilizados e eliminaria a instabilidade cíclica da economia. Entretanto, a “nova teoria” não resistiu ao teste, tendo os malogros mais contundentes das experiências do Cone Sul da América Latina sido atribuídos, simplesmente, à falta de credibilidade dos governos junto aos agentes econômicos que, por isto, não acreditavam na seriedade dos seus propósitos.²

Na Inglaterra, a política econômica sob a égide do “novo monetarismo” iniciado em 1979 vem amargando reveses constantes. Mesmo os resultados favoráveis obtidos na contenção do nível de preços são reconhecidamente decorrentes de fatores que não se enquadram na prescrição do “novo credo”. Até na austera Inglaterra, a falta de credibilidade (*sic!*) foi usada como explicação para o mau comportamento da economia.³

Nos Estados Unidos, a história não foi diferente. Em outubro de 1979, o Sr. Volcker, *chairman* do Federal Reserve, anunciou a nova política nos moldes do monetarismo a ser seguida por aquele banco. No final de 1980, as taxas de juros e de inflação ultrapassaram os 20%, e, em 1982, Friedman reconhece o fracasso da experiência monetarista americana e o atribui, mais uma vez, à falta de capacidade das autoridades em adotar uma política propriamente monetarista. Cabe aqui citar o professor Mario Henrique Simonsen (1984) que, referindo-se à teoria das expectativas racionais, afirma que, “como não há dados empíricos sobre credibilidade e expectativas, a teoria safa-se num refúgio escolástico, suficientemente anticientífico para torná-lo não falseável, no jargão de Karl Popper.

Hoje, o “novo monetarismo” parece perder *momentum*. O processo de revisão de uma hipótese pela negação das evidências em comprová-la, que segundo Friedman foi o responsável pelo sepultamento das políticas keynesianas, está agora apontado contra suas próprias hipóteses. A sobrevida da escola friedmaniana decorre, hoje, mais da crise generalizada da teoria frente aos problemas da intrincada economia contemporânea, do que dos seus méritos no campo teórico, ou da sua aplicabilidade aos problemas práticos do mundo atual.

² Para uma avaliação da política monetarista no Cone Sul, ver Bacha (1983).

³ Para uma avaliação da política monetarista na Inglaterra, ver Kaldor (1983 e 1985).

II

O texto de Friedman aqui divulgado é de fundamental importância para a compreensão do pensamento friedmaniano. Nele, aquele autor mostra toda a sua argúcia e poder de persuasão. Impõe uma derrota contundente ao keynesianismo oficial dos anos 60 e deixa a nu todo o empobrecimento da análise autodenominada keynesiana, baseada na curva de Phillips. Esta, oriunda de um trabalho empírico do economista inglês A. W. Phillips, em 1958, que associava variações nos salários nominais a variações no nível de emprego, evolui até assumir o papel de principal iluminador das políticas econômicas a serem adotadas.

A substituição, no eixo vertical, da variação nos salários nominais por variação nos preços, e a proposição da existência do famoso *trade-off* entre desemprego e inflação, que daria aos formuladores de política o poder de escolherem como objetivo tanto uma taxa de inflação (e a partir desta conviverem com um nível de desemprego determinado) como um determinado nível de desemprego e, a partir deste, arcarem com uma taxa de inflação estável, coloca a curva de Phillips numa situação de esquizofrenia, onde a mesma pode ser "neoclássica" ou "keynesiana", dependendo de que ângulo ela é observada.

Friedman não perdoa esta inconsistência e, calcado nos fenômenos empíricos da estagflação, e posteriormente depressão com inflação, trata de expurgar o viés keynesiano da curva de Phillips. O ponto de partida é a aceitação da versão vulgarizada da curva. Neste ponto, já deixa clara sua astúcia como debatedor. Note-se que a substituição da variação nos salários por variações nos preços — legítimo na tradição marshalliana e, portanto, keynesiana — não o é na tradição da teoria quantitativa da moeda friedmaniana. Para esta teoria, preços não se formam por custo mas sim pela quantidade de moeda.

O passo seguinte — o estágio dois da curva de Phillips — é demonstrar como o *trade-off* entre desemprego e inflação só existiria no curto prazo, sendo que no longo prazo teríamos uma curva de Phillips vertical, prevalecendo a hipótese da taxa natural de desemprego.

Qual a explicação dada por Friedman para o fato de as políticas monetária e fiscal poderem, ainda que só no curto prazo, alterar o nível de emprego? *Only surprises matter* é a resposta. Na verdade, para ele o nível de emprego só cresce porque de fato o salário real cai e os trabalhadores, imbuídos de ilusão monetária, o vêem crescendo. O nível de emprego seria determinado pela oferta e demanda de trabalho e tanto a

primeira como a segunda dependem respectivamente — exatamente como na teoria neoclássica — do salário real, só que desta feita do salário real esperado e da produtividade do trabalho. Sob este aspecto é como se Keynes não tivesse escrito o Capítulo II da sua *Teoria Geral*.

Friedman vai adiante em sua conferência e enuncia o estágio três da curva de Phillips, qual seja, a curva positivamente inclinada, no curto prazo, estágio este no qual a intervenção governamental passa de inútil a francamente prejudicial. A explicação reside no fato de a crescente intervenção governamental, ao provocar elevadas taxas de inflação — e, por sua vez, intervenções adicionais —, resultar numa volatilização crescente do nível de preços. Isto acaba por perturbar a sinalização dos preços absolutos em direção aos preços relativos, desorganizando os mecanismos de mercado e provocando uma perda de eficiência da atividade econômica, com o conseqüente aumento do nível de desemprego. A volta à “taxa natural” depende mais uma vez de uma política monetária modesta e austera por parte das autoridades monetárias.

A guisa de conclusão, devemos mencionar o brilhantismo e a força da argumentação de Friedman que, de forma simples, inteligível e direta, dá a impressão de explicar os fenômenos mais candentes da economia atual. Sem dúvida, este mérito inquestionável de Friedman deve ser, em grande parte, responsável pelo êxito da disseminação de suas idéias.

BIBLIOGRAFIA

BACHA, Edmar Lisboa. Elementos para uma avaliação do monetarismo no Cone Sul. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 13 (2) :489-506, ago. 1983.

FRIEDMAN, Milton. The quantity theory of money: a restatement. In FRIEDMAN, Milton. *Studies in the quantity theory of money*. Chicago, The University of Chicago Press, 1956.

KALDOR, Nicholas. The new monetarism. In: *Further essays on applied economics*. Vol. 6. New York, Holmes and Meier, 1978.

———. A falência do monetarismo. *Boletim do IERJ*, Rio de Janeiro, 31, mar./ago. 1985.

The economic consequences of Mrs. Thatcher. Londres, Duckworth, 1983.

PORTO GONÇALVES, A. C. Apresentação do Prêmio Nobel de Economia. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, 5 (2) :159-84, 1983.

SIMONSEN, Mário Henrique. *Inflação inercial, indexação e reforma monetária*. Mimeo. Rio de Janeiro, 1984.

Inflação e Desemprego: A Novidade da Dimensão Política *

MILTON FRIEDMAN **

Prêmio Nobel de 1976

Quando o Banco da Suécia estabeleceu o prêmio para a Ciência Econômica em memória de Alfred Nobel (1968), sem dúvida havia — e ainda há — um ceticismo generalizado entre os cientistas e o público em geral quanto à conveniência de tratar a economia como uma ciência similar à física, à química e à medicina. Estas são consideradas “ciências exatas”, nas quais um conhecimento objetivo, cumulativo e definitivo é possível. A economia e as demais ciências sociais são encaradas mais como ramos da filosofia do que como ciências propriamente definidas, cheias de valores desde o princípio, por lidarem com o comportamento humano.

As ciências sociais, nas quais os cientistas analisam o seu próprio comportamento e o de seus companheiros — que por sua vez estão observando e reagindo ao que os cientistas dizem — não exigem métodos de investigação fundamentalmente distintos dos aplicados às ciências físicas

* O presente artigo corresponde à Aula Nobel por ocasião da entrega do Prêmio Nobel de 1976, outorgado pela Real Academia de Ciências da Suécia. (Copyright The Nobel Foundation 1976).

** Sou bastante agradecido pelos úteis comentários formulados sobre a primeira versão deste ensaio, a Gary Becker, Karl Brunner, Phillip Cagan, Robert Gordon, Arnold Harberger, Harry G. Johnson, S. Y. Lee, James Lothian, Robert E. Lucas, David Meiselman, Allan Meltzer, José Scheinkman, Theodore W. Schultz, Anna J. Schwartz, Larry Sjaastad, George J. Stigler, Sven-Ivan Sundqvist, bem como aos participantes do Seminário sobre a Moeda e os Bancos, da Universidade de Chicago.

Agradeço muito também a minha esposa, Rose Director Friedman, que participou de todas as etapas de preparação deste trabalho, assim como a minha secretária Gloria Valentine, por seu desempenho não só acima como também além de suas obrigações normais.

[Nota do Editor: A tradução é de Ana Beatriz Cerbino, com revisão de João da Silva Maia (do Departamento de Economia da UFF) e de Antonio de Lima Brito (do IPEA/INPES)].

e às biológicas? Elas não deveriam ser julgadas através de critérios diferentes?

I

CIÊNCIAS SOCIAIS E NATURAIS

Eu mesmo nunca aceitei este ponto de vista. Acredito que ele reflita um mal-entendido — não tanto com relação ao caráter e às possibilidades da ciência social, mas sim no que respeita à ciência natural. Em ambas não há um conhecimento real “exato”, somente hipóteses preliminares que nunca podem ser “provadas”, mas que apenas não podem ser rejeitadas. Hipóteses essas nas quais podemos ter maior ou menor confiança, dependendo de aspectos tais como a amplitude do conhecimento que elas contêm relativamente à sua própria complexidade, às hipóteses alternativas, e ao número de ocasiões em que se livraram de uma possível rejeição. Tanto nas ciências sociais quanto nas naturais, o corpo do conhecimento positivo cresce devido à incapacidade de uma hipótese preliminar prever os fenômenos que ela se propõe a explicar, face aos reparos a esta hipótese, até que alguém sugira uma nova que, de forma mais seleta ou mais simples, incorpore os fenômenos em questão, e assim por diante *ad infinitum*. Em ambas, o experimento às vezes é possível e às vezes não (como ocorre na meteorologia). Em ambas, nenhum experimento é sempre completamente controlado, e a prática freqüentemente oferece evidências que são equivalentes a experimentos controlados. Nos dois casos, não há um meio de se ter um sistema fechado e autônomo, nem de se evitar a interação entre o observador e o observado. O Teorema de Gödel em matemática, o princípio da incerteza de Heisenberg em física, a profecia da auto-realização ou da auto-anulação nas ciências sociais, todos exemplificam estas limitações.

É claro que diferentes ciências lidam com diferentes assuntos, possuem diferentes matérias para analisar (por exemplo, a introspecção é uma fonte de evidência mais importante para a ciência social do que para a ciência natural), consideram mais úteis diferentes técnicas de análise, e alcançam graus diferentes de sucesso em prognosticar os fenômenos que estão estudando. Porém essas diferenças são tão grandes entre, digamos, a física, a biologia, a medicina e a meteorologia, quanto entre qualquer uma delas e a economia.

Mesmo o difícil problema de separar os juízos de valor dos julgamentos científicos não é exclusivo das ciências sociais. Recordo-me bem de um jantar numa faculdade da Universidade de Cambridge, ocasião em que eu estava sentado entre um colega economista e R. A. Fisher, o grande estatístico matemático e geneticista. Meu colega contou-me o caso de um aluno que ele orientava em economia do trabalho, o qual, com relação a uma análise sobre a influência dos sindicatos, observou: "Bem, sem dúvida o Sr. X (um outro economista de uma diferente corrente política) não concordaria com isto." Meu colega considerou esta experiência uma terrível acusação à economia porque ilustrava a impossibilidade de haver uma ciência econômica positiva e livre de valor. Viri-me para Sir Ronald e perguntei se tal experiência era realmente exclusiva da ciência social. Sua resposta foi um veemente "não", e passou a contar uma história após outra sobre como conseguia deduzir com precisão posições em genética a partir de opiniões políticas.

Um dos meus melhores professores, Wesley C. Mitchell, convenceu-me da razão básica por que os *scholars* têm todo o tipo de incentivo para se dedicarem a ciências livres de valor, quaisquer que sejam seus próprios valores e por mais intenso que seja o seu desejo em difundi-los e promovê-los. Para recomendarmos uma linha de ação com vistas a se alcançar um objetivo, devemos primeiro saber se essa linha de ação irá, de fato, alcançar tal objetivo. O conhecimento científico positivo que nos capacita prever as conseqüências de uma possível linha de ação é claramente um pré-requisito para o julgamento normativo se aquela linha de ação é a desejada. O Caminho para o Inferno está pavimentado de boas intenções precisamente por causa da desatenção a este aspecto bastante óbvio.

Este ponto é particularmente importante em economia. Muitos países de todo o mundo estão hoje sofrendo uma inflação socialmente destrutiva, um desemprego excepcionalmente elevado, má utilização dos recursos econômicos e, em alguns casos, a supressão da liberdade humana. Isto não ocorre porque pessoas maldosas tenham procurado deliberadamente alcançar esses resultados, nem por causa das diferenças de valores entre seus cidadãos, mas devido aos julgamentos equivocados quanto às conseqüências das medidas governamentais: erros que, pelo menos em princípio, podem ser corrigidos através do progresso da ciência econômica positiva.

Ao invés de continuar com essas idéias de forma abstrata [Discutir os problemas metodológicos mais profundamente na Parte I], ilustrarei o caráter científico positivo da economia, analisando um problema econô-

mico específico que foi do maior interesse para as ciências econômicas durante todo o período do pós-guerra, a saber: a relação entre a inflação e o desemprego. Este problema é um exemplo admirável, pois tem sido uma questão política controversa ao longo desse período. Mesmo assim, a drástica mudança que vem ocorrendo na visão já aceita entre economistas tem sido produzida principalmente pelo método científico de contradizer experimentalmente uma hipótese preliminarmente aceita — o que vem a ser precisamente o processo clássico de revisão de uma hipótese científica.

Não posso apresentar aqui uma análise exaustiva dos trabalhos que têm sido feitos sobre esse assunto, nem tampouco das evidências que levaram à revisão da hipótese. Poderei apenas analisá-los superficialmente, na esperança de transmitir a essência desses trabalhos e das evidências, bem como indicar os itens mais importantes que requerem uma investigação adicional.

Controvérsias profissionais sobre a relação entre inflação e desemprego têm-se entrelaçado com as controvérsias sobre o papel relativo dos fatores monetário, fiscal e outros que influenciam a demanda agregada. Uma trata da maneira como uma variação na demanda agregada nominal, não importa como produzida, mostra seus efeitos através de mudanças no emprego e no nível de preços; as outras tratam dos fatores responsáveis pelas variações na demanda agregada nominal.

As duas questões estão estreitamente relacionadas. Os efeitos de uma mudança na demanda agregada nominal sobre os níveis de emprego e de preços podem não ser independentes da fonte daquela mudança e, reciprocamente, os efeitos dos fatores monetários, fiscais e outros sobre a demanda agregada nominal podem depender da maneira como reagirem os níveis de emprego e de preços. Uma análise completa terá que tratar dos dois problemas conjuntamente, ainda que haja um considerável grau de independência entre eles. Numa primeira aproximação, os efeitos sobre os níveis de emprego e de preços podem depender apenas da magnitude da mudança na demanda agregada nominal, não da sua fonte. Em ambos os casos, a opinião profissional hoje é muito diferente do que era logo após a II Guerra Mundial, isto porque a experiência contestou as hipóteses aceitas preliminarmente. Qualquer um dos casos poderia, portanto, servir para ilustrar minha tese principal, razão por que optei por trabalhar com apenas um deles a fim de manter este estudo dentro de limites razoáveis. Decidi-me pela relação entre inflação e desemprego porque a expe-

riência recente deixa-me menos satisfeito com a adequação dos meus primeiros trabalhos sobre essa relação do que com a dos meus estudos iniciais sobre as forças que produzem mudanças na demanda agregada nominal.

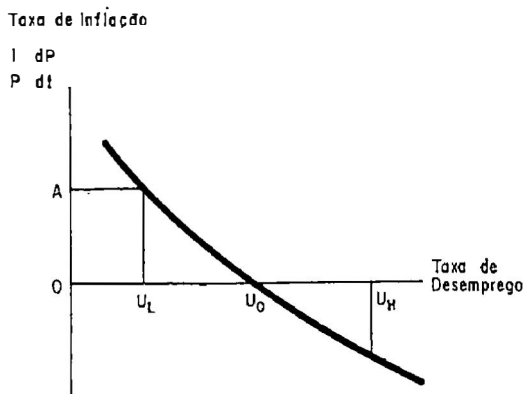
II

ESTÁGIO 2 — CURVA DE PHILLIPS NEGATIVAMENTE INCLINADA

A análise económica da relação entre inflação e desemprego atravessou dois estágios desde o fim da Segunda Guerra Mundial e agora está entrando em um terceiro. O primeiro estágio foi a aceitação de uma hipótese, associada ao nome de A. W. Phillips, de que existe uma relação negativa estável entre o nível de desemprego e a taxa de variação dos salários — altos níveis de desemprego sendo acompanhados de quedas nos salários e baixos níveis de desemprego, por elevação nos salários. A variação de salário, por sua vez, estaria ligada à variação de preço, incorporando o incremento secular da produtividade e tratando o excesso de preço sobre o custo do salário como dado por um fator de *mark-up* aproximadamente constante.

O Gráfico 1 ilustra esta hipótese; nele segui a prática comum de relacionar o desemprego diretamente à mudança de preços, eliminando a etapa intermediária da transformação dos salários em preços.

Gráfico 1
CURVA DE PHILLIPS SIMPLES



De modo geral, esta relação foi interpretada como uma relação causal que possibilitava um *trade-off* estável aos formuladores de política. Eles poderiam escolher como objetivo um baixo desemprego, tal como U_L . Neste caso, teriam que aceitar uma taxa de inflação A . Permaneceria o problema de escolher as medidas (monetária, fiscal, talvez outras) que gerassem o nível de demanda agregada nominal necessário para se alcançar U_L . Porém, se isto fosse feito, não haveria necessidade de se preocupar em manter aquela combinação de desemprego e inflação. Alternativamente, os formuladores de política poderiam escolher como meta uma taxa de inflação baixa ou mesmo a deflação. Neste caso, teriam que aceitar um nível mais elevado de desemprego: U_o para inflação zero e U_h para deflação.

Os economistas, então, trataram de procurar obter a partir de evidências existentes para diversos países e períodos a relação representada no Gráfico 1, a fim de eliminar o efeito de distúrbios externos, esclarecer a relação entre mudanças nos salários e nos preços, e assim por diante. Além disso, pesquisaram os ganhos e as perdas sociais provenientes da inflação, de um lado, e do desemprego, de outro, a fim de facilitar a escolha do *trade-off* correto.

Infelizmente para esta hipótese, as evidências adicionais não se ajustaram a ela. Estimativas empíricas da relação da curva de Phillips foram insatisfatórias. E, o que é mais importante, a taxa de inflação, que parecia ser consistente com um determinado nível de desemprego, não permanecia fixa: nas circunstâncias do período pós-II Guerra Mundial, quando os governos de todos os países procuravam promover o "pleno emprego", a taxa de inflação tendia a aumentar com o decorrer do tempo em todos os países e a variar significativamente entre estes. Observando-se de outra maneira, as taxas de inflação, que haviam sido anteriormente associadas a baixos níveis de desemprego, ocorreram com altos níveis de desemprego. O fenômeno de alta inflação e alto desemprego simultâneos chamou cada vez mais a atenção do público e dos economistas, recebendo o desagradável rótulo de "estagflação". Desde o início, alguns de nós estávamos céticos quanto à validade de uma curva de Phillips estável, mais por questões teóricas do que empíricas [Schultz e Aliber (1966) *Newsweek* (17-10-66) e *American Economic Review* (1968)]. Achávamos que o que importava para o emprego não eram salários em dólares, libras ou coroas, mas salários reais — o que os salários podiam comprar em bens e serviços. Um nível

de baixo desemprego poderia, realmente, significar pressão por um salário real mais alto — porém os salários reais poderiam ser maiores mesmo se os salários nominais fossem menores, desde que os preços baixassem mais ainda. Da mesma forma, um alto nível de desemprego poderia, realmente, significar uma pressão por um salário real menor — mas os salários reais poderiam ser menores, mesmo que os salários nominais aumentassem, desde que os preços aumentassem mais ainda.

Não há necessidade de se supor uma curva de Phillips estável a fim de explicar a aparente tendência de uma aceleração da inflação para reduzir o desemprego. Isto pode ser explicado pelo impacto de mudanças não antecipadas na demanda nominal em mercados caracterizados por contratos (implícitos ou explícitos) de longo prazo envolvendo tanto o capital quanto o trabalho. Os contratos de trabalho de longo prazo podem ser explicados pelo custo de aquisição para os empregadores, de informações sobre os empregados e para os empregados sobre oportunidades alternativas de emprego. Podem ser explicados também pelo capital humano específico que faz com que o valor de um empregado, para um empregador em particular, cresça ao longo do tempo e exceda o seu valor para outros empregadores potenciais.

Só as surpresas importam. Se todos previssem que os preços subiriam, digamos, 20% ao ano, esta previsão seria incorporada aos futuros contratos salariais (e outros) e assim os salários reais se comportariam precisamente como se ninguém tivesse previsto nenhum aumento de preços, e não haveria razão alguma para que a taxa de 20% de inflação seja associada a um nível de desemprego diferente do correspondente a uma taxa zero. Uma mudança não antecipada é muito diferente, especialmente na presença de contratos de longo prazo — eles próprios sendo parcialmente o resultado do conhecimento imperfeito, cujo efeito aumentam e difundem através do tempo. Contratos de longo prazo significam, primeiro, que não há equilíbrio instantâneo de mercado (como ocorre nos mercados de alimentos perecíveis) mas apenas um lento ajustamento de preços e quantidades a mudanças na demanda na oferta (como no mercado de aluguel de imóveis); segundo, que os contratos firmados dependem não apenas dos preços correntes observáveis, mas também dos preços que se espera prevaleçam durante a vigência do contrato.

III

ESTÁGIO 2: A HIPÓTESE DA TAXA NATURAL

Seguindo este raciocínio, nós [em particular, C. S. Phelps e eu. Ver *American Economic Review* (1968) e Phelps (1967 e 1970)] desenvolvemos uma hipótese alternativa que faz distinção entre os efeitos de curto e longo prazo de mudanças não antecipadas na demanda agregada nominal. Parta-se de alguma posição inicial estável e suponha-se, por exemplo, uma aceleração não antecipada da demanda agregada nominal. Isto será visto por cada um dos produtores como uma demanda favorável e inesperada de seus produtos. Em um ambiente no qual estão sempre ocorrendo mudanças na demanda relativa de diferentes bens, o produtor não saberá se esta mudança lhe é específica ou não. Será racional que ele a interprete como pelo menos parcialmente específica e responda a ela procurando produzir mais para vender pelo que agora ele percebe ser um preço de mercado maior que o esperado para uma produção futura. Ele estará disposto a pagar um salário nominal maior do que estaria antes, para atrair trabalhadores adicionais. O salário real que importa para ele é o salário em termos do preço do seu produto e ele percebe que este preço está maior que antes. Um salário nominal mais alto pode, desse modo, significar um salário real mais baixo conforme percebido por ele.

Para os trabalhadores a situação é diferente: o que importa é o poder de compra dos salários, não sobre o bem específico que produzem, mas sobre todos os bens em geral. Tanto eles quanto seus empregadores tendem a ajustar mais vagarosamente seu conhecimento dos preços em geral — porque é mais difícil obter informações a este respeito — do que do preço do bem específico que produzem. Conseqüentemente, um aumento dos salários nominais pode ser interpretado pelos trabalhadores como um aumento dos salários reais e, por esse motivo, suscitar um incremento na oferta de trabalho, ao mesmo tempo que é interpretado pelos empregadores como uma queda nos salários reais, provocando, assim, um incremento na oferta de emprego. Expressos em termos da média de preços futuros previstos, os salários reais estão mais baixos, enquanto que, em termos de preços médios futuros previstos, os salários reais estão mais altos.

Porém esta situação é temporária: basta que a taxa de crescimento da demanda agregada nominal e dos preços continue maior que as expectativas se ajustarão à realidade. Quando isto ocorrer, o efeito inicial desaparecerá, podendo mesmo se inverter durante algum tempo, porque trabalhadores e empregadores se encontram imobilizados por contratos

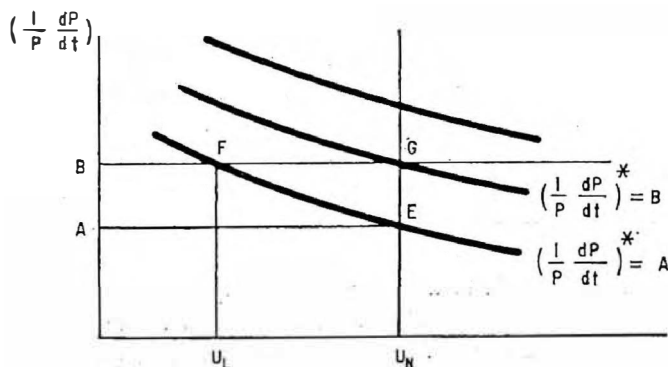
inadequados. Finalmente, o nível de emprego voltará ao que era antes da suposta aceleração não antecipada na demanda agregada nominal.

Esta hipótese alternativa está representada no Gráfico 2. Cada curva negativamente inclinada é uma curva de Phillips, como a apresentada no Gráfico 1, exceto que esta é traçada para uma determinada taxa de inflação prevista ou esperada, definida como a taxa média esperada de mudança de preços, e não como a média das taxas esperadas de mudança individual de preço (a ordem das curvas seria inversa para o segundo conceito). Parta-se do ponto *E* e suponha-se que a taxa de inflação se desloque, por qualquer razão, de *A* para *B*, e aí permaneça. O desemprego inicialmente declinará para U_L no ponto *F*, movendo-se ao longo da curva determinada por uma taxa de inflação U_L prevista $\left(\frac{1}{P} \frac{dP}{dt}\right)^*$ de *A*. À medida que as expectativas se ajustam, a curva de curto prazo se deslocaria para cima, até a curva definida por uma taxa de inflação esperada de *B*. Ao mesmo tempo, o desemprego se deslocaria gradualmente de *F* para *G* [para uma discussão mais completa ver (5)].

Gráfico 2

CURVA DE PHILLIPS AJUSTADA ÀS EXPECTATIVAS

Taxa de Inflação



Esta análise é, sem dúvida, extremamente simplificada. Supõe uma única mudança não prevista, quando na realidade existe um fluxo contínuo de mudanças não previstas; não lida explicitamente com defasagens

ou com previsões exageradas,* nem com o processo de formação das previsões. Mas ela esclarece os pontos-chave: o que importa não é a inflação *per se*, mas a inflação não-prevista; não há um *trade-off* estável entre inflação e desemprego, mas uma "taxa natural de desemprego" (U_N), que é consistente com as forças reais e com as previsões corretas; o desemprego só pode ser mantido abaixo desse nível com uma aceleração da inflação, ou acima dele, através de uma aceleração da deflação.

A "taxa natural de desemprego", um termo que introduzi como análogo à "taxa natural de juros" de Knut Wicksell, não é uma constante numérica mas se apóia em fatores "reais" em oposição aos monetários: a eficácia do mercado de trabalho, o nível de competição ou de monopólio, os obstáculos ou incentivos ao trabalho em várias ocupações, e assim por diante.

A taxa natural de desemprego, por exemplo, vem claramente crescendo nos Estados Unidos por duas razões principais. Em primeiro lugar, as mulheres, os adolescentes e os trabalhadores de meio período vêm se constituindo numa crescente fração da força de trabalho. Estes grupos são mais instáveis nos empregos do que outros trabalhadores, entrando e saindo do mercado de trabalho, trocando mais freqüentemente de emprego. Como consequência, a taxa média de desemprego tende a ser mais elevada entre eles. Em segundo lugar, o seguro-desemprego e outras formas de assistência aos desempregados tornaram-se acessíveis a um maior número de categorias de trabalhadores e mais generosos no que se refere à duração e ao valor. Os trabalhadores que perderam seus empregos sentem-se pressionados para procurar outros, tendendo a aguardar mais, na esperança geralmente realizada de serem chamados de volta aos seus antigos empregos e podendo ser mais seletivos diante das alternativas com que se depararem. Além do mais, o seguro-desemprego torna mais atraente ingressar na força de trabalho e pode, por si mesmo, ter estimulado o crescimento que ocorreu no percentual da força de trabalho, bem como a alteração de sua composição.

Os determinantes da taxa natural de desemprego merecem uma análise mais completa tanto nos Estados Unidos como em outros países. O mesmo ocorre com o significado das cifras de desemprego registradas e com a relação entre estas e a taxa natural. Todas estas questões são da máxima importância para a política pública, mas extravasam, contudo, este meu limitado propósito.

* No original em inglês, *overshooting* [N. do T.].

A conexão entre o nível de emprego e o nível de eficiência ou produtividade de uma economia é outro tema de fundamental importância para a política pública, mas também extravasa meu presente objetivo. Há uma tendência a se considerar um alto nível de desemprego registrado uma evidência do uso ineficiente dos recursos, e vice-versa. Este ponto de vista constitui um erro grave. Um baixo nível de desemprego pode ser sinal de uma economia artificial que está usando seus recursos de modo ineficiente e induzindo os trabalhadores a sacrificarem o lazer por bens que eles valorizam menos que o lazer, ante a crença equivocada de que seus salários reais são maiores do que demonstram ser. Da mesma forma, uma baixa taxa natural de desemprego pode refletir arranjos institucionais que inibem mudanças. Uma economia rígida, altamente estática, pode proporcionar um lugar fixo para todos, ao passo que uma economia dinâmica, altamente progressiva, que oferece oportunidades sempre cambiantes e estimula a flexibilidade, pode ter uma alta taxa natural de desemprego. Para ilustrar como a mesma taxa pode corresponder a condições muito diferentes, tanto o Japão como o Reino Unido tiveram taxas médias baixas de desemprego de, digamos, 1950 até 1970, porém no primeiro ocorreu um crescimento acelerado e, no segundo, uma estagnação.

A hipótese da “taxa natural” ou do “aceleracionismo” ou da “curva de Phillips ajustada às expectativas” — como tem sido diferentemente denominada — é hoje em dia geralmente aceita pelos economistas, mas de modo algum universalmente. Alguns ainda se prendem à curva de Phillips original; um número maior reconhece a diferença entre as curvas de curto e longo prazo, mas consideram mesmo a curva de longo prazo, negativamente inclinada, embora mais vertical que as de curto prazo; alguns substituem uma relação estável entre inflação e desemprego por uma relação estável entre a aceleração da inflação e do desemprego — conscientes, mas não preocupados, com a possibilidade de que a mesma lógica que os levou para uma derivada segunda os levará também para derivadas superiores.

Muitas das atuais pesquisas econômicas são dedicadas à exploração dos vários aspectos deste segundo estágio — a dinâmica do processo, a formação das expectativas e o tipo de política sistemática, caso exista algum que possa ter um efeito previsível sobre magnitudes reais. Podemos esperar um rápido progresso desses tópicos. Uma menção especial deve ser feita ao trabalho sobre as “expectativas racionais”, especialmente as produtivas contribuições de John Muth, Robert Lucas e Thomas Sargent [Gordon (1976)].

IV

ESTÁGIO 3: UMA CURVA DE PHILLIPS POSITIVAMENTE INCLINADA?

Embora o segundo estágio esteja longe de ter sido completamente explorado, muito menos inteiramente absorvido pela literatura econômica, o curso dos acontecimentos já está produzindo um movimento em direção a um terceiro estágio. Nos últimos anos, uma inflação maior tem sido sempre acompanhada por índices mais altos e não mais baixos de desemprego, especialmente no caso de períodos muito extensos. Uma curva de Phillips empírica, simples, para tais períodos aparenta ser positivamente inclinada, e não vertical. O terceiro estágio visa acomodar este fenômeno empírico aparente. Para tanto, suspeito que ele terá que incluir na análise a interdependência entre a experiência econômica e o desenvolvimento político. Terá de tratar ao menos alguns fenômenos políticos não como variáveis independentes — como variáveis exógenas em jargão econômico — mas eles mesmos determinados pelos eventos econômicos — como variáveis endógenas [Gordon (1975)]. O segundo estágio foi fortemente influenciado por dois importantes desenvolvimentos da teoria econômica das últimas décadas — um, a análise da informação imperfeita e do custo de aquisição da informação, onde George Stigler foi o pioneiro; o outro, o papel do capital humano na determinação da forma dos contratos de trabalho, iniciado por Gary Becker. O terceiro estágio será, acredito, fortemente influenciado por um terceiro desenvolvimento importante — a aplicação da análise econômica ao comportamento político, um campo no qual o trabalho pioneiro tem sido também feito por Stigler e Becker, bem como por Kenneth Arrow, Duncan Black, Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, e outros.

A aparente relação positiva entre inflação e desemprego tem sido fonte de grande preocupação para os formuladores da política governamental. Cito aqui um trecho de um recente discurso do Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Callaghan:

“Nós costumávamos pensar que se poderia sair de uma recessão e aumentar o nível de emprego cortando taxas e elevando os gastos governamentais. Devo dizer-lhes, com toda franqueza, que esta opção já não existe — e se ela existiu, funcionou somente pela ... injeção de maiores doses de inflação na economia, seguidas por níveis maiores de desemprego como o próximo passo ... Esta é a história dos últimos 20 anos.” (Discurso na Conferência do Partido Trabalhista, em 28 de setembro de 1976.)

O mesmo ponto de vista está expresso em um documento do governo canadense:

“Uma inflação contínua, particularmente na América do Norte, tem sido acompanhada por um aumento nas taxas de desemprego observadas” (“The way ahead: a Framework for Discussion”, Governo do Canadá, outubro de 1976).

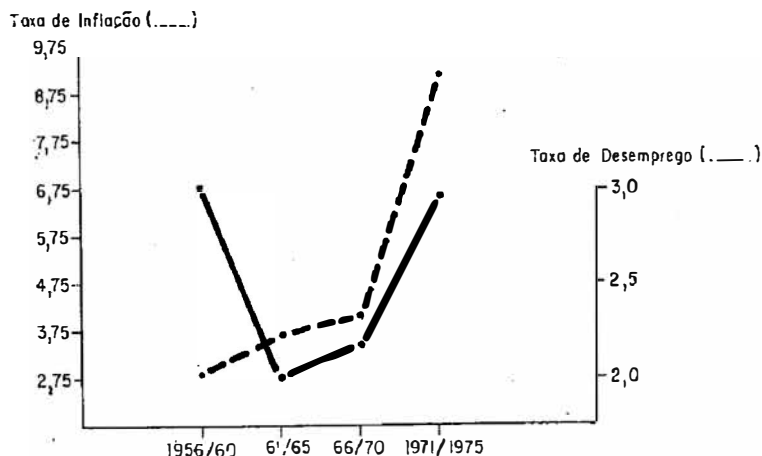
Estas afirmações são notáveis, já que vão diretamente contra as políticas adotadas por quase todos os governos ocidentais ao longo do período pós-guerra.

a) *Algumas Evidências*

Uma evidência mais sistemática das duas últimas décadas é dada na Tabela 1 e nos Gráficos 3 e 4, que mostram as taxas de inflação e desemprego em sete países industrializados nas últimas duas décadas. De acordo com as médias quinquenais da Tabela 1, a taxa de inflação e o nível de desemprego moveram-se em direções opostas — o resultado esperado de uma curva de Phillips simples — em cinco dos sete países entre os dois primeiros quinquênios (1956/60, 1961/65); em apenas quatro dos sete

Gráfico 3

**TAXAS DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO DE 1950 A 1975,
POR QUINQUÊNIO: MÉDIA NÃO-PONDERADA PARA
SETE PAÍSES**



países, entre o segundo e o terceiro quinquênios (1961/65, 1966/70), e somente em um dos sete países, entre os dois últimos quinquênios (1966/70, 1970/75). E mesmo a única exceção — a Itália — não é uma verdadeira exceção. Na realidade, o desemprego foi ligeiramente mais baixo de 1971 a 1975 do que nos cinco anos anteriores, apesar da taxa de inflação ter mais que triplicado. Entretanto, desde 1973 tanto a inflação quanto o desemprego cresceram incisivamente.

As médias para todos os sete países, representados no Gráfico 3, demonstram ainda mais claramente a mudança de uma curva de Phillips negativamente inclinada para uma positivamente inclinada. As duas curvas se movem em direções opostas entre os dois primeiros quinquênios e na mesma direção daí por diante.

TABELA 1

INFLAÇÃO E DESEMPREGO EM SETE PAÍSES, DE 1956 A 1975:
VALORES MÉDIOS PARA QUINQUÊNIOS SUCESSIVOS

DP = Taxa de variação dos preços, em percentagem por ano

U = Desemprego, percentagem da força de trabalho

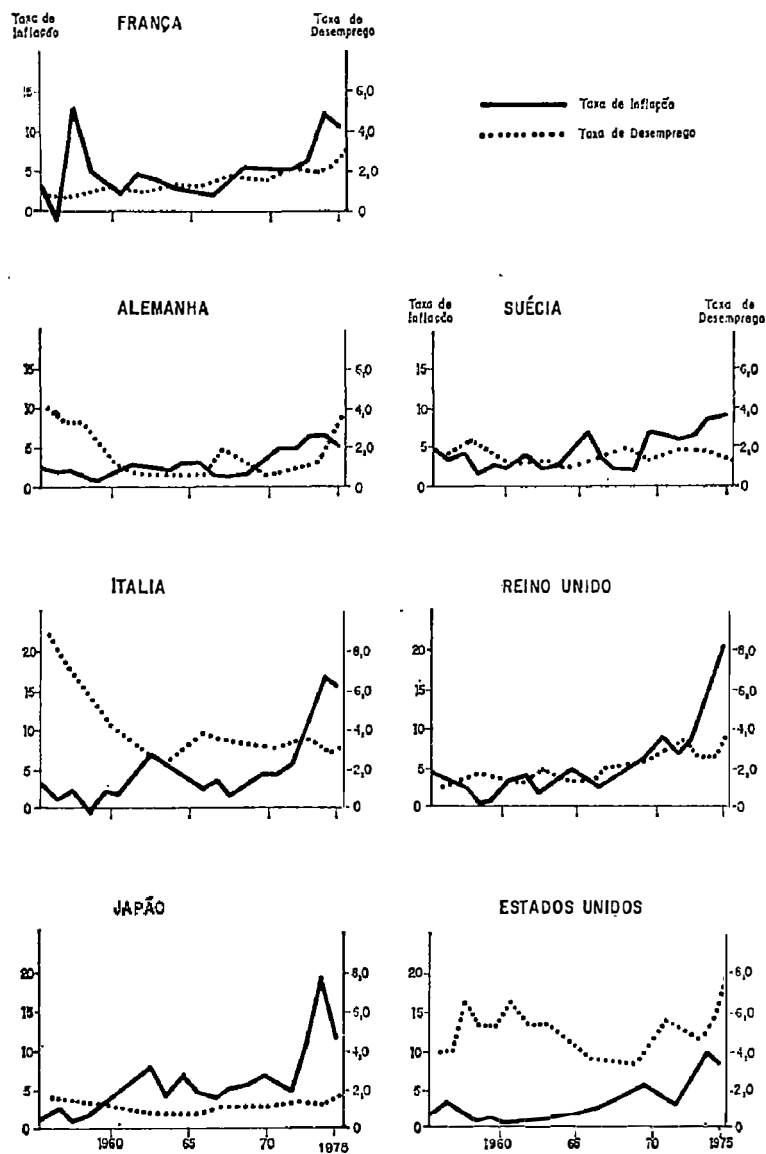
	França		Alemanha		Itália		Japão		Suécia		Reino Unido		Estados Unidos		Média não ponderada	
	DP	U	DP	U	DP	U	DP	U	DP	U	DP	U	DP	U	DP	U
1956 a 1960	5,6	1,1	1,8	2,8	1,9	8,7	1,9	1,4	3,7	1,9	2,6	1,5	2,0	5,2	2,8	3,0
1961 a 1965	3,7	1,2	2,8	0,7	4,9	3,1	6,2	0,9	3,6	1,2	3,5	1,6	1,3	5,5	3,7	2,0
1966 a 1970	4,4	1,7	2,4	1,2	3,0	3,5	5,4	1,1	4,6	1,6	4,6	2,1	4,2	3,9	4,1	2,2
1971 a 1975	8,8	2,5	6,1	2,1	11,3	3,3	11,4	1,4	7,9	1,8	13,0	3,2	6,7	6,1	9,3	2,9

NOTA: DP é a taxa geométrica anual de variação dos preços aos consumidores, calculada para os seguintes quinquênios: de 1955 a 1960, 1960 a 1965, 1965 a 1970 e 1970 a 1975. U é o desemprego médio dos anos indicados na tabela. Em consequência, DP está defasado meio ano em relação a U.

Os dados anuais no Gráfico 4 revelam uma história similar, embora mais confusa. Nos primeiros anos, há uma ampla variação na relação entre preços e desemprego, variando de basicamente nenhuma relação, como na Itália, para uma relação negativa razoavelmente nítida, ano a ano, como no Reino Unido e nos Estados Unidos. Nos anos recentes, entretanto, a França, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha e o Japão mostram uma clara elevação tanto na inflação como no desemprego — embora, para o Japão, a elevação no desemprego é muito menor, relati-

Gráfico 4

INFLAÇÃO E DESEMPREGO EM SETE PAÍSES, ANUALMENTE,
1956 A 1975



vamente à elevação da inflação que nos outros países, refletindo o significado diferente do desemprego no ambiente institucional diferente do Japão. Somente a Suécia e a Itália fogem ao padrão geral.

Sem dúvida, estes dados são, no máximo, sugestivos. Realmente não temos sete conjuntos de dados independentes. Há efeitos de fatores internacionais comuns a todos os países, de maneira que multiplicando-se o número de países não se multiplica proporcionalmente a quantidade de evidências. Particularmente, a crise do petróleo atingiu todos os sete países ao mesmo tempo. Qualquer que tenha sido o efeito da crise sobre a taxa de inflação, perturbou diretamente o processo produtivo e contribuiu para aumentar o desemprego. Tais aumentos dificilmente podem ser atribuídos à aceleração da inflação que os acompanhou; no máximo ambos poderiam ser considerados, pelo menos parcialmente, o resultado comum de uma terceira influência [Gordon (1975)].

Tanto os dados quinquenais quanto os anuais mostram que a crise do petróleo não pode explicar completamente o fenômeno tão claramente descrito pelo Sr. Callaghan. Mesmo antes da quadruplicação dos preços do petróleo em 1973, a maioria dos países mostra uma associação claramente nítida entre uma crescente inflação e um crescente desemprego. No entanto, isto também pode refletir forças independentes, ao invés de uma influência da inflação sobre o desemprego. Por exemplo, as mesmas forças que vêm elevando a taxa natural de desemprego nos Estados Unidos, podem estar operando em outros países e podem explicar a tendência crescente ao desemprego nos mesmos, independentemente das consequências da inflação.

A despeito destas qualificações, os dados sugerem fortemente que pelo menos em alguns países, dentre os quais a Grã-Bretanha, o Canadá e a Itália podem ser os melhores exemplos, uma inflação e desemprego crescentes têm-se reforçado mutuamente, ao invés de se constituírem de efeitos separados de causas distintas. Os dados não são incompatíveis com a constatação inequívoca de que, em todos os países industrializados, altas taxas de inflação têm alguns efeitos que, pelo menos durante algum tempo, contribuem para um maior desemprego. O restante deste ensaio é dedicado a uma exploração preliminar do que possam ser alguns desses efeitos.

b) Uma hipótese preliminar

Eu acho que uma elaboração modesta da hipótese da taxa natural é tudo que é necessário para explicar uma relação positiva entre inflação e desemprego, embora, sem dúvida, tal relação positiva possa ocorrer

também por outras razões. Assim como a hipótese da taxa natural explica uma curva de Phillips negativamente inclinada em períodos curtos como sendo um fenômeno temporário, que desaparecerá quando os agentes econômicos ajustarem suas expectativas à realidade, do mesmo modo uma curva de Phillips positivamente inclinada, em períodos um pouco mais longos, poderá ocorrer como um fenômeno de transição que desaparecerá assim que os agentes econômicos ajustarem, não somente suas expectativas, mas seus aspectos institucionais e políticos a uma nova realidade. Quando isto é alcançado, eu acredito que — como a hipótese da taxa natural sugere — a taxa de desemprego será bastante independente da taxa média de inflação, embora a eficiência na utilização dos recursos possa não sê-lo. Uma inflação alta não significa necessariamente um desemprego excepcionalmente elevado ou excepcionalmente baixo. Contudo, os políticos e institucionais que a acompanham, seja como resíduo da história anterior, ou como produto da inflação em si, tenderão a se contrapor ao uso mais produtivo dos recursos empregados — um caso especial da separação entre o nível de emprego e a produtividade da economia, a que antes se fez referência.

Parece-me que esta concepção é compatível com a experiência de muitos países da América Latina que tiveram que se ajustar a taxas de inflação cronicamente altas — experiência que tem sido analisada com muito discernimento por alguns colegas, particularmente Arnold Harberger e Larry Sjaastad [Harberger (1967)].

Na versão da hipótese da taxa natural resumida no Gráfico 2, a curva vertical se refere a taxas alternativas de inflação plenamente antecipadas. Qualquer que seja essa taxa — negativa, nula ou positiva — poderá ser incorporada a todas as decisões, se plenamente antecipada. Numa inflação prevista de 20% ao ano, por exemplo, os contratos salariais a longo prazo estabeleceriam para cada ano um salário que aumentaria, em relação ao salário correspondente a zero de inflação, apenas 20% ao ano; os empréstimos a longo prazo teriam uma taxa de juros de 20% superior à situação correspondente à taxa nula de inflação, ou um principal que aumentaria 20% ao ano, e assim por diante; resumindo, o equivalente a uma completa indexação de todos os contratos. A alta taxa de inflação teria alguns efeitos reais, ao modificar, por exemplo, os encaixes desejados, mas ela não precisa alterar a eficiência do mercado de trabalho, ou a duração ou os termos dos contratos de trabalho e, portanto, não precisa mudar a taxa natural de desemprego.

Esta análise supõe implicitamente, primeiro, que a inflação é estável ou, no mínimo, que não é mais variável a uma taxa alta do que a uma baixa — de outra maneira, é improvável que a inflação pudesse ser totalmente antecipada, seja com taxas altas ou baixas; segundo, que a inflação é, ou pode ser, não restritiva, se todos os preços são livres para se ajustarem à taxa mais alta, de modo que os ajustes dos preços relativos são os mesmos com uma inflação de 20% ou zero; terceiro, na verdade uma variante do segundo ponto, que não há obstáculos à indexação dos contratos.

Finalmente, se uma inflação com uma taxa média de 20% ao ano prevalecesse por muitas décadas, estas condições estariam bem perto de ser encontradas, razão pela qual estou inclinado a manter vertical a curva de Phillips de muito longo prazo. Porém, se um país parte inicialmente em direção a altas taxas de inflação, afastar-se-á sistematicamente dessas condições, e um período de transição como este poderá se estender por décadas.

Consideremos os Estados Unidos e o Reino Unido, em particular. Durante os dois séculos anteriores à II Guerra Mundial no caso do Reino Unido, e um século e meio no caso dos Estados Unidos, os preços variaram em torno de um nível aproximadamente constante, mostrando aumentos substanciais no período de guerra e declinando no pós-guerra para níveis aproximados dos anteriores a ela. O conceito de um nível "normal" de preços foi profundamente incorporado pelas instituições financeiras e outras de ambos os países e nos hábitos e atitudes de seus cidadãos.

No período que se seguiu à II Guerra, a repetição desta experiência foi amplamente esperada. O fato foi que a inflação do pós-guerra se superpôs à do período de guerra, embora a expectativa, tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido, fosse de deflação. Foi necessário muito tempo para que o medo da deflação no pós-guerra se dissipasse — se é que isso aconteceu — e um período ainda maior, antes que as expectativas comessem a se ajustar à mudança fundamental verificada no sistema monetário. Este ajustamento ainda está longe de se concluir [Klein (1975)].

Na verdade, não sabemos em que consistirá o ajuste quando estiver concluído. Não podemos saber agora se os países industrializados retornarão ao padrão do período anterior à II Guerra, de um nível de preços estável a longo prazo, ou se irão na direção do modelo latino-americano, de taxas de inflação cronicamente altas — com um ocasional surto agudo de super ou hiperinflação, como ocorreu recentemente no Chile e na Argentina [Harberger (1976)] — ou irão sofrer mudanças políticas e eco-

nômicas mais radicais, conduzindo a uma outra solução para a ambígua situação atual.

Esta incerteza — ou, mais precisamente, as circunstâncias que a produzem — leva a distanciamentos sistemáticos das condições requeridas para uma curva vertical de Phillips.

A divergência mais importante consiste no fato de que não é provável que uma alta taxa de inflação seja estável durante as décadas de transição. Ao contrário, quanto maior a taxa, mais variável ela tende a ser. Isto tem sido comprovado empiricamente nas diferentes experiências de diversos países nas últimas décadas [Jaffe e Kleiman (1975) e Logue e Willett (1976)]. É também bastante plausível no plano teórico — tanto para a inflação observada como, até de forma mais clara, para a inflação prevista pelos agentes econômicos. Os governos não têm gerado uma inflação alta como política deliberada e sim em consequência de outras políticas — em particular, as de pleno emprego e de bem-estar, que aumentam o gasto público. Todos eles proclamam sua adesão à meta de preços estáveis. Fazem isto em resposta a seus eleitores, que podem receber bem muitos dos efeitos secundários da inflação, mas ainda estão ligados à noção de moeda estável. Uma explosão inflacionária gera uma forte pressão para contê-la. A política econômica vai de uma direção para outra, encorajando uma ampla variação na taxa efetiva e esperada de inflação. E, é claro, em tais circunstâncias ninguém tem previsões uniformes. Todos reconhecem que há uma grande incerteza sobre o que acontecerá com a inflação efetiva em qualquer espaço futuro de tempo específico [Jaffe e Kleiman (1975) e Meiselman (1976)].

A tendência de uma taxa média de inflação alta vir a ser fortemente variável é reforçada pela influência que ela exerce sobre a coesão política de um país, onde medidas institucionais e contratos financeiros têm sido ajustados para um nível de preços "normal" de longo prazo. Alguns grupos ganham (*e.g.*, os proprietários de imóveis) e outros perdem (*e.g.*, os poupadores e investidores com renda fixa). O comportamento "prudente" torna-se de fato imprudente, e o comportamento "imprudente", torna-se de fato "prudente". A sociedade torna-se polarizada, um grupo é colocado contra o outro, a inquietação política aumenta e a capacidade de qualquer governo governar se reduz, ao mesmo tempo em que aumenta a pressão, exigindo uma ação enérgica.

Uma maior variabilidade da inflação efetiva ou esperada pode elevar a taxa natural de desemprego de duas maneiras bem diferentes.

Primeiro, maior volatilidade reduz a duração ótima dos contratos desindexados e torna a indexação mais vantajosa [Gray (1976)]. Porém, o ajuste requer tempo e, enquanto isso os contratos anteriores introduzem rigidez que reduzem a eficácia dos mercados. É como se fosse somado um elemento adicional de incerteza a todos os acordos de mercado. Além disso, a indexação é, quando muito, um substituto imperfeito para a estabilidade da taxa de inflação. Os índices de preços são imperfeitos, só estão disponíveis com atraso, e geralmente se aplicam a termos de contratos somente com um atraso adicional.

Estes fatos reduzem claramente a eficiência econômica, embora seja menos clara a influência dos mesmos sobre o desemprego registrado. Médias elevadas de estoques de todos os tipos são uma das formas de fazer face ao aumento da rigidez e da incerteza. Mas isto pode significar a manutenção de mão-de-obra ociosa por parte das empresas e um baixo nível de desemprego, ou um maior contingente de trabalhadores trocando de emprego, gerando assim um desemprego elevado. Contratos mais curtos podem significar um ajustamento mais rápido do emprego às novas condições e, portanto, um baixo nível de desemprego, ou a demora no acerto da duração dos contratos pode levar a ajustamentos menos satisfatórios e, conseqüentemente a um alto nível de desemprego. Evidentemente, é necessária muita pesquisa adicional nesta área para esclarecer a importância relativa dos vários efeitos. Quase tudo que podemos afirmar agora é que o ajuste lento dos contratos e as imperfeições da indexação podem contribuir para o aumento verificado no desemprego.

Uma segunda conseqüência da intensa volatilidade da inflação é tornar os preços de mercado um sistema menos eficiente na coordenação da atividade econômica. Uma função fundamental de um sistema de preços, como Hayek (1945) enfatizou tão brilhantemente, é transmitir de forma completa, eficiente e a um baixo custo, as informações de que os agentes econômicos necessitam para decidir o que e como produzir, ou como empregar recursos próprios. A informação relevante é sobre preços *relativos* — de um produto em relação a outro, de serviços de um fator de produção em relação a outro, de produtos em relação aos serviços dos fatores, de preços atuais em relação aos futuros. Porém, na prática, a informação se transmite na forma de preços *absolutos*, seja em dólar, libra ou coroa. Se o nível de preços encontra-se em média estável, ou mudando a uma taxa constante, é relativamente fácil extrair o sinal acerca dos preços relativos a partir dos preços absolutos observados. Quanto mais volátil for a taxa geral de inflação, mais difícil se torna extrair infor-

mações sobre os preços relativos a partir dos absolutos: a transmissão dos relativos comporta-se como se sofresse a interferência de ruídos provenientes da transmissão da inflação [Lucas (1973 e 1975), Harberger (1976)]. No final, o sistema de preços absolutos torna-se quase inútil, e os agentes econômicos se dirigem ou para uma moeda alternativa ou para a troca de mercadorias, com efeitos desastrosos para a produtividade.

Mais uma vez, o efeito sobre a eficiência econômica é claro e o exercido sobre o desemprego, não tanto. Porém, novamente parece plausível que o nível médio de desemprego poderia ser elevado pelo aumento da quantidade de ruído nos sinais de mercado, pelo menos durante o período em que os arranjos institucionais não estivessem ainda adaptados à nova situação.

Os efeitos da maior volatilidade da inflação ocorreriam mesmo se os preços estivessem legalmente livres para se ajustar, isto se neste sentido a inflação fosse não restritiva. Na prática os efeitos perturbadores da incerteza, a rigidez dos contratos voluntários de longo prazo e a contaminação dos sinais dos preços serão quase que certamente reforçados por restrições legais às mudanças de preços. No mundo moderno, os próprios governos são produtores de serviços vendidos no mercado: de serviços postais a uma ampla série de outros itens. Outros preços são regulados pelo governo e necessitam de sua aprovação para mudarem: desde as tarifas aéreas, as de táxis e as de eletricidade. Nestes casos os governos não podem evitar serem envolvidos no processo de fixação de preços. Além disso, as forças sociais e políticas liberadas pelas taxas voláteis da inflação levarão os governos a tentar reprimir a inflação também em outras áreas, seja mediante o controle explícito de preços e salários ou pressionando as empresas privadas ou sindicatos para que "voluntariamente" se restrinjam, seja especulando com divisas estrangeiras para alterar a taxa de câmbio.

Os detalhes variarão de tempos em tempos e de país para país, mas o resultado geral é o mesmo: redução na capacidade do sistema de preços de guiar a atividade econômica; distorções dos preços relativos, provocadas pela introdução de maior fricção, por assim dizer, em todos os mercados; e muito provavelmente o registro de uma taxa de desemprego maior [Keynes (1936)].

As forças que acabo de descrever podem tornar o sistema político e econômico dinamicamente instável e produzir uma hiperinflação e uma mudança política radical, como em muitos países derrotados após a I Guerra Mundial, ou no Chile e Argentina mais recentemente. Alternati-

vamente, antes que qualquer uma dessas catástrofes ocorra, podem ser adotadas políticas que alcançarão uma taxa de inflação relativamente baixa e estável, levando ao desmantelamento de muitas das interferências no sistema de preços. Isto reestabeleceria as condições para a aplicação direta da hipótese da taxa natural, permitindo o seu uso para prever o rumo da transição.

Uma possibilidade intermediária seria que o sistema alcançasse estabilidade com uma taxa média de inflação mais ou menos constante, ainda que elevada. Neste caso, o desemprego deveria também se fixar em um nível mais ou menos constante, significativamente menor que o existente durante a transição. Conforme enfatizado na argumentação anterior, o *aumento* da volatilidade e o *aumento* da intervenção governamental no sistema de preços são as principais forças que tenderão a aumentar o desemprego, e não uma *alta* volatilidade ou um *alto* nível de intervenção.

Formas de enfrentar tanto a volatilidade quanto a intervenção serão desenvolvidas, seja através da indexação e de acordos similares para enfrentar a referida volatilidade da inflação, seja através do desenvolvimento de meios indiretos para alterar preços e salários objetivando evitar o controle governamental.

Nessas circunstâncias, a curva de Phillips de longo prazo seria novamente vertical e voltáramos à hipótese da taxa natural, embora talvez para uma série de taxas de inflação diferente daquela para a qual ela foi inicialmente sugerida.

Uma vez que o fenômeno a ser explicado é a coexistência de alta inflação e alto desemprego, acentuei o efeito de mudanças institucionais produzidas pela transição de um sistema monetário no qual existia um nível "normal" de preços, para um sistema monetário compatível com períodos prolongados de inflação elevada e, possivelmente, altamente variável. Deve ser notado que, uma vez realizadas essas mudanças institucionais e uma vez que os agentes econômicos tenham ajustado suas práticas e expectativas a elas, o retorno ao quadro monetário anterior, ou mesmo a adoção, no novo quadro monetário, de uma vitoriosa política de baixa inflação irá demandar, por sua vez, novos ajustes e estes poderiam ter muitos dos mesmos efeitos adversos de transição sobre o nível de emprego. Surgiria uma curva de Phillips negativamente inclinada a médio prazo, ao invés da positivamente inclinada que tentei desenvolver.

V

CONCLUSÃO

Uma das conseqüências da revolução keynesiana dos anos 30 foi a aceitação de um nível salarial absoluto rígido e de um nível absoluto de preços quase rígido, como ponto de partida para a análise de mudanças econômicas de curto prazo. Postulou-se que esses dados eram essencialmente institucionais e como tal foram considerados pelos agentes econômicos, de modo que as variações na demanda agregada nominal refletir-se-iam quase inteiramente na produção e quase nada nos preços. A antiga confusão entre preços absolutos e preços relativos ganhou uma nova dimensão.

Nesta atmosfera intelectual era compreensível que os economistas analisassem a relação entre o desemprego e os salários *nominais*, ao invés dos reais, e aceitassem implicitamente mudanças nos salários *nominais* esperados como iguais a mudanças nos salários *reais* esperados. Além disso, a evidência empírica que inicialmente sugeria uma relação estável entre o nível de desemprego e a taxa de variação dos salários nominais foi obtida de um período em que, apesar das profundas flutuações dos preços no curto prazo, havia um nível de preços relativamente estável no longo prazo e se compartilhava geralmente a expectativa de continuação da estabilidade. Em conseqüência, estes dados não demonstravam nenhum sinal indicador a respeito do caráter especial das hipóteses.

A hipótese de que há uma relação estável entre o nível de desemprego e a taxa de inflação foi adotada com entusiasmo pelos economistas. Tal hipótese preenchia uma lacuna na estrutura teórica de Keynes. Parecia ser "a equação" sobre a qual o próprio Keynes teria dito: "é a que nos falta" (1936). Além disso, esta hipótese parecia fornecer um instrumento confiável para a política econômica, capacitando o economista a informar ao formulador da política econômica sobre as alternativas disponíveis.

Como ocorre em qualquer ciência, enquanto a experiência parecia compatível com a hipótese reinante, esta continuava sendo aceita embora, como sempre, alguns poucos dissidentes questionassem sua validade. Mas à medida que os anos 50 davam lugar aos anos 60, e estes aos anos 70, ficava cada vez mais difícil aceitar a hipótese na sua forma simples. Pareciam necessárias doses cada vez maiores de inflação para manter baixo o nível de desemprego. A estagflação erguera sua horrenda cabeça.

Fizeram-se várias tentativas de correção da hipótese mediante a inclusão de fatores especiais, tal como a força dos sindicatos. Mas a experiência teimosamente recusou-se a adaptar-se à versão modificada.

Era necessária uma revisão mais radical. Ela veio na forma de uma ênfatização da importância das surpresas — das diferenças entre as magnitudes reais e as esperadas. Ela restabeleceu a primazia da distinção entre as magnitudes "reais" e as "nominais". Há sempre uma "taxa natural de desemprego" determinada por fatores reais. Esta taxa natural tenderá a ser alcançada quando em média as expectativas se realizarem. A mesma situação real é compatível com qualquer nível absoluto de preços ou de mudanças destes, desde que se considere o efeito da mudança dos mesmos no custo real de manutenção de saldos monetários. Neste sentido, a moeda é neutra. Por outro lado, mudanças não esperadas na demanda agregada nominal e na inflação causarão erros sistemáticos de percepção tanto por parte dos empregadores como dos empregados, que inicialmente desviarão o desemprego na direção oposta à sua taxa natural. Neste sentido, a moeda não é neutra. Todavia, tais desvios são transitórios embora possa levar um longo tempo até que eles sejam revertidos e, finalmente, eliminados com o ajuste das previsões.

A hipótese da taxa natural inclui a hipótese da curva original de Phillips como um caso especial e desenvolve uma série mais ampla de experiências, em particular o fenômeno da estagflação. Esta hipótese é hoje amplamente aceita, embora não unanimemente.

Contudo, a hipótese da taxa natural na sua forma atual não demonstrou ser rica o suficiente para explicar um desenvolvimento mais recente — a mudança da estagflação para a *slumpflation*. * Nos anos recentes, um aumento na inflação tem sido freqüentemente acompanhado por um aumento no desemprego — não um desemprego menor como a curva simples de Phillips sugeriria, nem o mesmo desemprego, como sugeriria a hipótese da taxa natural.

Esta recente associação entre maior inflação e maior desemprego pode refletir o impacto comum de eventos tais como a crise do petróleo, ou forças independentes que tenham imposto uma tendência ascendente comum à inflação e ao desemprego.

Todavia, o fator principal em alguns países, e um fator adicional em outros, pode ser o fato de que tais países se encontrem em período de

* Recessão com inflação [N. do T.].

transição — a ser medido em quinquênios ou décadas e não em anos. O público não adaptou suas atitudes nem suas instituições a um novo ambiente monetário. A inflação não tende somente a aumentar mas também a ser cada vez mais volátil e a ser acompanhada por uma ampla intervenção governamental na fixação dos preços. A volatilidade crescente da inflação e o atraso crescente dos preços relativos frente aos valores que as forças de mercado por si sós determinariam combinar-se-iam para tornar o sistema econômico menos eficiente, para introduzir fricções em todos os mercados e, muito provavelmente, para elevar a taxa de desemprego observada.

Segundo esta análise, a situação atual não pode perdurar. Ou se degenerará em hiperinflação e mudanças radicais, ou as instituições irão ajustar-se a uma situação de inflação crônica, ou os governos adotarão políticas que produzirão uma baixa taxa de inflação e uma intervenção governamental menor na fixação de preços.

Contei uma história-padrão de como as teorias científicas são revistas. No entanto, é uma história de importância bem ampla.

A política governamental com relação à inflação e ao desemprego tem estado no centro da controvérsia política. Uma guerra ideológica foi desenvolvida sobre estas questões, embora a mudança drástica ocorrida na teoria econômica não tenha sido resultado desta guerra, não foi resultado de crenças ou objetivos políticos divergentes. Essa mudança respondeu quase que inteiramente à força dos acontecimentos: a cruel experiência provou ser bem mais potente do que as mais fortes preferências políticas ou ideológicas.

A importância do entendimento correto da ciência econômica positiva para a humanidade foi enfaticamente lembrada num pronunciamento feito há aproximadamente 200 anos por Pierre S. du Pont, um deputado representante de Nemours na Assembléia Nacional Francesa, referindo-se, bastante apropriadamente, a uma proposta para a emissão de mais *assignats*, a moeda fiduciária da Revolução Francesa:

Senhores, um costume desagradável, ao qual somos facilmente levados pela aspereza das discussões, consiste na suposição de intenções diabólicas. É necessário sermos complacentes no que se refere às intenções; devemos acreditar que elas são boas e aparentemente o são; mas não devemos ser complacentes em absoluto com a lógica inconsistente ou com o argumento absurdo. Os maus lógicos cometeram mais crimes involuntários que os homens perversos de forma intencional (25 de setembro de 1790).

BIBLIOGRAFIA

- FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: FRIEDMAN, Milton. *Essays in positive economics*. Chicago, University of Chicago Press, 1953.
- . *Inflation: causes and consequences*. Bombaim, Asia Publishing House, 1963. [Republicado em *Dollars and deficits*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1968.]
- . What price guideposts? In: SHULTZ, G. P., e ALIBER, R. Z., eds. *Guidelines: informal contracts and the market place*. Chicago, University of Chicago Press, 1966.
- . An inflationary recession. *Newsweek*, New York, 17-10-66.
- . The role of monetary policy. *American Economic Review*, Nashville, 58:1-17, mar. 1968.
- . *Price theory*. Chicago, Aldine Publishing Co., 1976.
- GORDON, Robert J. Alternative responses of policy to external supply shocks. *Brookings Papers on Economic Activity*, Washington, (1):183-206, 1975.
- . The demand and supply of inflation. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 18 (3):807-86, dez. 1975.
- . Recent developments in the theory of inflation and unemployment. *Journal of Monetary Economics*, Amsterdam, 2 (2):185-219, abr. 1976.
- GRAY, Jo Anna. *Essays on wage indexation*. Tese de Ph. D. não publicada. Chicago, University of Chicago, 1976.
- HARBERGER, Arnold C. Inflation. *The Great ideas Today*, 1976. Chicago, Encyclopaedia Britannica, Inc., 1976.
- . *The inflation problem in Latin America*. Documento preparado para o Encontro do Inter-American Committee of the Alliance for Progress, realizado em Buenos Aires em março de 1976. [Publicado em espanhol com o título "El problema de la inflación en América Latina", pelo Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos,

Boletín Mensual, pp. 253-69, jun. 1966. Republicado pelo Economic Development Institute, *Trabajos sobre desarrollo económico*. Washington, IBRD, 1967.]

HAYEK, F. A. The use of knowledge in society. *American Economic Review*, Nashville, 35:519-30, set. 1945.

JAFFE, Dwight, e KLEIMAN, Ephraim. *The welfare implications of uneven inflation*. Texto para Discussão n.º 50, apresentado no Institute for International Economic Studies. University of Stockholm, nov. 1975.

KEYNES, J. M. *General theory of employment, interest, and money*. Londres, Macmillan, 1936.

KLEIN, Benjamin. Our new monetary standard: the measurement and effects of price uncertainty, 1880-1973. *Economic Inquiry*, Los Angeles, 13 (4) :461-83, dez. 1975.

LOGUE, Dennis E., e WILLETT, Thomas D. A note on the relation between the rate and variability of inflation. *Economica*, Londres, 43 (170) :151-58, maio 1976.

LUCAS, Robert E. Some international evidence on output-inflation tradeoffs. *American Economic Review*, Nashville, 63 (3) :326-34, jun. 1973.

———. An equilibrium model of the business cycle. *Journal of Political Economy*, Chicago, 83 (6) :113-44, dez. 1975.

MEISELMAN, David. Capital formation, monetary and financial adjustments. *Proceedings*. 27th National Conference of Tax Foundation, 1976.

MUTH, John. Rational expectations and the theory of price movements. *Econometrica*, New Haven, 29 (3) :315-33, jul. 1961.

PHELPS, E. S. Phillips curve, expectations of inflation and optimal unemployment over time. *Economica*, London, 34:254-81, ago. 1967.

———. Money wage dynamics and labour market equilibrium. In: PHELPS, E. S., ed. *Microeconomic foundations of employment and inflation theory*. New York, Norton, 1970.

PHILLIPS, A. W. The relationship between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861-1957. *Economica*, Londres, 25:283-99, nov. 1958.

SJAASTAD, Larry A. Monetary policy and suppressed inflation in Latin America. In: ALIBER, R. Z., ed. *National monetary policies and the international financial system*. Chicago, University of Chicago Press, 1974.

Concorrência e Preços Administrados: Uma Crítica às Teorias do Oligopólio *

EDUARDO AUGUSTO DE L. MALDONADO FILHO **

INTRODUÇÃO

O explosivo ritmo do processo inflacionário constitui-se em uma das manifestações mais evidentes da crise por que passa atualmente a economia brasileira. É natural, portanto, que esse fenômeno se tenha tornado objeto de um intenso esforço analítico por parte dos economistas objetivando compreender tanto suas causas como sua dinâmica. Apesar disso, tem havido pouco progresso no entendimento do fenômeno inflacionário, devido, na nossa opinião, à insuficiência do arcabouço teórico geralmente utilizado na análise da realidade capitalista em geral, e desse fenômeno em particular.

Dentre as diversas abordagens existentes, a que atribui importância decisiva ao caráter oligopolista do capitalismo contemporâneo, na explicação do processo inflacionário, aparece com especial destaque. Ela se baseia na concepção de que o capitalismo, nos dias de hoje, superou sua fase concorrencial e encontra-se na oligopolista, monopolista ou financeira. Em outras palavras, aceita-se a idéia de que até o final do século XIX ele se caracterizava pelo seu caráter essencialmente concorrencial. Entretanto, o processo de acumulação e centralização de capital, especialmente a partir dos anos 20, teria determinado o surgimento de importantes setores oligopolizados, os quais, por sua vez, seriam capazes de fixar os preços de seus produtos e, conseqüentemente, de auferir taxas de lucro

* Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Economia realizado em São Paulo, em dezembro de 1984. Agradecemos pelos comentários de Nelson Castan, Pedro S. Bandeira e Roberto Campos de Moraes, feitos a uma versão anterior deste artigo, bem como por aqueles feitos por Claudio Monteiro Considera durante o Encontro da ANPEC. Assumimos, evidentemente, exclusiva responsabilidade em relação às opiniões aqui expressas, bem como pelas incorreções que porventura persistam.

** Economista da Fundação de Economia e Estatística — FEE, do Rio Grande do Sul.

maiores do que as obtidas pelos setores competitivos. As leis concorren-
ciais do capitalismo teriam, pois, se transformado com o aparecimento dos
setores oligopolistas, modificando também a forma como os preços são
determinados.¹ Uma vez que estes setores possuem o poder de fixar os
preços de seus produtos, eles também seriam capazes de proteger suas
taxas de lucro, numa conjuntura recessiva, através da elevação dos preços,
constituindo-se, portanto, em fator inflacionário.

O objetivo deste artigo é, justamente, o de apresentar algumas crí-
ticas às análises que procuram explicar o processo inflacionário a partir
do conceito de preços administrados, *i.e.*, da noção de poder de monopólio.
Desta forma, estamos colocando em discussão conceitos sobre os quais
existe um (quase) consenso entre os economistas, ou seja, estamos ques-
tionando os conceitos de poder de monopólio e, de forma mais específica,
de preços administrados enquanto categorias analíticas capazes de explicar
quer a determinação dos preços, quer o processo inflacionário de forma
mais específica. Deve ficar claro, no entanto, que o desenvolvimento do
modelo analítico alternativo para explicar o fenômeno da inflação e da
determinação dos preços foge ao escopo deste artigo, já que na nossa
opinião este modelo deve ser constituído a partir da concepção clássica do
valor e dos preços de produção.

A argumentação que se segue não significa, de forma alguma, que
discordamos das teorias de oligopólio em relação à descrição dos fenô-
menos. Assim, por exemplo, nossa discordância em relação à teoria de
determinação dos preços não está relacionada ao princípio dos custos
plenos, ou *cost-plus*, mas sim à concepção de que este princípio só
pode ser explicado a partir da noção de poder de mercado que as empresas
oligopolistas possuem. Na nossa opinião, a fixação dos preços segundo o
método do *mark-up*, ou de quaisquer de suas variantes, reflete, de fato,
a determinação dos preços pelo valor trabalho sob condições concorren-
ciais, tema que, no entanto, não será aqui discutido.

¹ Não cabe discutir, no presente trabalho, esta concepção de forma mais detalhada,
mas gostaríamos de deixar claro que não concordamos com ela. Esta questão nos parece
bem colocada por Clifton (1977, p. 4): "Dado que o capitalismo é ele próprio um
modo de produção sujeito a desenvolver-se, uma questão decisiva precisa ser resolvida
antes que uma teoria geral de preços baseada em um conceito de concorrência possa
ser concebida. Um modo de produção desdobra-se com o passar do tempo, gradual-
mente desenvolvendo suas próprias tendências e características ou, ao contrário, ele
emerge de outro período histórico em sua forma mais pura ou mais desenvolvida e
torna-se cada vez mais imperfeito com o seu próprio desenvolvimento?"

O presente artigo está dividido em duas partes. Na primeira, indicaremos como a noção do poder de monopólio surge a partir da concepção de concorrência desenvolvida pela escola neoclássica e, por outro lado, salientaremos as diferenças entre as concepções clássica e neoclássica do processo concorrencial intercapitalista. Estas duas concepções são radicalmente diferentes, como veremos adiante. Na segunda parte, faremos uma breve revisão da controvérsia sobre os preços administrados, procurando revelar a insuficiência das teorias do oligopólio para compreender a determinação dos preços e, em especial, de seu alegado caráter inflacionário nos períodos recessivos. Argumentaremos, também, quanto à necessidade de abandonar a concepção neoclássica em favor da clássica para compreender a determinação dos preços no capitalismo.

PARTE 1 — CONCORRÊNCIA E A NOÇÃO DE PODER DE MONOPÓLIO

1.1 — A Determinação dos Preços em Condições Concorrenciais: A Insuficiência da Abordagem Marshalliana

Como é do conhecimento geral, a interação das curvas de oferta e demanda determina o preço de mercado para um dado produto. Este preço, em condições concorrenciais, constitui-se em um parâmetro para as empresas individuais, que, com vistas a maximizarem seus lucros, tratam de ajustar as quantidades produzidas de forma a compatibilizar o custo marginal com o preço do mercado. Esta solução baseia-se na existência de duas condições: concorrência perfeita e *coeteris paribus* (isto é, a solução de um mercado é relativamente independente dos demais).

As características necessárias e suficientes para distinguir um mercado perfeitamente competitivo são as seguintes: (a) os agentes econômicos apresentam um comportamento maximizador de lucros (empresas) ou de utilidade (consumidores); (b) existe um "grande número" de vendedores e compradores, de tal forma que nenhum participante individual tenha influência significativa sobre o mercado (o que implica não haver colusão no mercado); (c) existe perfeita mobilidade e divisibilidade dos recursos econômicos; (d) todos os agentes possuem informações completas; e (e) as firmas geram produtos homogêneos. É evidente que nunca houve, por parte dos economistas neoclássicos, a suposição de que todas estas

condições ocorressem na realidade. Os desvios existentes eram vistos como mera fricção, que atrapalhava mas não impedia a obtenção da solução de equilíbrio. No entanto, a grande depressão dos anos 30 demonstrava, de forma inequívoca, que o capitalismo não se comportava segundo as expectativas da teoria neoclássica. O resultado desta “crítica do real” foi, por um lado, o de estimular a realização de pesquisas empíricas com vistas a conhecer melhor a “nova realidade” e, por outro lado, a tentativa — através da crítica à teoria da concorrência perfeita e dos resultados obtidos nos estudos empíricos — de formular teorias capazes de refletir esta “nova realidade”.

Na concepção neoclássica, o monopólio é definido pela existência de apenas uma empresa em um dado mercado, o que implica que esta tem controle sobre a produção e preços, ou seja, a empresa monopolista é fixadora de preços. Uma das características essenciais do monopólio é justamente o fato de que a empresa monopolista tem o poder, dentro de certos limites, de fixar seus preços, ou seja, de fazer com que exista uma política de preços. Em condições concorrenciais, por sua vez, as empresas são passivas em relação aos preços, sendo simplesmente tomadoras de preços (*price takers*). O poder de influenciar na determinação dos preços aparece, neste contexto teórico, como se constituindo em um “poder de monopólio” (ou monopolista). Em condições concorrenciais este inexistente, porque a produção de cada empresa é tão pequena em relação ao mercado que as alterações no nível de sua produção não são suficientes para alterar, de forma significativa, os preços de mercado. Monopólio e concorrência perfeita se constituem nas estruturas de mercado necessárias para a análise da determinação de preços. No entanto, a constatação de que na realidade as empresas exercem certa influência nessa determinação, mesmo quando o número de concorrentes é grande, é indicativa — neste contexto teórico — da existência de elementos monopolistas nos mercados, que não podem ser ignorados no plano teórico.

A crítica de Sraffa (1926) ² foi particularmente importante para o subsequente desenvolvimento das teorias da concorrência imperfeita e oligopolista. Naquele artigo, ele argumentava que a teoria marshalliana de

² “Parece, então, existirem apenas três rotas alternativas em potencial para a elaboração da teoria dos preços: primeiro, atribuir importância geral ao caso de rendimentos constantes (que se constitui na solução indicada por Sraffa em seu artigo “Su le relazioni fra costo e quantità prodotta”, de 1925); segundo, o reconhecimento do inter-relacionamento geral entre os custos de produção das várias indústrias e da análise dessas inter-relações através de um sistema de equilíbrio económico geral (que, segundo muitos

determinação dos preços era inconsistente porque: (a) "Na curva de oferta, se a quantidade produzida da mercadoria considerada é alterada, não apenas seu próprio preço mas os preços de muitas outras mercadorias são também alterados, e a curva de oferta baseada no princípio *coeteris paribus* perde a sua validade" [Sraffa, *apud* Roncaglia (1978, p. 11)]...; e (b) o pressuposto da concorrência perfeita é incompatível com a existência de rendimentos crescentes associados com a expansão da escala de produção da empresa individual (essa inconsistência é conhecida na literatura como o "Dilema de Marshall"). Em outras palavras, Sraffa demonstrou, por um lado, que as imperfeições existentes no mercado não podem ser consideradas como meras fricções que não impedem a obtenção de uma solução de equilíbrio, uma vez que elas se constituem, na verdade, em forças ativas e relativamente estáveis, cuja influência se faz sentir na solução de equilíbrio a ser alcançada e, por outro lado, que existe incompatibilidade do pressuposto de concorrência perfeita com as economias de escala. A solução proposta por Sraffa no citado artigo foi a seguinte: "É necessário, portanto, abandonar o caminho da livre concorrência e voltar-se na direção oposta, a saber, na direção do monopólio. Aqui nós encontramos uma teoria bem definida, na qual variações de custo, associadas com variações na dimensão da empresa individual, desempenham um papel importante" [Sraffa (1926, p. 187)]. Portanto, a teoria da determinação dos preços deveria ser construída a partir da incorporação das imperfeições de mercado no corpo da teoria, já que "pode-se provar que tão logo qualquer imperfeição é introduzida em um sistema de concorrência ... o equilíbrio é alcançado de forma extremamente similar àquela do monopólio e muito diferente daquela da concorrência" [Sraffa, *apud* Roncaglia (1978, p. 13)].

Os estudos empíricos, por outro lado, revelaram de forma clara que os setores industriais se caracterizavam, em geral, pela presença de um pequeno número de concorrentes, expresso pelo elevado grau de concentração da produção; pela presença de preços administrados [Means (1935)]; pela existência de diferenciais de taxas de lucro entre os setores oligopolizados e competitivos [Bain (1951)]; pelas indicações de que os empresários

intérpretes, foi a solução desenvolvida por Sraffa em *Production of commodities by means of commodities*, mas que Roncaglia desautoriza por ver neste trabalho de Sraffa uma solução completamente original, debate este que não será desenvolvido por nós neste artigo); terceiro, abandonar completamente a hipótese de concorrência perfeita, baseando-se a análise nos elementos de imperfeição que estão sempre presentes na realidade (que se constitui na solução proposta por Sraffa no seu artigo de 1926)" [Roncaglia (1978, p. 12)].

fixam os preços segundo o princípio do custo total, ou de alguma de suas variantes; ou seja, que as empresas não têm por meta a maximização dos lucros no curto prazo, mas que seu objetivo mais geral é obter uma "razoável" taxa de lucro [Lanzillotti (1958)]. Em outras palavras, os estudos empíricos demonstraram, acima de qualquer dúvida, que os pressupostos do modelo de concorrência perfeita eram por demais irrealistas para caracterizar os setores industriais.

O irrealismo dos pressupostos da concorrência perfeita, revelado pelos citados estudos empíricos e, mais concretamente, pela grande depressão dos anos 30, e aliada à crítica teórica — que demonstrava a impossibilidade de as imperfeições de mercado serem relegadas a um segundo plano — indicava o caminho a ser seguido: a construção de teorias mais realistas que refletissem a existência de elementos concorrenciais e monopolistas num mesmo mercado; ou seja, "as teorias de preços têm seguido, em geral, dois caminhos extremos (*i.e.*, concorrência perfeita e monopólio), sem reconhecimento (consciente) de um caminho intermediário" [Chamberlin (1969, p. 4)].

1.2 — O Poder de Monopólio e a Determinação dos Preços: A Teoria do Oligopólio

O objetivo desta seção é tão-somente indicar as linhas gerais do desenvolvimento teórico que parte do conceito de estrutura de mercado — concorrência perfeita e monopólio — com a finalidade de construir teorias de determinação de preços mais realistas. O fato de denominarmos estes desenvolvimentos teóricos de neoclássicos (o que, provavelmente, causará certa indignação em vários círculos) deve-se a que estes esforços são feitos justamente a partir do conceito, de origem neoclássica, da estrutura de mercado. Discutiremos este ponto adiante.

O surgimento das teorias da concorrência imperfeita (monopolista) teve uma rápida e entusiástica acolhida, pois parecia ser a solução para as dificuldades da teoria neoclássica do valor, não só por permitir uma solução adequada ao "dilema de Marshall", mas também por seu caráter mais realista. No entanto, suas limitações logo ficaram aparentes, tanto no plano lógico como também, e principalmente, no aspecto empírico. Afinal, as características básicas dos setores industriais estão mais relacionadas com a existência de um "pequeno número" de empresas em um dado mercado do que com a existência da diferenciação dos produtos.

Dessa forma, o "grau de monopólio", ou o poder que as empresas possuem de influenciar na fixação de seus preços, está associado principalmente ao caráter oligopólico dos mercados. Portanto, a análise do oligopólio torna-se central para o entendimento da determinação dos preços, dos diferenciais de taxa de lucro, da rigidez dos preços, etc. Como afirma Labini (1966, p. 28): "a teoria do oligopólio constitui, em relação à teoria da concorrência imperfeita, uma aproximação ulterior à realidade".

A existência de um certo poder de monopólio, por parte das empresas, na fixação dos preços decorre, neste contexto teórico, da interdependência entre as empresas que compõem o oligopólio. Esta interdependência, por sua vez, resulta da existência de um "pequeno número" de concorrentes. Na concepção neoclássica "concorrência é uma questão sobre o número e tamanho dos concorrentes. Consequentemente, é uma questão trivial de quantos vendedores ou quantos compradores existem para uma dada mercadoria. Se existem 'muitos', nós temos concorrência; se existem 'poucos', temos concorrência 'restringida', 'limitada' ou 'monopolística'. E se, infelizmente, existe apenas um vendedor (comprador), temos monopólio [monopsônio], (podendo dizer que esta é a teoria quantitativa da concorrência)" [Weeks (1981, p. 153)].

Cabe ressaltar, no entanto, que o poder de monopólio das empresas oligopolistas na fixação de seus preços está também relacionado com a existência de barreiras à entrada de novos concorrentes. Caso contrário, a fixação de preços acima daquele que seria obtido em condições de concorrência perfeita, cujo resultado emerge com a obtenção de taxas de lucro mais elevadas do que a média, resultaria na entrada de novas empresas neste mercado, o que forçaria uma redução dos preços e das taxas de lucro. Assim, as barreiras à entrada se constituem num aspecto essencial do oligopólio. A origem das barreiras também está em grande parte associada ao "pequeno número" de grandes empresas que participam do oligopólio, isto é, ao elevado grau de concentração da produção. Dito de outra forma, o elevado grau de concentração da produção permite o surgimento do poder de fixação de preços por parte das empresas líderes não só porque no interior do oligopólio existe interdependência entre as empresas, mas também porque ele gera barreiras à entrada de concorrentes potenciais — são exemplos, geralmente citados, de barreiras à entrada as economias de escala, a diferença de custo absoluto e a diferenciação de produtos.

O que queremos ressaltar, neste contexto, tendo em vista os objetivos deste trabalho, é que a teoria do oligopólio, em suas diversas variantes,

tem como paradigma os conceitos (neoclássicos) de concorrência perfeita e monopólio. A construção de modelos teóricos alternativos, através da especificação de estruturas de mercado que sejam mais próximas daquelas existentes na realidade (isto é, na verdade, a forma de avançar no conhecimento de determinação dos preços que emerge do paradigma neoclássico), é feita a partir de modificações nos pressupostos da concorrência perfeita, como forma de torná-los mais realistas. A teoria da concorrência monopolista, por exemplo, abandona o pressuposto da homogeneidade dos produtos e, a partir da sua diferenciação, desenvolve seu esforço teórico de explicar a determinação dos preços em condições mais gerais. A diferenciação dos produtos aparece como "o principal obstáculo que impede o livre funcionamento da concorrência mesmo onde esta parece predominar, e que ao mesmo tempo torna possível a existência de um equilíbrio estável, mesmo quando a curva de oferta para os produtos de cada firma individual é descendente" [Sraffa (1926, p. 190)]. Na teoria do oligopólio, por sua vez, rejeitam-se hipóteses da perfeita mobilidade dos recursos e da existência de um "grande número" de concorrentes em favor das hipóteses, mais realistas, da existência de barreiras à entrada e da existência de um "pequeno número" de concorrentes. Essas novas hipóteses explicam o poder de fixação dos preços por parte das empresas oligopolistas. Estas condições não são capazes de, por si só, explicar a determinação dos preços; elas apenas explicam o surgimento do poder de fixação dos preços existentes em condições oligopólicas, cujas teorias serão consideradas adiante. Como Semmler (1983, p. 16) indica, "uma vez aceita a teoria da concorrência perfeita, a noção de poder de monopólio ou oligopólio é determinada antecipadamente pelas hipóteses da teoria. Desvios entre os preços atuais e 'competitivos' e a existência de diferenciais de taxas de lucro parecem ser explicados desta forma.

Apesar do maior realismo das teorias de oligopólio em relação à teoria da concorrência imperfeita (e perfeita), sua incapacidade em explicar a realidade é por demais evidente. No plano teórico, o "desenvolvimento" observado consistiu simplesmente na construção de modelos distintos, descritivos de situações oligopólicas que ocorrem na realidade. Baumol (1958, p. 253) expressa, de forma clara: "o modelo de oligopólio que é apresentado neste artigo não pretende ser geral. Ele apenas objetiva descrever, aproximadamente, o comportamento atual de um grupo de empresas e não há dúvida de que em outras épocas e circunstâncias esta análise pode tornar-se totalmente inaplicável". Que este desenvolvimento teórico não levaria a bons resultados, isto é, que não permitiria um

avanço na compreensão do processo concorrencial intercapitalista, já havia sido indicado por Galbraith (1948, p. 22): "Edgeworth e Cournot, e nesta linha teórica Chamberlin, apenas derivaram as soluções de mercado que decorrem de duas ou três, dentro de um número quase infinito de possíveis combinações de comportamento. Acontece que eles não estavam propondo uma teoria de duopólio ou oligopólio, mas expondo alguns exemplos. Pouco progresso tem sido alcançado na análise do oligopólio através deste caminho e pouco pode ser esperado". Mas qual, então, seria o caminho a ser seguido para a elaboração de uma teoria da concorrência intercapitalista? Na nossa opinião, como indicaremos a seguir, a solução para este impasse está no abandono da concepção neoclássica de concorrência e o retorno ao conceito de concorrência dos economistas clássicos e, em especial, de Marx. Tendo em vista os objetivos deste trabalho e as limitações de espaço e do próprio autor, não será possível desenvolver de forma adequada este tema: deixamos apenas indicado o caminho que julgamos apropriado para a compreensão do processo concorrencial intercapitalista e da determinação dos preços

1.3 — As Limitações da Teoria do Oligopólio como Expressão da Concorrência Intercapitalista

Na visão neoclássica, o conceito de concorrência perfeita tem sua origem nas idéias, ainda não devidamente sistematizadas, apresentadas pelos economistas clássicos, em especial por Adam Smith, sobre o processo concorrencial intercapitalista. Como afirma Stigler (1957, p. 5), "os primeiros passos no aprimoramento analítico do conceito de concorrência foram dados pelos economistas matemáticos", tendo sua elaboração definitiva sido realizada por Knight (1971) [1.^a ed. 1921]. Ou seja, as condições necessárias ao processo concorrencial postuladas por Adam Smith³

³ Segundo Stigler (1957, p. 2), "Smith apresentava cinco condições para a concorrência: (i) os rivais têm que agir independentemente, e não de maneira colusiva; (ii) o número de rivais, tanto presentes como potenciais, deve ser suficiente para eliminar os ganhos extraordinários; (iii) os agentes econômicos precisam possuir conhecimento razoável das oportunidades de mercado; (iv) tem que haver liberdade (de constrangimentos sociais) para agir segundo estes conhecimentos; e (v) deve decorrer um espaço de tempo suficiente para que os recursos fluam nas direções e quantidades desejadas pelos seus proprietários".

tornam-se, ao final deste processo de aprimoramento desenvolvido pelos economistas neoclássicos, rigorosamente definidas.⁴

Vejamos, em primeiro lugar, quais são as principais contribuições dos economistas neoclássicos para o aprimoramento do conceito de concorrência. Para os clássicos, as empresas individuais “administravam” seus preços como forma de responder às pressões da concorrência, ou seja, em condições concorrenciais as empresas não se caracterizavam por serem tomadoras de preços (*price takers*). Ao contrário, elas são, dentro dos limites impostos pela concorrência, fixadoras de preços. Este fato, no entanto, não indicava a existência de poder de monopólio por parte das empresas, conforme indica, por exemplo, McNulty (1968 e 1975). Na concepção neoclássica, o preço torna-se, para a empresa individual sob condições concorrenciais, um parâmetro. As empresas são passivas em relação aos preços, já que não têm poder de influenciá-lo. A possibilidade de a empresa influenciar na determinação dos preços refletiria a existência de um poder de monopólio de sua parte. Esta noção neoclássica surge, segundo Stigler (1957, p. 5) na análise da maximização dos lucros quando a seguinte questão aparece: “Como a receita (digamos p e q) varia com a quantidade produzida (q)? A resposta natural é definir concorrência como aquela situação na qual p não varia com q , e onde a curva de demanda da firma é horizontal”.

Outra contribuição importante se relaciona com o conceito de estrutura de mercado. Na concepção clássica, a concorrência não estava associada ao conceito de mercado. A unificação destes dois conceitos aparece nas obras de Jevons e Edgeworth e se constitui no elemento fundamental da análise neoclássica. Segundo McNulty (1968, p. 644), “o aparecimento da idéia de concorrência enquanto estrutura de mercado, foi uma contribuição própria da economia neoclássica”. Dessa forma, o conceito de “concorrência” foi concebido como um conceito subsidiário ao de “mercado” [McNulty (1968, p. 645)].

Cabe também destacar que a necessidade de se postular a existência de um grande número de participantes — na verdade, um número infinito — é uma exigência gerada pela própria teoria neoclássica como forma de assegurar que as empresas sejam tomadoras de preço. Como Farwell (1980, p. 20) observa, esta proposição “decorre dos requerimentos lógicos da

⁴ Ver a p. 412.

teoria neoclássica do valor, uma teoria cuja própria substância está na determinação dos preços através da solução obtida no mercado decorrente das ações individuais. Este é, portanto, um conceito gerado pela própria teoria”.

Finalmente, deve-se ressaltar que, na concepção clássica, a concorrência é concebida em termos dinâmicos, ou seja, “como um processo ativo” [McNulty (1975, p. 398)] no qual as noções de rivalidade e de comportamento empresarial são elementos essenciais desta concepção. Para os economistas neoclássicos, por outro lado, a concorrência é concebida em termos da situação resultante deste processo, ou seja, como uma situação de equilíbrio.⁶

Essas considerações nos parecem suficientes para refutar a interpretação segundo a qual o conceito de concorrência perfeita se constitui em um aprimoramento das idéias expostas pelos economistas clássicos. Na verdade, os conceitos de concorrência dos economistas clássicos e neoclássicos são fundamentalmente distintos. Dentro do paradigma neoclássico, a variação dos preços, por parte de uma empresa, com vistas a aumentar as vendas é indicativa de que esta empresa possui um certo poder de monopólio. Este não é, porém, o caso no entender dos economistas clássicos: “O conceito de concorrência de Smith sem dúvida não era aquele no qual a empresa era passiva em relação ao preço, mas sim aquele no qual o mercado se movia em direção ao equilíbrio através das respostas ativas de preços dos seus vários participantes” [McNulty (1975, p. 397)]. Portanto, o poder que as empresas individuais possuem para fixarem, dentro de certos limites, o preço de seus produtos — e o exercício deste poder — representam uma demonstração da existência do poder monopolista apenas dentro do paradigma neoclássico. Na concepção clássica, por sua vez, isto é apenas um indicativo da existência do processo concorrencial.

O caráter eminentemente estático do conceito de estrutura de mercado — “the distinguishing contribution of neoclassical economics” — o impossibilita de captar a dinâmica da concorrência intercapitalista. A sua incapacidade fica evidenciada pelos maus resultados obtidos pela teoria de oligopólio, em suas diversas variantes, na análise da crise por que atualmente passa o capitalismo a nível mundial.

Finalmente, cabe mencionar a questão dos diferenciais das taxas de lucro entre os setores econômicos. A existência de diferenciais persistentes

⁶ Ver Garagnani (1976) para uma interessante discussão sobre as diferenças no conceito de equilíbrio entre os economistas clássicos e neoclássicos.

estaria, segundo as teorias do oligopólio, a indicar que o processo competitivo é, de alguma forma, obstruído o que certamente reprovava a concepção clássica de concorrência. Em outras palavras, se não existe uma tendência à equalização das taxas de lucro — como, por exemplo, Bain (1951) argumenta — a concepção clássica seria incompatível com a realidade contemporânea do capitalismo em sua atual fase de desenvolvimento. No entanto, estudos realizados por economistas conservadores americanos nos anos 70 — por exemplo Brozen (1971a, 1971b e 1971c) e Demsetz (1973a, 1973b) — revelam que quando os dados que demonstravam a existência de diferenciais nas taxas de lucro entre os setores competitivos e oligopolistas são estendidos para outros períodos, os diferenciais tendem a desaparecer. Ou seja, eles não se mantêm com o passar do tempo, o que revela a tendência do processo concorrencial em equalizar as taxas de lucro. Pelas razões mencionadas anteriormente, o processo de equalização das taxas de lucro que continua a prevalecer no capitalismo atual não significa, de forma alguma, que a teoria da concorrência perfeita se constitui numa primeira aproximação ao processo concorrencial existente na realidade. Nem que a concepção neoclássica seja capaz de expressar a dinâmica deste processo. As críticas a esta concepção, que indicamos anteriormente, não sustentam esta conclusão; ao contrário, o que estamos postulando é que a compreensão do processo concorrencial intercapitalista e de seus efeitos — determinação de preços, equalização das taxas de lucro, introdução do progresso técnico, etc. —, só podem ser compreendidos a partir da concepção clássica e, principalmente, da de Marx. Este não é, no entanto, o objetivo destas notas.

PARTE 2 — PREÇOS ADMINISTRADOS E INFLAÇÃO

Como vimos anteriormente, a formação dos preços em condições oligopólicas — ao contrário do que ocorre sob os pressupostos da concorrência perfeita — é indeterminada, tendo-se em vista que o grau de monopólio das empresas líderes depende de vários fatores como, por exemplo, da intensidade das barreiras à entrada, do grau de concentração industrial e dos objetivos das empresas oligopolistas. Todas as teorias sobre a determinação de preços sob condições oligopólicas partem do princípio do

custo total, ou de alguma de suas variantes, ou seja, os preços são determinados segundo os custos de produção mais a margem de lucro. O aspecto central que as teorias procuram explicar é, justamente, a determinação do tamanho da margem de lucro. Quanto maior for o grau de monopólio, maior será a capacidade de as empresas obterem elevadas margens de lucro. Neste contexto teórico, o grau de monopólio que as empresas líderes possuem na fixação de seus preços se constitui num aspecto essencial para explicar a distribuição de renda, os diferenciais de taxas de lucro e a inflexibilidade dos preços. Mais recentemente tem sido indicado que o grau de monopólio também se constitui numa importante fonte inflacionária — sendo considerado especialmente para explicar o fenômeno da estagflação. O grau de monopólio como fator inflacionário decorreria do fato de que, numa conjuntura recessiva, as empresas tendiam a elevar seus preços como forma de defender suas taxas de lucro.

Na primeira parte deste trabalho nós criticamos a concepção (neoclássica) de que a fixação ou administração de preços por parte de uma empresa evidencia a existência de um certo poder de monopólio de sua parte. Indicamos que, no contexto teórico clássico, a existência de uma política de preços por parte de uma empresa é própria do processo concorrencial a que essa empresa está submetida. Nosso objetivo, nesta segunda parte, é analisar a tese dos preços administrados — em especial como sendo o resultado do processo de oligopolização do capitalismo — e de sua importância como fonte inflacionária. Na nossa opinião, os preços administrados, longe de serem reflexo da oligopolização ou monopolização do capitalismo, como geralmente afirmam os teóricos do capitalismo monopolista ou oligopolista, representam, de fato, “a primeira estimativa sistemática dos preços normais feita pela empresa na evolução do capitalismo. Eles se tornaram a forma institucional moderna através da qual os preços de mercado são regulados pelos preços de produção, no sistema econômico de grandes corporações. Os preços administrados podem existir tanto sob condições de concorrência ou de monopólio, mas seu traço característico está na sua função de centro de gravidade em torno da qual as condições de mercado flutuam” [Clifton (1983, p. 25)]. Ainda que concordando com este autor neste ponto, ou seja, de que os preços administrados devem ser interpretados em relação à concepção clássica de determinação dos preços, discordamos dele no que diz respeito à possibilidade de se incorporar esta concepção à teoria de Sraffa. Este ponto não é, todavia, importante para a discussão que se segue.

2.1 — A Controvérsia sobre os Preços Administrados

O conceito de preços administrados foi introduzido por Means (1935). Esse trabalho mostra que uma importante parcela da estrutura de preços tornou-se relativamente inflexível a uma redução da demanda agregada, ou seja, o comportamento dos preços de produtos industriais demonstrou que os mesmos foram, em grande parte, relativamente rígidos durante a depressão dos anos 30, fato esse que contraria as expectativas da teoria neoclássica [ver Blair (1972, pp. 421-2)]:⁶

1) existem dois tipos diferentes de preços: aqueles que variam com frequência e aqueles que são relativamente inflexíveis;

2) a frequência e a amplitude das variações de preços estão diretamente correlacionadas, isto é, aqueles preços que variam com maior frequência são os que apresentam maiores flutuações em termos percentuais; e

3) variações de preço e de produção estão inversamente correlacionadas: os produtos cujos preços apresentam as mais elevadas reduções são os que apresentam as menores variações na produção, e vice-versa.

Aqueles preços cujo comportamento corresponde às expectativas da teoria neoclássica são denominados de preços de mercado, uma vez que eles seriam determinados pela interação das curvas de oferta e demanda. Por outro lado, aqueles preços que demonstram ser relativamente rígidos durante a depressão — isto é, declinam pouco e de forma infrequente — são denominados de preços administrados. Segundo Means, “preço administrado é ... aquele que é determinado por uma ação administrativa e mantido constante durante um certo tempo. Nós temos um preço administrado quando uma companhia mantém o preço técnico ao qual ela fará suas vendas, ou simplesmente quando ela tem seus próprios preços, que os compradores podem ou não aceitar, conforme desejarem” [Means, *apud* Blair (1972, p. 420)]. É evidente que esta definição de preços administrados não é equivalente àquela que se depreende da análise empírica. Mason (1939, p. 62) corretamente indica esta ambigüidade ao afirmar que “em

⁶ Além dos três resultados citados a seguir, Blair inclui também o seguinte: “a rigidez dos preços se deve principalmente à concentração do mercado”. No entanto, ainda que de fato Means aponte, em diversos momentos, o grau de concentração como explicação dos preços administrados, ele indica claramente, em outras ocasiões, que “os preços administrados não devem ser confundidos com o monopólio” [Means, *apud* Clifton (1983, p. 24)]. Portanto, a posição de Means sobre os determinantes dos preços administrados é, no mínimo, ambígua e não conclusiva, como Blair indica.

certo sentido ele (o conceito de preço administrado) parece relacionar-se com os métodos através dos quais o preço é determinado, ou, em outro sentido, com a forma como os preços se comportam. Um preço pode ser determinado através de ação administrativa, ou seja, ele pode ser fixado por um vendedor em vez de ser determinado pela barganha entre vendedores e compradores em um mercado organizado. Ao mesmo tempo ele pode comportar-se da mesma forma dos preços dos mercados organizados". No debate subsequente, preços administrados são, em geral, entendidos como aqueles preços que são fixados por parte do vendedor e que também são relativamente rígidos durante a depressão. Como veremos abaixo, é a relativa rigidez, ou mesmo o comportamento anticíclico dos preços, que passa a se constituir na característica essencial da definição dos preços administrados.

A comprovação da relativa rigidez de uma parcela importante dos preços de produtos industriais provocou, como não poderia deixar de ser, uma acalorada polêmica. Por um lado, se os resultados empíricos adotados por Means fossem corretos, eles revelariam não só a emergência de um novo fenômeno, mas principalmente a inadequação da teoria neoclássica tradicional para explicar o capitalismo contemporâneo. O ataque por parte dos economistas neoclássicos conservadores à tese dos preços administrados centrou-se, principalmente, na tentativa de refutar os resultados empíricos obtidos por Means. Num primeiro momento, tentou-se desqualificar tanto a base dos dados utilizados como também a forma inadequada com que os dados estatísticos teriam sido tratados. Num segundo momento, a tentativa de defesa se deu através da demonstração de que os chamados preços administrados também flutuavam, o que comprovaria sua flexibilidade, e que este comportamento estaria, portanto, de acordo com as expectativas da teoria neoclássica.⁷

É interessante observar que este debate centrou-se exclusivamente na seguinte questão: se os preços administrados apresentam ou não um comportamento diferente dos preços de mercado. O outro aspecto dos preços administrados — o fato de serem determinados pela ação administrativa dos vendedores — está ausente desta polêmica. Os economistas mais críticos do capitalismo, sejam os neoclássicos, ou mesmo os marxistas, ao aceitarem a evidência apresentada por Means, são colocados diante da seguinte per-

⁷ Para uma resenha destas críticas ver Blair (1972, Capítulos 16 e 17); Stigler e Kindahl (1970 e 1973); Means (1972); Lustgarten (1975); Semmler (1983); e Weston, Lustgarten e Grotke (1974).

gunta: quais os fatores que determinam o comportamento atípico dos preços administrados? O elevado grau de concentração da produção aparece como a resposta mais freqüente a esta pergunta.⁸ Em outras palavras, os setores oligopolistas, dado o grau de monopólio que possuem, são capazes de manter (ou mesmo aumentar) seus preços num período recessivo como forma de defender a lucratividade esperada de seus investimentos, enquanto que os setores competitivos — por não terem este poder de fixação de preços — têm seus preços determinados pela interação das curvas de oferta e demanda, o que explica a maior flexibilidade destes preços. Portanto, a explicação do comportamento atípico dos preços administrados, neste enfoque, deve ser buscada na forma como os oligopólios fixam os preços de seus produtos, especialmente ao longo das diversas fases do ciclo econômico.

Cabe ressaltar que a tese que considera o comportamento diferenciado dos preços ao longo do ciclo — a qual serve de base na elaboração do conceito de preços administrados na sua versão mais limitada (*i.e.*, preços administrados enquanto característica dos setores oligopólicos) — como sendo um fenômeno novo não foi questionada. O debate, como vimos acima, centrou-se em dois aspectos: na existência ou não de rigidez em uma parcela dos preços dos produtos industriais e nas causas desta relativa inflexibilidade. Existe, no entanto, evidência empírica que demonstra que historicamente os preços de diferentes tipos de produtos apresentam um comportamento diferenciado ao longo do tempo, ou seja, “a relativa inflexibilidade dos preços dos produtos manufaturados quando comparados com os dos produtos agrícolas se estende ao século XIX, no início da industrialização dos Estados Unidos. A evidência apresentada por Bezanson, Gray e Hussey (1936) e por Humphrey (1973) é conclusiva a este respeito” [Clifton (1983, p. 23)]. A interpretação neoclássica de que uma parcela do sistema de preços passou, na depressão dos anos 30, a apresentar um comportamento atípico ou inexplicável a partir dos pressupostos desta teoria, baseia-se na ilusão de que a teoria marshalliana dos preços esteve adequada para a fase inicial ou concorrencial do capitalismo. A realidade,

⁸ Diferentemente, na literatura sobre as grandes corporações, os preços administrados são vistos como se constituindo em um novo fenômeno institucional que emerge da revolução gerencial proporcionada pela separação entre propriedade e controle do capital, e não, ou pelo menos não necessariamente, como relacionados à questão do poder do mercado.

porém, não confirma esta proposição: ao contrário, as indicações existentes, conforme visto, são de que os preços dos manufaturados, em geral, apresentam um comportamento distinto quando comparados com os dos produtos agrícolas. Portanto, o fato de que os preços dos setores oligopólicos apresentam um comportamento diferente daqueles dos setores competitivos não se constituía (em 1935) em um fenômeno novo do capitalismo, como geralmente pressupõem os economistas participantes desse debate. Quanto à questão de os preços administrados (enquanto forma institucional de fixação de preços) se constituírem ou não em um fenômeno novo, será discutida mais adiante.

Na recessão da economia americana de 1957/58 observa-se que os preços administrados, ao invés da esperada rigidez, passam a apresentar um comportamento anticíclico, isto é, tendem a elevar-se no período recessivo. Dessa forma, eles passam a ser considerados os responsáveis pelo processo inflacionário em condições de desemprego, de aumento da capacidade ociosa, etc. Eichner, por exemplo, desagrega o índice de preços no atacado em dois outros índices de preços: um para o setor oligopolista e outro para o setor competitivo. Essa desagregação "revela que o comportamento dos preços nos dois setores tem diferido de forma marcante desde 1965" [Eichner (1973, p. 1.186)]. Mais especificamente, verifica-se que o índice de preços do setor oligopolista mantém sua tendência secular de crescimento mesmo nos períodos de recessão, enquanto que o do setor competitivo acompanha as flutuações da demanda efetiva. É interessante observar que o quadro apresentado por Eichner (1973, p. 1.187) sobre o comportamento dos índices de preços dos dois setores sugere que a tendência secular destes índices é a mesma, só que os preços do setor competitivo tendem a flutuar em torno da tendência apresentada pelo setor oligopólico. Pelas razões acima, a explicação da inflação nos períodos recessivos depende do desenvolvimento de uma teoria da determinação dos preços em condições oligopolistas. É necessário entender por que motivo esses setores mantêm seus preços relativamente fixos diante da redução da demanda agregada, e não por que estes se elevam nestas circunstâncias. A elaboração de uma teoria da determinação dos preços nos oligopólios baseia-se, como vimos anteriormente, no pressuposto de que nesses setores as empresas fixam os preços de seus produtos. Esta capacidade de fixação de preços revela, no contexto neoclássico, a existência de poder monopolista por parte das empresas oligopólicas.

2.2 — A Determinação dos Preços no Capitalismo

As teorias da determinação dos preços, tanto na sua versão original baseada no conceito de concorrência perfeita, como também nas versões das teorias de concorrência imperfeita, mostram-se incapazes de explicar o fenômeno dos preços administrados. A solução proposta, dentro do paradigma neoclássico, consiste na análise da determinação dos preços nas diferentes estruturas de mercado, especialmente no oligopólio, sendo que a rigidez dos preços, ou seu comportamento inflacionário nos períodos recessivos, só pode ser explicada a partir da forma como os mesmos são determinados nos oligopólios. O desenvolvimento desta teoria se baseia no pressuposto de que, com o processo de acumulação de capital, ocorreram importantes modificações nas estruturas de mercado (por exemplo, a elevação do grau de concentração da produção e da intensidade das barreiras à entrada, entre outras) que, ao destruírem as condições necessárias para o pleno funcionamento do processo concorrencial, resultaram no surgimento do poder de controle do mercado por parte das empresas oligopólicas na fixação de seus preços, o qual por sua vez lhes propiciam obter taxas de lucros superiores às vigentes nos setores concorrenciais. Em outras palavras, com o processo de crescimento econômico surgiram novas estruturas de mercado — especialmente o oligopólio — onde os preços são determinados essencialmente pelas condições de oferta, ou seja, pelos custos de produção e pela margem de lucro que as empresas são capazes de obter, dado o grau de monopólio que possuem, e não mais pela interação da oferta e da demanda, como ocorre em condições concorrenciais. Segundo Mason (1964) [1.^a ed. 1936, p. 54], essa concepção de que o processo de oligopolização do capitalismo levou a modificações na estrutura de mercado e, por conseguinte, no processo concorrencial e da formação dos preços origina-se “com toda a probabilidade, da ilusão de que numa certa época não muito remota a economia era competitiva” [Mason, 1964 (1.^a ed. 1936, p. 54)].

As diversas teorias da determinação dos preços no oligopólio partem do princípio do *cost-plus*. Ou seja, de que as empresas, ao fixarem seus preços, adicionam aos custos de produção uma certa margem de lucro. Este princípio de fixação dos preços pode ser expresso de diversas formas, sendo as mais comuns a da taxa esperada de lucro e a do *mark-up*.⁹

⁹ A exposição que se segue sobre as teorias dos preços no oligopólio está fortemente baseada no trabalho de Semmler (1983, pp. 67-71).

Na primeira versão, supõe-se que as empresas oligopolistas fixam seus preços em relação aos seus custos de produção, de forma a obterem uma margem de lucro que lhes possibilite conseguir a taxa de lucro esperada (predeterminada) pelos administradores. Este método de fixação de preços foi originalmente desenvolvido pelo vice-presidente da General Motors, D. Brown, nos anos 20. Nos dias de hoje ele é utilizado por um grande número de corporações e mesmo empresas de médio porte. Para uma exposição detalhada do mesmo, ver Blair (1972, Capítulo 18, esp. pp. 469-80) e Clifton (1983). Apesar de ser esta a forma utilizada pelas grandes corporações para fixarem seus preços, as análises econométricas privilegiam o método do *mark-up* que, como veremos, apresenta grandes inconvenientes para a elucidação do comportamento da margem e da taxa de lucro. Tal método pode ser assim expresso:

$$P = CUT^N + CUMP^N + \frac{dK}{X^N} + \frac{\P K}{X^N} \quad (1)$$

onde: P = preço unitário da mercadoria;

CUT^N = custo unitário do trabalho calculado segundo o volume "normal" de produção da empresa;

$CUMP^N$ = custo unitário das matérias-primas calculado segundo o volume "normal" de produção da empresa;

X^N = volume "normal" de produção da empresa;

dK = custos fixos, composto essencialmente da depreciação do capital fixo;

$\P$ = taxa de lucro esperada;

K = estoque de capital.

O método do *mark-up*, que é o mais popular entre os economistas pós-keynesianos, pode ser explicitado pela seguinte fórmula:

$$P = (1 + \mu) (CUT^N + CUMP^N) \quad (2)$$

onde μ é o fator *mark-up*.

Ao contrário do que ocorre no primeiro método, aqui os custos fixos, a taxa de lucro e a relação capital-produto não aparecem de forma explícita na fórmula. Portanto, deve-se ter sempre em mente que estas variáveis, nos estudos empíricos, serão captadas pelo fator de *mark-up*. Assim, por

exemplo, um acréscimo do fator de *mark-up* pode simplesmente estar refletindo um aumento dos custos fixos sem que haja qualquer variação na margem de lucro propriamente dita e, portanto, não indicaria qualquer variação no grau de monopólio da empresa em consideração — aceitando-se que é o tamanho da margem de lucro, e não necessariamente o do *mark-up*, que define o grau de monopólio da empresa. Igualando as expressões (1) e (2) mostradas acima nós temos que: $(1 + \mu) (CUT^N + CUMP^N) = CUT^N + CUMP^N + \frac{dK}{X^N} + \frac{\pi K}{X^N}$ de onde se deduz que:

$$\mu (CUT^N + CUMP^N) = \frac{dK}{X^N} + \frac{\pi K}{X^N}.$$

Portanto, na expressão (2), se dK/X^N está crescendo, devido a um decréscimo da demanda, o fator de *mark-up* (μ) também deveria crescer para impedir que a margem de lucro $\left(\frac{\pi K}{X^N}\right)$ diminua.

O aspecto central, uma vez aceito que os preços nos oligopólios são determinados pelo princípio do *cost-plus*, consiste em explicar a magnitude do fator de *mark-up* ou da taxa esperada de lucro, ou seja, “a tarefa aqui é explicar o que determina o tamanho do *plus factor*” [Eichner (1973, p. 1.189)]. Dentre as diversas teorias propostas com este objetivo cabe destacar as seguintes: a de Kalecki; a do preço-limite, apresentada principalmente por Bain (1956), Labini (1966) e Modigliani (1958); e, finalmente, aquela desenvolvida principalmente por Lanzillotti (1958) e Eichner (1973), entre outros, que argumenta que o fator de *mark-up* é estabelecido de forma a que as empresas obtenham internamente os fundos necessários à própria expansão. O objetivo das empresas não está na maximização dos lucros, mas sim na maximização de sua taxa de crescimento no longo prazo.

Portanto, as diversas teorias apontam diferentes fatores como essenciais para explicar a magnitude da margem de lucro ou da taxa esperada de lucro. Assim, o grau de concentração de produção, as economias de escala, as vantagens absolutas de custo, a diferenciação de produtos, ou a geração interna de fundos destinados a financiar novos investimentos, aparecem, nas diversas teorias, como sendo elementos de maior ou menor importância para explicar os níveis de preço e o fator de *mark-up*. As variações dos preços, em todas estas teorias, são explicadas a partir das modificações nos custos de produção ou no grau de monopólio e não pelo excesso de demanda como propõe o modelo de concorrência perfeita.

PARTE 3 — O COMPORTAMENTO DOS PREÇOS ADMINISTRADOS AO LONGO DO CICLO ECONÔMICO: ALGUMAS CRÍTICAS ÀS TEORIAS DO OLIGOPÓLIO

A evidência empírica existente tende a apoiar — ainda que não de forma conclusiva — a proposição de que os preços administrados apresentam um comportamento diferente, ao longo do ciclo, daquele que se observa para os preços competitivos. Mais especificamente, num período recessivo os preços administrados aumentam (ou são relativamente rígidos), enquanto que os preços dos setores competitivos declinam, o que corresponde às expectativas da teoria dos preços em condições concorrenciais. Já num período de expansão, os preços competitivos tendem a crescer de forma mais intensa do que os administrados. O comportamento destes últimos aparece como sendo uma das características mais salientes dos oligopólios e cuja explicação deve ser buscada na forma como os preços são fixados pelas empresas oligopolistas, isto é, na teoria de determinação dos preços no oligopólio. Steindl (1976, p. 15) afirma por exemplo que, “de fato, em praticamente todas as indústrias oligopolistas, onde algumas grandes empresas exercem uma influência dominante sobre os preços, a rigidez destes prevalece”.

Como vimos no item anterior, é a partir do princípio do *cost-plus*, ou seja, na existência do poder ou grau de monopólio que as empresas possuem para fixarem seus preços, que se procura explicar a determinação dos preços no oligopólio e, também, o comportamento peculiar destes preços ao longo do ciclo. A explicação do comportamento inflacionário dos preços administrados nos períodos recessivos é, essencialmente, a seguinte: as empresas oligopolistas, diante de uma redução da demanda agregada, tratam de proteger suas taxas de lucro através da redução dos níveis de produção e da elevação dos preços de seus produtos como forma de aumentar a margem de lucro por unidade do produto. As empresas do setor competitivo, por não possuírem poder de fixação de preços, vêem os preços de seus produtos — e por conseguinte suas taxas de lucro — declinarem durante a recessão.

Em um estudo recente sobre o processo inflacionário, Bresser Pereira e Nakano (1984, p. 9) apontam o aumento das margens de lucro e o aumento dos salários reais acima dos níveis de produtividade como fatores causadores da inflação. Segundo esses autores, “para manter a taxa de lucro (lucro sobre o capital), as empresas do setor oligopolista tenderão

a aumentar suas margens de lucro nos períodos de recessão. Dessa forma, a queda nas vendas é compensada pelo aumento da margem, buscando-se manter o volume de lucro e a taxa de lucro. Entretanto, esse fator acelerador da inflação tende a ser compensado na recessão pela queda das margens de lucro no setor competitivo da economia".

Os estudos econométricos sobre o comportamento dos preços administrados e competitivos ao longo do ciclo, bem como aqueles que procuram analisar o comportamento do fator de *mark-up* de ambos os setores, em geral não incluem, de forma explícita, os custos fixos (depreciação) em suas equações. Com isso, os aspectos das variações dos custos fixos são captados, nestes modelos, pelo fator de *mark-up*. Consequentemente, um acréscimo do fator de *mark-up* num período recessivo não implica, necessariamente, um aumento das margens de lucro que preserve a lucratividade dos setores oligopolistas podendo tal acréscimo estar, na verdade, associado a uma redução das margens e taxas de lucro destes setores.¹⁰

Ainda que os estudos empíricos favoreçam as proposições de que os preços administrados e competitivos apresentam um comportamento distinto ao longo do ciclo e que a margem de lucro dos setores oligopólicos

10 A não inclusão dos custos fixos para estimar as equações de preços nos modelos econométricos que se baseiam no método do *mark-up* é muito comum. Os principais estudos econométricos realizados no Brasil que são de nosso conhecimento [Considera (1981 e 1983) e Camargo e Landau (1983)] apresentam esta falha. É evidente, portanto, que as conclusões a que estes estudos chegam em relação ao comportamento da margem bruta de lucro (fator de *mark-up*) no ciclo econômico são viesadas. Por exemplo, Considera (1983, esp. pp. 169 e 177) verifica que o fator de *mark-up* do gênero material de transporte cresce abruptamente entre o terceiro trimestre de 1980 até o segundo de 1982, e que este crescimento anticíclico se dá pela tentativa do oligopólio de garantir sua rentabilidade. Cabe salientar, no entanto, que neste período (1981 e 1982) os balanços da indústria automobilística — o principal subsetor do gênero de material de transporte — revelam prejuízos. Assim, por exemplo, em 1981 este subsetor teve sua rentabilidade, que era de 10,8% em 1980, reduzida para um índice negativo (ver revista *Visão*, "Quem é Quem na Economia Brasileira de 1982 e 1983", enquanto o subsetor de autopeças também apresentou uma redução no índice de rentabilidade de 11,9 para 8,3%. Em 1982, o do subsetor de veículos automotores também era negativo, enquanto que no de autopeças e carrocerias foi igual à do ano anterior, isto é, de 8,3%. Evidentemente, estes dados que apresentamos são apenas indicativos da precariedade das conclusões que atribuem o aumento das margens brutas de lucro ao poder de mercado das empresas oligopólicas, que lhes permite defender suas taxas de lucro. Estes dados sugerem que, possivelmente, o aumento dessas margens, para o gênero material de transporte, neste período, seja consequência do aumento dos custos fixos, sendo que este acréscimo não foi suficiente para propiciar uma taxa positiva de lucro.

tende a crescer na recessão para diminuir na prosperidade, eles não são suficientes para esclarecer quais são os fatores que determinam estes comportamentos. Cabe relembrar que a dicotomia entre os setores oligopolistas e competitivos está baseada no grau de concentração, ou seja, se este é elevado indica a existência de oligopólio e, se baixo, define os setores competitivos. Assim sendo, a diferença no comportamento, seja dos preços, seja das margens de lucro entre os dois setores, pode estar associada à evolução dos custos fixos. Segundo Semmler (1983, pp. 124-5): a) “a razão para estas diferenças no movimento de preços entre as indústrias concentradas e as não-concentradas podem resultar do fato, empiricamente demonstrado, de que as indústrias concentradas são, em média, mais capital-intensivas do que as demais (ver Ornstein, Weston, Intrilligator e Shrieves). Se esta hipótese é verdadeira, então os custos fixos crescem muito mais rapidamente nas indústrias concentradas quando a demanda e o grau de utilização da capacidade instalada decrescem. Portanto, as indústrias concentradas, ou as indústrias com uma elevada proporção de custos fixos nos custos totais (medidos segundo o grau normal de utilização da capacidade), sofrerão pesadas perdas nos lucros por unidade de produto a menos que a margem (*mark-up*) e o preço dessas indústrias se elevem... Uma vez que a hipótese dos preços administrados se refere apenas aos custos variáveis e ao grau de concentração (enquanto indicador do poder de mercado), esta teoria geralmente negligencia o papel dos custos fixos como uma possível causa das diferentes variações de preços para as diferentes indústrias em distintos períodos de tempo”. Este ponto também aparece na crítica que os economistas neoclássicos conservadores fazem à teoria do poder monopolista. Demsetz (1973a, p. 10) conclui sua discussão sobre inflação e oligopólio da seguinte forma: b) “as discussões que tentam associar seja a inflexibilidade dos preços seja a inflação, ao grau de concentração do mercado têm-se preocupado bastante com a relação entre o comportamento dos preços e o poder de monopólio. A suposição implícita é de que o grau de concentração do mercado é uma medida do poder de monopólio. O que está geralmente esquecida nesta literatura é a questão de o poder de monopólio e o grau de concentração do mercado poderem ou não ser equiparados, pois mesmo se os preços das indústrias concentradas demonstrarem ser menos flexíveis ou apresentarem um crescimento temporal mais rápido, existem outras possíveis explicações teóricas para estes fenômenos que pouco têm a ver com a noção de poder de monopólio. Tais explicações podem estar baseadas no comportamento diferencial dos custos entre os mercados concentrados e não-concentrados

(como o trabalho de Alfred C. Neal parece sugerir), nos diferentes graus em que a minimização dos custos de produção requer o uso extensivo de estoques, ou na razoável suposição de que os custos unitários e marginais da firma são menos dependentes do volume de produção nas indústrias concentradas".

PARTE 4 — COMENTARIOS FINAIS

Como vimos acima, os resultados do longo e intenso debate sobre os preços administrados são, no contexto neoclássico, inconclusivos. Na verdade, mesmo a evidência empírica existente sobre esta questão não é, de forma alguma, definitiva. Que os preços dos produtos manufaturados são relativamente rígidos quando comparados ao comportamento dos preços dos produtos agropecuários não parece haver dúvidas. Mas o que está em discussão é se os preços dos setores industriais mais concentrados (oligopolistas), ao contrário do que ocorre nos setores competitivos, são relativamente inflexíveis, ou mesmo inflacionários, nos períodos recessivos. E sobre esta questão não existe nada de definitivo ou de conclusivo, pois mesmo que se aceite que a evidência empírica favoreça a tese dos preços administrados, ela não implica sua comprovação, como muitos de seus adeptos pensam. Afinal, existem outros fatores, especialmente o comportamento dos custos de depreciação, que podem estar por trás do comportamento "atípico" destes preços, conforme argumentamos acima.¹¹ Este fator, por sua vez, não está associado a qualquer noção de poder de mercado ou grau de monopólio, mas sim à intensidade de capital dos setores industriais.

O comportamento inflacionário dos preços administrados nos períodos recessivos é explicado, pelos economistas pós-keynesianos, a partir do conceito de poder de mercado ou grau de monopólio que as empresas oligopolistas possuem para fixarem os preços de seus produtos. No oligopólio,

¹¹ Um teste econométrico realizado para o setor industrial da economia americana procurou determinar qual das duas variáveis, — relação capital-produto ou grau de concentração — é a mais importante para explicar as variações de preço. Os resultados obtidos indicam que "no período recessivo (de 1973/75) — para o qual nós admitimos, de acordo com Blair (1972), uma correlação positiva entre a relação capital-produto e a variação de preço — confirma a hipótese de que a intensidade de capital líquida ou bruta, é mais importante para as variações de preço do que os graus de concentração". [Semmler (1983, pp. 130-31)].

as empresas aumentam seus preços, e portanto a margem de lucro, como forma de protegerem sua taxa de lucratividade, e isso só é possível porque elas possuem o poder de fixar os preços, o que não ocorre em condições concorrenciais.

Na primeira parte deste trabalho, procuramos demonstrar que o fato de as empresas "fixarem" ou "administrarem" seus preços — isto é, de que os preços são fixados por intermédio da ação administrativa — só aparece como indicativo da existência de poder de monopólio no contexto da teoria neoclássica da concorrência. Na concepção clássica, as empresas sob condições concorrenciais não são caracterizadas por serem simples tomadoras de preços; ao contrário, elas "administram" seus preços justamente porque estão submetidas ao processo concorrencial.

O abandono do paradigma neoclássico em favor da concepção clássica abre uma perspectiva completamente nova para a compreensão do fenômeno dos preços administrados e de seu suposto caráter inflacionário. Nesta concepção, o fato de as empresas adotarem uma política de preços, de estes serem fixados administrativamente através do princípio *cost-plus*, não significa que exista qualquer poder de monopólio por parte das mesmas. Esta é a forma como estas estabelecem seus preços, independentemente da estrutura do mercado a que pertencem, não se constituindo nem numa nova forma de determinação de preços — como as teorias do oligopólio sugerem — nem num novo fenômeno institucional do capitalismo — como as teorias da "revolução gerencial" argumentam. O princípio de determinação dos preços a partir do princípio do *cost-plus* aparece como novidade, que reflete o aparecimento do poder de monopólio causado pelo processo de oligopolização inerente ao capitalismo, apenas quando se parte da ilusão de que o modelo de concorrência perfeita é válido para explicar a determinação dos preços no capitalismo sob condições concorrenciais. No contexto clássico, entretanto, a determinação dos preços de produção está justamente baseada no princípio do custo total, sem que isso signifique a existência de poder de mercado ou monopolista por parte das empresas. Marx, por exemplo, afirma que "o preço de produção de uma mercadoria é igual ao preço de custo mais a percentagem de lucro adicionada a ele de acordo com a taxa geral de lucro, isto é, ao preço de custo mais o lucro médio" [Marx, (1981, p. 257)]. A revelação de que os preços são determinados pelo princípio do *cost-plus* vem de encontro às expectativas da concepção clássica. Para os economistas neoclássicos, no entanto, ela sugere modificações profundas na forma de funcionamento do capitalismo que são atribuídas ao processo de concen-

tração ou oligopolização da economia moderna. Por outro lado, os preços administrados, enquanto nova forma institucional de determinação de preços, também não indicam o surgimento de um novo fenômeno institucional, como muitos sugerem. O que se constitui novidade é o desenvolvimento de um método científico para calcular os preços, que foi desenvolvido por D. Brown para a General Motors nos anos 20. O desenvolvimento deste método não representa uma modificação institucional, mas apenas uma forma mais aperfeiçoada e rigorosa de se calcularem os preços de produção, o que se torna imprescindível em grandes corporações. Concordamos, portanto, com Clifton (1983, p. 32) quando afirma que o “método de análise de preço iniciado por Brown tomou as condições de mercado como um parâmetro independente a partir do qual o preço-base era calculado. O fato de o preço-base ser administrativamente estimado e poder ocasionalmente tornar-se o preço vigente no mercado, e de poder regular o mercado, não implica de forma alguma fixação de preço, como tantos economistas erroneamente interpretaram o significado deste procedimento. Na verdade, ele indica a natureza da concorrência e da tendência dos preços de mercado de serem regulados por aquela força” [i.e., pelo preço-base].

É evidente que esta interpretação do sentido dos preços administrados rejeita a noção de que a elevação dos preços dos setores oligopolistas (concentrados), nos períodos recessivos, está associada ao poder de monopólio que estes setores possuem, que lhes permitiria proteger suas taxas de lucro via acréscimo dos preços e das margens de lucro. Como apontamos anteriormente, o aumento destes preços se deve, possivelmente, à elevação dos custos fixos (depreciação), que é particularmente elevada para aqueles setores que são mais capital-intensivos e que, em geral, são altamente concentrados. É interessante ressaltar que, no contexto clássico, o processo de equalização da taxa de lucro entre setores com diferentes composições orgânicas do capital, implica que os preços destes setores tendam a apresentar movimentos divergentes. Os setores mais capital-intensivos têm seus preços elevados, enquanto que os de baixa intensidade vêem os seus decrescerem. Ou seja, o fato de os preços apresentarem movimentos divergentes — uns crescendo e outros decrescendo — não é visto, necessariamente, como um fenômeno “atípico” ou estranho dentro da concepção clássica. Portanto, o processo inflacionário nos períodos recessivos não pode, na nossa opinião, ser explicado a partir do grau de monopólio das empresas, ou da teoria do oligopólio. Esta explicação deve ser buscada nas teorias da moeda e crédito no capitalismo.

BIBLIOGRAFIA

- BAIN, J. S. Relation of profit rate to industry concentration: American manufacturing, 1936-40. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., ago. 1951.
- . *Barriers to new competition*. Cambridge, Harvard University Press, 1956.
- BAUMOL, W. J. On the theory of oligopoly. In: ARCHIBALD, G. C., ed. *The theory of the firm*. Harmondsworth, Penguin Books, 1958.
- BLAIR, J. M. *Economic concentration: structure, behavior and public policy*. New York, Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1972.
- BRESSER PEREIRA, L. C., e NAKANO, Y. Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 4 (1):5-22, jan./mar. 1984.
- BROZEN, Y. Bain's concentration and rates of return revisited. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 14 (2):351-70, out. 1971a.
- . The persistence of high rates of return in high-stable concentration industries. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 14 (2): 501-12, out. 1971b.
- . Deconcentration reconsidered: comment. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 14 (2):485-88, out. 1971c.
- CAMARGO, J. M., e LANDAU, E. Variações de demanda, estrutura de custos e margem bruta de lucros no Brasil: 1974/81. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 13 (3):805-28, dez. 1983.
- CHAMBERLIN, E. H. *The theory of monopolistic competition*. 8. ed. Cambridge, Harvard University Press, 1969.
- CLIFTON, J. A. Competition and the evolution of capitalist mode of production. *Cambridge Journal of Economics*, Londres, 1 (2):137-52, jun. 1977.

- . Administered prices in the context of capitalist development. In: *Contributions to political economy*. 2, 1983.
- CONSIDERA, C. M. Preços, *mark-up* e distribuição funcional da renda na indústria de transformação: dinâmica de longo e curto prazos — 1959/80. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 11 (3):637-702, dez. 1981.
- . Comportamento oligopolista e controle de preços industriais: o caso do gênero material de transporte — 1969/82. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 13 (1):155-80, abr. 1983.
- DEMSETZ, H. *The market concentration doctrine*. Washington, American Enterprise Institute, 1973a.
- . Industry structure, market rivalry and public policy. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 16 (1):1-10, abr. 1973b.
- EATWELL, J. *Competition*. Mimeo. Cambridge, 1980.
- EICHNER, A. S. A theory of the determination of the *mark-up* under oligopoly. *The Economic Journal*, Cambridge, England, 83 (332):1184-1200, dez. 1973.
- GALBRAITH, J. K. The development of monopoly theory: 1948. In: HUNTER, A., ed. *Monopoly and competition*. Harmondsworth, Penguin Books, 1969.
- GAREGNANI, P. On a change in the notion of equilibrium in recent work on value and distribution: a comment on Samuelson. In: BROWN, M. et alii, eds. *Essays in modern capitalist theory*. Amsterdam, North Holland, 1976.
- KNIGHT, F. H. *Risk, uncertainty and profit*. [1. ed. 1921]. Chicago, University of Chicago Press, 1971.
- LABINI, P. S. *Oligopolio y progreso técnico*. Barcelona, Ediciones Oikostau, 1966.
- LANZILLOTTI, R. F. Pricing objectives in larger companies. *The American Economic Review*, Nashville, 48, dez. 1958.

- LUSTGARTEN, S. Administered inflation: a reappraisal. *Economic Inquiry*, Los Angeles, 13 (2):191-206, jun. 1975.
- MARX, K. *Capital*. Vol. 3. New York, Penguin/NLR Edition, 1981.
- MASON, E. S. Industrial concentration and the decline of competition. [1. ed. 1936]. In: MASON, E. S., ed. *Economic concentration and the monopoly problem*. New York, Atheneum, 1964.
- . Price and production policies of large-scale enterprise. [1. ed. 1939]. In: MASON, E. S., ed. *Economic concentration and the monopoly problem*. New York, Atheneum, 1964.
- McNULTY, P. J. Economic theory and the meaning of competition. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., 82 (4):639-56, nov. 1968.
- . A note on the history of perfect competition. *Journal of Political Economy*, Chicago, 75, ago. 1967.
- MEANS, G. C. *Industrial prices and their relative inflexibility*. Washington, U. S. Senate Document, 13, 1935.
- . The administered price thesis reconfirmed. *The American Economic Review*, Nashville, 62 (3):292-306, jun. 1972.
- MODIGLIANI, F. New development on the oligopoly front. *Journal of Political Economy*, Chicago, 66 (3), 1958.
- REVISTA VISÃO. Quem é quem na economia brasileira, 1981 e 1982.
- RONCAGLIA, A. *Sraffa and the theory of prices*. New York, John Wiley and Sons, 1978.
- SEMMLER, W. *Competition and monopoly: on the relevance of the marxian theory of prices of production for modern industrial and corporate pricing*. Mimeo. New York, 1983.
- SRAFFA, P. *The laws of return under competitive conditions*. *The Economic Journal*, Cambridge, Inglaterra, 36, 1926.

- STEINDL, J. *Maturity and stagnation in American capitalism*. [1. ed. 1952]. New York, Monthly Review Press, 1976.
- STIGLER, G. J. Perfect competition, historically contemplated. *The Journal of Political Economy*, Chicago, 65 (1), 1957.
- STIGLER, G. J., e KINDAHL, J. K. *The behavior of industrial prices*. New York, National Bureau of Economic Research, 1970.
- . Industrial prices, as administered by Dr. Means. *The American Economic Review*, Nashville, 63 (4) :717-21, set. 1973.
- WEEKS, J. *Capital and exploitation*. Princeton, Princeton University Press, 1981.
- WESTON, J. F., LUSTGARTEN, S., e GROTKE, N. The administered price thesis denied. *The American Economic Review*, Nashville, 64 (1) : 232-4, mar. 1974.

TESES EM ECONOMIA

Apresentação

O Instituto de Pesquisas (INPES) do IPEA, através da pesquisadora Isis Carneiro Agarez,* elaborou um levantamento minucioso e inédito das Teses de Mestrado e Doutorado concluídas nos 12 Centros que integram a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) (*vide* lista a seguir).

A partir deste número e nos subseqüentes, *Literatura Econômica* divulga o resultado da pesquisa, apresentando as teses por Centro e — dentro de cada Centro — em ordem alfabética de prenome de autor. Para facilitar a localização e utilização dos dados, será publicado — ao final da série — um conjunto de três listagens sumariadas, com cruzamento dos 12 Centros. A primeira apresentará os concluintes por ordem alfabética de autor, registrando o Centro respectivo. A segunda será uma reordenação por data de defesa, registrando igualmente o Centro. A terceira relacionará os orientadores e membros das bancas das teses, registrando sua participação por Centro e no agregado da ANPEC. Estas listagens virão acompanhadas de um artigo com análise das informações e de alguns indicadores.

Pretende-se, desta forma, ao se tornar público o acervo de informações, preservar a memória da produção de teses bem como estimular entidades, pesquisadores e os Centros em geral, a dar continuidade a esta iniciativa.

São os seguintes os Centros membros da ANPEC:

a) *com teses de Mestrado:*

- CAEN (Curso de Mestrado em Economia/Universidade Federal do Ceará).
- CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/Universidade Federal de Minas Gerais).

* Técnica em Planejamento e Pesquisa do INPES/IPEA e consultora da CAPES/Ministério da Educação.

- IEI (Instituto de Economia Industrial/Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- IEPE (Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará).
- PIMES (Programa Integrado de Mestrado em Economia/Universidade Federal de Pernambuco).
- PUC-RJ (Departamento de Economia/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
- UFBA (Curso de Mestrado em Economia/Universidade Federal da Bahia).
- UnB (Departamento de Economia/Universidade de Brasília).

b) com teses de Mestrado e Doutorado:

- EPGE (Escola de Pós-Graduação em Economia/Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro).
- IE (Instituto de Economia, antigo Departamento de Economia e Planejamento Econômico — DEPE/Universidade Estadual de Campinas).
- IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas/Universidade de São Paulo).

CAEN – Curso de Mestrado em Economia

Universidade Federal do Ceará – Fortaleza *

1. AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA

Aspectos da sub-utilização individual em algumas cidades do Ceará. — 44 p. — Defesa: 30-12-75. — Orientador: José Hamilton Gondim Silva. — Banca: (a) José Hamilton Gondim Silva; (b) Ricardo Régis Saunders Duarte; (c) Agamenon Tavares de Almeida.

2. ALUISIO ALBERTO DANTAS

Relações de produção na agricultura de subsistência em áreas do Polígono das Secas: análise da micro-região do Seridó — RN. — 77 p. — Defesa: 08-01-79. — Orientador: Peter James Eaton. — Banca: (a) Peter James Eaton; (b) José Dantas da Silveira; (c) Francisco de Assis Soares.

3. ANA MARIA CAVALCANTE

Migração rural-rural no Nordeste do Brasil. — 70 p. — Defesa: 12-08-77. — Orientador: Peter James Eaton. — Banca: (a) Peter James Eaton; (b) Ricardo Régis Saunders Duarte; (c) Francisco de Assis Soares.

4. ANTONIO LISBOA TELLES DA ROSA

A estrutura do comércio inter-regional brasileiro e a teoria das vantagens comparativas. — 95 p. — Defesa: 16-01-78. — Orientador: Manoel Bosco de Almeida. — Banca: (a) Manoel Bosco de Almeida; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) Peter James Eaton.

5. ASSUERO FERREIRA

Grau de monopólio e parcela salarial: uma evidência empírica na indústria de transformação brasileira. — 57 p. — Defesa: 30-07-79. — Orientador: Aécio Alves de Oliveira. — Banca: (a) Aécio Alves de Oliveira; (b) Ricardo Régis Saunders Duarte; (c) Agamenon Tavares de Almeida.

* Teses concluídas até 25-06-85. Nível: Mestrado.

6. CLAUDIA PONTE DE ALBUQUERQUE

O mercado de algodão em pluma: subsídios à fixação de preços mínimos. — 84 p. — Defesa: 20-08-80. — Orientador: Mário Miguel Amin Garcia Herrero. — Banca: (a) Mário Miguel Amin Garcia Herrero; (b) José Carlos Ferreira; (c) Manoel Bosco de Almeida.

7. CLONILLO MOREIRA SINDEAUX DE OLIVEIRA

O sistema financeiro do Nordeste e os impactos da política monetária. — 113 p. — Defesa: 22-03-82. — Orientador: Manoel Bosco de Almeida. — Banca: (a) Manoel Bosco de Almeida; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) Ricardo Régis Saunders Duarte.

8. EDILSON ALMEIDA PEDROSA

Análise prospectiva da economia brasileira para o período 1978/1981 com ênfase nos problemas de balanço de pagamentos — modelo dos três limites. — 125 p. — Defesa: 08-11-78. — Orientador: Pedro Jorge Ramos Vianna. — Banca: (a) Pedro Jorge Ramos Vianna; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) José Dantas da Silveira.

9. FRANCISCO CHAGAS MACHADO FILHO

Expansão do capital monopolista: sua internacionalização na economia brasileira — indústria pesqueira. — 106 p. — Defesa: 21-10-83. — Orientador: Agamenon Tavares de Almeida. — Banca: (a) Agamenon Tavares de Almeida; (b) Aécio Alves de Oliveira; (c) Assuero Ferreira.

10. FRANCISCO DAS CHAGAS PAIVA FILHO

Uma análise da dualidade do mercado produtor salineiro do Rio Grande do Norte. — 93 p. — Defesa: 06-08-79. — Orientador: Peter James Eaton. — Banca: (a) Peter James Eaton; (b) Francisco de Assis Soares; (c) Antonio Luiz Abreu Dantas.

11. FRANCISCO DE ASSIS SOARES

Características estruturais da economia brasileira: uma análise insumo-produto. — 117 p. — Defesa: 05-05-80. — Orientador: Ricardo Régis Saunders Duarte. — Banca: (a) Ricardo Régis Saunders Duarte; (b) José Dantas da Silveira; (c) Assuero Ferreira.

12. FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA
Nordeste: acumulação, divisão interregional do trabalho e absorção de mão-de-obra. — 131 p. — Defesa: 21-01-83. — Orientador: Aécio Alves de Oliveira. — Banca: (a) Aécio Alves de Oliveira; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) Liana Maria Carleial de Casimiro.
13. GILBERTO VILLAR TORRES
Os determinantes e a distribuição das rendas familiar e dos chefes de família da zona urbana do município de Rio Branco — Acre. — 115 p. — Defesa: 18-12-81. — Orientador: José Dantas da Silveira. — Banca: (a) José Dantas da Silveira; (b) Ricardo Régis Saunders Duarte; (c) Francisco de Assis Soares.
14. GUILHERME COSTA DELGADO
Uma metodologia para a determinação de preços mínimos. — 182 p. — Defesa: 17-05-77. — Orientador: Ricardo Régis Saunders Duarte. — Banca: (a) Ricardo Régis Saunders Duarte; (b) Peter James Eaton; (c) Manoel Bosco de Almeida.
15. IONALDO VIEIRA DE CARVALHO
Evolução da estrutura agrária no Estado de Sergipe. — 127 p. — Defesa: 03-04-81. — Orientador: Francisco de Assis Soares. — Banca: (a) Francisco de Assis Soares; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) Ricardo Régis Saunders Duarte.
16. JOSÉ LUIS SANTOS NETO
O Estado no processo de acumulação de capital — o papel da empresa estatal no Brasil. — 172 p. — Defesa: 11-12-84. — Orientador: Agamenon Tavares de Almeida. — Banca: (a) Agamenon Tavares de Almeida; (b) Francisco Correia de Oliveira; (c) Ricardo Régis Saunders Duarte.
17. JOSÉ RENATO LEITE PEREIRA DA SILVA
Balanço de pagamentos e taxa de câmbio no Brasil — 1961/1982: uma visão monetária. — 73 p. — Defesa: 25-06-85. — Orientador: José Dantas da Silveira. — Banca: (a) José Dantas da Silveira; (b) Manoel Bosco de Almeida; (c) Ricardo Régis Saunders Duarte.
18. JOSENEIDE FRANKLIN CAVALCANTE
Um modelo para o planejamento educacional (insumo-produto orientado). — 90 p. — Defesa: 28-10-79. — Orientador: Aécio Alves de

Oliveira. — Banca: (a) Aécio Alves de Oliveira; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) José Hamilton Gondim Silva; (d) Ricardo Régis Saunders Duarte.

19. LIANA MARIA CARLEIAL DE CASIMIRO

Salários e desemprego: o caso brasileiro. — 94 p. — Defesa: 08-04-75. — Orientador: Ricardo Régis Saunders Duarte. — Banca: (a) Ricardo Régis Saunders Duarte; (b) José Hamilton Gondim Silva; (c) Manoel Bosco de Almeida.

20. LUIZ IVAN DE MELO CASTELAR

Mudanças estruturais no sistema produtivo brasileiro. — 91 p. — Defesa: 17-11-78. — Orientador: David Albert Denslow Jr. — Banca: (a) David Albert Denslow Jr.; (b) Ricardo Régis Saunders Duarte; (c) Agamenon Tavares de Almeida.

21. MARIA SALETE DE BRITO

Indústria de transformação do Nordeste: problema de absorção de mão-de-obra. — 65 p. — Defesa: 10-10-75. — Orientador: Antonio Luiz Abreu Dantas. — Banca: (a) Antonio Luiz Abreu Dantas; (b) Manoel Bosco de Almeida; (c) Ricardo Régis Saunders Duarte.

22. MARIA TERESA ALBUQUERQUE GUIMARÃES

Universidade Federal do Ceará: agente redistribuidor ou concentrador de renda? — 135 p. — Defesa: 25-03-82. — Orientador: Aécio Alves de Oliveira. — Banca: (a) Aécio Alves de Oliveira; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) Roberto Cláudio Frota Bezerra.

23. MARILDA MAIA OLIVEIRA

A penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco. — 206 p. — Defesa: 14-04-83. — Orientadora: Liana Maria Carleial de Casimiro. — Banca: (a) Liana Maria Carleial de Casimiro; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) Sebastião Alcântara Filho.

24. MARIO FRANCISCO TONIATTI

Migração rural-urbana no Estado do Ceará: suas causas. — 87 p. — Defesa: 09-11-76. — Orientador: David Albert Denslow Jr. — Banca:

- (a) David Albert Denslow Jr.; (b) José Hamilton Gondim Silva;
(c) Manoel Bosco de Almeida.

25. MÁRIO JOSÉ DE LIMA

Acumulação de capital, distribuição da renda e a pequena produção: um esboço de interpretação teórica. — 100 p. — Defesa: 13-07-82. — Orientador: Aécio Alves de Oliveira. — Banca: (a) Aécio Alves de Oliveira; (b) Liana Maria Carleial de Casimiro; (c) Manoel Bosco de Almeida.

26. ODAIR LOPES GARCIA

Educação e salário das populações urbano-marginais de Fortaleza. — 65 p. — Defesa: 21-08-79. — Orientador: Peter James Eaton. — Banca: (a) Peter James Eaton; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) Ricardo Régis Saunders Duarte.

27. ROBERTO SMITH

Troca desigual e regionalismo: uma avaliação da industrialização recente no Nordeste brasileiro: o complexo industrial têxtil. — 159 p. — Defesa: 26-05-81. — Orientador: Agamenon Tavares de Almeida. — Banca: (a) Agamenon Tavares de Almeida; (b) Assuero Ferreira; (c) Aécio Alves de Oliveira.

28. ROGÉRIO PIRES DA CRUZ

Cultura de subsistência e estímulos de mercado: o caso do Ceará. — 117 p. — Defesa: 29-10-81. — Orientador: José Dantas da Silveira. — Banca: (a) José Dantas da Silveira; (b) Agamenon Tavares de Almeida; (c) Assuero Ferreira.

29. RONALDO DE ALBUQUERQUE E ARRAES

Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho. — 107 p. — Defesa: 28-11-78. — Orientador: Peter James Eaton. — Banca: (a) Peter James Eaton; (b) Ricardo Régis Saunders Duarte; (c) José Dantas da Silveira.

30. RUTH ALVES SIMÕES

Ensino superior e mercado de trabalho. — 141 p. — Defesa: 05-03-85. — Orientador: Agamenon Tavares de Almeida. — Banca: (a) Agamenon

Tavares de Almeida; (b) Roberto Smith; (c) Joseneide Franklin Cavalcante.

31. SÍLVIA HELENA PINTO DE MEDEIROS DIAS

Diferenciais de salários na indústria de confecção do Ceará. — 138 p.
— Defesa: 15-08-78. — Orientador: Agamenon Tavares de Almeida. —
Banca: (a) Agamenon Tavares de Almeida; (b) Antonio Luiz Abreu Dantas; (c) José Carlos Ferreira.

32. VERA MAMEDE ACCIOLY

O uso do solo e a renda fundiária urbana: o caso de Fortaleza. —
Defesa: 09-03-85. — Orientador: Agamenon Tavares de Almeida. —
Banca: (a) Agamenon Tavares de Almeida; (b) Roberto Smith; (c) Aécio Alves de Oliveira.

33. VICENTE DE ABREU NETO

A política de crédito industrial e o desempenho das empresas industriais do Acre. — 101 p. — Defesa: 24-04-81. — Orientador: Sebastião Alcântara Filho. — Banca: (a) Sebastião Alcântara Filho; (b) José Dantas da Silveira; (c) Ricardo Régis Saunders Duarte.

**CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e
Planejamento Regional
Universidade Federal de Minas Gerais –
Belo Horizonte ***

1. ADALBERTO FERREIRA DA SILVA

Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. — 99 p. — Defesa: 26-11-82. — Orientador: Donald Rolfe Sawyer. — Banca: (a) Donald Rolfe Sawyer; (b) João Antônio de Paula; (c) Moacir Fecury Ferreira da Silva.

2. AFRÂNIO OLIVEIRA ALVES

Absorção de mão-de-obra no setor terciário — emprego moderno e tradicional nos serviços do Brasil. — 134 p. — Defesa: 29-07-77. — Orientador: José Alberto Magno de Carvalho. — Banca: (a) José Alberto Magno de Carvalho; (b) José Afonso Bicalho Beltrão da da Silva; (c) Léa Melo da Silva.

3. ALDAIR TARCÍSIO RIZZI

O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola — o complexo avícola no Sudoeste Paranaense. — 200 p. — Defesa: 29-02-84. — Orientador: Valdemar Servilha. — Banca: (a) Valdemar Servilha; (b) Claus Magno Germer; (c) Maria Regina Nabuco Brandão.

4. ALTIVO RODRIGUES COELHO

Avaliação da eficiência econômica das empresas agrícolas do Vale do Palmital. Uma contribuição para o planejamento de desenvolvimento regional rural. — 123 p. — Defesa: 02-05-74. — Orientador: Eliseu Roberto de Andrade Alves. — Banca: (a) Eliseu Roberto de Andrade Alves; (b) Arthur Leon Silvers; (c) Thompson Almeida Andrade.

* Teses concluídas até 21-06-85. Nível: Mestrado.

5. ALZIRA LYDIA NUNES COELHO

Migração e fecundidade: um estudo para a área metropolitana de Belo Horizonte. — 88 p. — Defesa: 13-01-75. — Orientador: Thomas William Merrick. — Banca: (a) Thomas William Merrick; (b) Charles Howard Wood; (c) José Alberto Magno de Carvalho.

6. ANA AMÉLIA CAMARANO DE MELLO MOREIRA

Fatores determinantes da migração rural-urbana: o caso do noroeste de Minas Gerais. — 82 p. — Defesa: 25-07-77. — Orientador: Charles Howard Wood. — Banca: (a) Charles Howard Wood; (b) Maria do Carmo Fonseca do Vale; (c) Márcia Valadares de Melo Franco.

7. ANA LÚCIA FLORISBELA DOS SANTOS

Condições dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em favelas e periferias urbanas — Rio de Janeiro e Belo Horizonte. — 109 p. — Defesa: 11-05-85. — Orientador: Maurício Borges Lemos. — Banca: (a) Maurício Borges Lemos; (b) Carlos Nelson Ferreira dos Santos; (c) Flávio Saliba Cunha.

8. ANDIRANA VEIGA RESENDE

Siderurgia e desenvolvimento agrícola regional: o projeto da Açominas. — 288 p. — Defesa: 24-09-79. — Orientador: José Afonso Bicalho Beltrão da Silva. — Banca: (a) José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; (b) Jorge Eduardo Cincunegui; (c) Delso Moraes da Silva.

9. ANTÔNIO CARLOS CASULARI ROXO DA MOTTA

Evolução e estrutura da população economicamente ativa em São Paulo (construção de tábuas de vida ativa: 1960-70). — 153 p. — Defesa: 05-09-79. — Orientadora: Ana Maria Goldani Altman. — Banca: (a) Ana Maria Goldani Altman; (b) Ana Amélia Camarano de Mello Moreira; (c) Morvan de Mello Moreira.

10. ANTONIO DONIZETTI BERALDO

Produção de bens de capital sob encomenda: um estudo de caso. — 271 p. — Defesa: 04-11-83. — Orientador: Cândido Guerra Ferreira. — Banca: (a) Cândido Guerra Ferreira; (b) Luiz Antônio de Matos Macedo; (c) Renelson Ribeiro Sampaio.

11. ANTÔNIO VIEIRA RESENDE

Localização de atividades comerciais: um estudo de caso para supermercados em Belo Horizonte. — 82 p. — Defesa: 28-04-76. — Orientador: Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha. — Banca: (a) Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha; (b) Thompson Almeida Andrade; (c) Ernani Teixeira.

12. BENEDITO RODRIGUES DE MORAES NETO

Os desníveis inter-regionais de crescimento econômico: uma investigação teórica. — 105 p. — Defesa: 25-10-76. — Orientador: Carlos Maurício de Carvalho Ferreira. — Banca: (a) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira; (b) Willian Sebastião Penido do Vale; (c) Wilson Cano.

13. CARLOS ALBERTO CAIO MÁRCIO RENAULT

Produção e distribuição de álcool carburante em Minas Gerais. — 120 p. — Defesa: 26-11-82. — Orientador: Maurício Borges Lemos. — Banca: (a) Maurício Borges Lemos; (b) Waldomiro Pecht; (c) Solón José Guerreiro.

14. CARLOS SIDNEI COUTINHO

Transferência de tecnologia e organização do processo de trabalho na indústria siderúrgica. — 666 p. — Defesa: 28-01-85. — Orientador: João Antônio de Paula. — Banca: (a) João Antônio de Paula; (b) Ricardo Seidl da Fonseca; (c) Fernando Coutinho Garcia.

15. CÉLIO GREGÓRIO ESPÍNDOLA

Crescimento urbano-industrial das cidades de Blumenau e Joinville. — 103 p. — Defesa: 20-12-76. — Orientador: Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha. — Banca: (a) Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha; (b) Delso Moraes da Silva; (c) Paulo Roberto Haddad.

16. CÉSAR MANOEL DE MEDEIROS

Construção civil: absorção de mão-de-obra e aspectos gerais. — 120 p. — Defesa: 17-02-75. — Orientador: Thomas William Merrick. — Banca: (a) Thomas William Merrick; (b) Thompson Almeida Andrade; (c) Fausto Reynaldo Alves de Brito.

17. CLAUDIO JUNQUEIRA VILELA

Política populacional no Brasil: realidade ou mito? — 235 p. — Defesa: 21-12-83. — Orientadora: Léa Melo da Silva. — Banca: (a) Léa Melo da Silva; (b) Maria do Carmo Fonseca; (c) Marcos Antônio Estelita Lins de Salvo Coimbra.

18. DIVONIR RIBAS TEIXEIRA TORRES

Localização industrial: um estudo de caso para a amônia e uréia. — 50 p. — Defesa: 26-06-76. — Orientador: Thompson Almeida Andrade. — Banca: (a) Thompson Almeida Andrade; (b) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira; (c) Henrique Pacca Loureiro Luna.

19. DUVAL MAGALHÃES FERNANDES

Invasão de óbitos e mortalidade infantil no município de Belo Horizonte — 1974 a 1976. — 136 p. — Defesa: 30-07-79. — Orientadora: Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer. — Banca: (a) Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer; (b) Marianne Schmink; (c) Morvan de Mello Moreira.

20. EDSON AVELINO DE ARAÚJO

Fronteira agrícola e formação de centros comerciais urbanos em Goiás (1930-1955). — 277 p. — Defesa: 26-02-82. — Orientador: Maurício Borges Lemos. — Banca: (a) Maurício Borges Lemos; (b) Clélio Campolina Diniz; (c) Wilson Cano.

21. EDUARDO LUIZ GONÇALVES RIOS NETO

Salários na industrialização mineira: os anos 70. — 255 p. — Defesa: 19-08-82. — Orientador: Paulo de Tarso Almeida Paiva. — Banca: (a) Paulo de Tarso Almeida Paiva; (b) Clélio Campolina Diniz; (c) Paulo Eduardo de Andrade Baltar.

22. EDUARDO MARCOS CHAVES BASTOS

O desenvolvimento do setor de energia elétrica e suas relações com a indústria de equipamentos elétricos no Brasil. — 287 p. — Defesa: 06-07-81. — Orientador: Clélio Campolina Diniz. — Banca: (a) Clélio Campolina Diniz; (b) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira; (c) Donald Andrew Hay.

23. FÉLIX SCHOUGHANA

O debate Simonsen-Gudin: propostas alternativas para o desenvolvimento brasileiro. — 140 p. — Defesa: 11-03-83. — Orientadora: Liana

Maria Lafayette Aureliano da Silva. — Banca: (a) Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva; (b) Fabrício Augusto de Oliveira; (c) Roberto Borges Martins.

24. FLÁVIO RIANI

Finanças municipais — situação dos municípios brasileiros. — 78 p. — Defesa: 12-10-78. — Orientador: Carlos Maurício de Carvalho Ferreira. — Banca: (a) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira; (b) Sérgio de Azevedo; (c) Waldomiro Pecht.

25. FRANCISCO CARVALHO DUARTE FILHO

Incentivos fiscais na industrialização de Minas Gerais: Lei 5.261/69. — 192 p. — Defesa: 10-07-79. — Orientador: Jorge Eduardo Cincunegui. — Banca: (a) Jorge Eduardo Cincunegui; (b) José Afonso Beltrão da Silva; (c) Waldomiro Pecht.

26. FRANCISCO ZUBIETA ALCÓNZ

Estudios de regionalización de Bolivia y preliminares sobre una estrategia de polarización. — 289 p. — Defesa: 10-07-73. — Orientador: Carlos Maurício de Carvalho Ferreira. — Banca: (a) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira; (b) Celsius Antônio Lodder; (c) Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha.

27. GERMÁN TORRES SALAZAR

Aspectos sócio-econômicos da fecundidade no Brasil: 1970. — 81 p. — Defesa: 31-05-79. — Orientadora: Léa Melo da Silva. — Banca: (a) Léa Melo da Silva; (b) Alzira Lydia Nunes Coelho; (c) Maria do Carmo Fonseca do Vale.

28. GINA GULINELI PALADINO

Papel, técnica e capital: estudo sobre a evolução e mutação nos processos de trabalho e de produção do papel e análise do desenvolvimento do setor papelêiro no Brasil. — 364 p. — Defesa: 12-03-85. — Orientador: João Antônio de Paula. — Banca: (a) João Antônio de Paula; (b) José Eduardo Cassiolato; (c) Rachel Fernandez Borges Matos.

29. JACQUES SCHWARTZMAN

O desenvolvimento da teoria da base de exportação como uma teoria do desenvolvimento regional. — 96 p. — Defesa: 12-09-73. — Orien-

tador: Arthur Leon Silvers. — Banca: (a) Arthur Leon Silvers; (b) Paulo Roberto Haddad; (c) José Birchall Wanderley.

30. JOÃO EMÍLIO MOURÃO COSTA DE CASTRO
Notas introdutórias sobre a indústria brasileira de bens de capital e algumas considerações sobre seu processo de expansão em países sub-desenvolvidos. — 167 p. — Defesa: 22-09-79. — Orientador: Maurício Borges Lemos. — Banca: (a) Maurício Borges Lemos; (b) Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves; (c) Paulo de Tarso Almeida Paiva.
31. JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO DA SILVA
Mercado de trabalho da região metropolitana de Belo Horizonte: setor comercial. — 154 p. — Defesa: 16-01-75. — Orientador: Fausto Reynaldo Alves de Brito. — Banca: (a) Fausto Reynaldo Alves de Brito; (b) Ernani Teixeira; (c) Thomas William Merrick.
32. JOSÉ EUSTAQUIO DINIZ ALVES
A mulher no desenvolvimento econômico: a participação feminina no mercado de trabalho em Minas Gerais (1950-1980). — 176 p. — Defesa: 28-10-83. — Orientadora: Léa Melo da Silva. — Banca: (a) Léa Melo da Silva; (b) Maria Celina Pinto Albano; (c) Paulo de Tarso Almeida Paiva.
33. JUAN JUSTO BELTRAN GUZMAN
Bolivia: diferenciales de la fecundidad y la mortalidad según el censo de 1976. — 217 p. — Defesa: 07-02-83. — Orientador: José Alberto Magno de Carvalho. — Banca: (a) José Alberto Magno de Carvalho; (b) Valéria Motta Leite; (c) Clotilde Andrade Paiva.
34. LÉA MELO DA SILVA
Fluxos migratórios para Belo Horizonte. — 120 p. — Defesa: 08-08-72. — Orientador: Thomas William Merrick. — Banca: (a) Thomas William Merrick; (b) Douglas Hume Graham; (c) José Amando de Souza.
35. LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO
Padrões de fecundidade na região metropolitana de Belo Horizonte: enfoque sócio-econômico. — 79 p. — Defesa: 13-01-75. — Orientador:

Thomas William Merrick. — Banca: (a) Thomas William Merrick; (b) José Alberto Magno de Carvalho; (c) Charles Howard Wood.

36. LUIZ ANTÔNIO PINTO DE OLIVEIRA

O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e o ciclo de cem anos de andança da população acreana. — 145 p. — Defesa: 14-01-82. — Orientador: Donald Rolfe Sawyer. — Banca: (a) Donald Rolfe Sawyer; (b) George Roger Martine; (c) João Antônio de Paula.

37. MANOEL PINTO DA FONSECA

Padrões de colonização e o desenvolvimento regional: o caso paranaense e o caso mato-grossense (análise comparativa). — 228 p. — Defesa: 12-08-80. — Orientador: Waldomiro Pecht. — Banca: (a) Waldomiro Pecht; (b) Donald Rolfe Sawyer; (c) Jacques Schwartzman.

38. MARCELO PARIZZI

Problemas empresariais de maximização de resultados: uma abordagem teórico-prática. — 136 p. — Defesa: 12-12-75. — Orientador: Paulo Roberto Haddad. — Banca: (a) Paulo Roberto Haddad; (b) Ernani Teixeira; (c) Willian Sebastião Penido do Vale.

39. MARCO POLO RIBEIRO

A teoria da demanda efetiva posta em questão. — 194 p. — Defesa: 01-10-82. — Orientador: Maurício Borges Lemos. — Banca: (a) Maurício Borges Lemos; (b) João Heraldo dos Santos Lima; (c) José Carlos de Souza Braga.

40. MARIA AMARANTE PASTOR LIMA

O processo de acumulação de capital no Brasil: um estudo da tendência à crise fiscal — período 1947/80. — 382 p. — Defesa: 15-07-82. — Orientador: Maurício Borges Lemos. — Banca: (a) Maurício Borges Lemos; (b) Fabrício Augusto de Oliveira; (c) Fernando Antonio Rezende da Silva.

41. MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES

A política do IAA e a produção familiar na região canavieira de Ponte Nova, Minas Gerais. — 269 p. — Defesa: 04-03-82. — Orientador: Paulo Roberto Beskow. — Banca: (a) Paulo Roberto Beskow; (b) Maurício Borges Lemos; (c) Valdemar Servilha.

42. MARILZA FERREIRA CELIN

Migração interna no Espírito Santo — 1940/1980. — 138 p. — Defesa: 22-12-82. — Orientadora: Ana Amélia Camarano de Mello Moreira. — Banca: (a) Ana Amélia Camarano de Mello Moreira; (b) Maria do Carmo Fonseca do Vale; (c) José Alberto Magno de Carvalho.

43. MÁRIO VELLOSO COSTA

Aspectos econômicos de um estudo de saneamento básico para o Estado de Minas Gerais. — 127 p. — Defesa: 19-02-75. — Orientador: Carlos Maurício de Carvalho Ferreira. — Banca: (a) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira; (b) Antônio Fabiano de Paiva; (c) Thompson Almeida Andrade.

44. MILTON VALADARES BAHIA FILHO

Redução de qualidade em mercados oligopólicos: o caso da indústria de pneumáticos no Brasil. — 105 p. — Defesa: 22-10-84. — Orientador: Luiz Antônio de Matos Macedo. — Banca: (a) Luiz Antônio de Matos Macedo; (b) Claudio Monteiro Considera; (c) Valdemar Servilha.

45. MÚCIO FRANÇA

O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais. — 183 p. — Defesa: 14-12-84. — Orientadora: Maria Regina Nabuco Brandão. — Banca: (a) Maria Regina Nabuco Brandão; (b) Malori José Pompermayer; (c) Valdemar Servilha.

46. NUNO MONTEIRO CASASANTA

Transportes, localização industrial, fluxos de comércio e desenvolvimento regional: relações para uma teoria geral da localização. — 84 p. — Defesa: 18-08-75. — Orientador: Paulo Roberto Haddad. — Banca: (a) Paulo Roberto Haddad; (b) Ricardo Luís Santiago; (c) Thompson Almeida Andrade.

47. PATRÍCIO EGON FUENTES SARMIENTO

Especialización industrial en un sistema de ciudades. — 63 p. — Defesa: 14-07-76. — Orientador: Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha. — Banca: (a) Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha; (b) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira; (c) Willian Sebastião Penido do Vale.

48. PAULO AFONSO CARVALHO PEREIRA
Padrões de concentração e crescimento industrial na região polarizada por Belo Horizonte. — 105 p. — Defesa: 16-01-81. — Orientador: Delso Moraes da Silva. — Banca: (a) Delso Moraes da Silva; (b) Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha; (c) Waldomiro Pecht.
49. PAULO KAZUAKI MURANAKA
Um estudo de localização industrial intra-urbana: aspectos da distribuição espacial de indústrias no município de São Paulo. — 66 p. — Defesa: 16-12-75. — Orientador: Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha. — Banca: (a) Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha; (b) Ruy Aguiar da Silva Leme; (c) Carlos Maurício de Carvalho Ferreira.
50. PEDRO ANTÔNIO URSINE KRETTLI
Os desequilíbrios cambiais no Brasil. — 144 p. — Defesa: 21-06-85. — Orientador: Maurício Borges Lemos. — Banca: (a) Maurício Borges Lemos; (b) Cláudio Gontijo; (c) Dércio Garcia Munhoz.
51. RACHEL FERNANDEZ BORGES
Organização do processo de trabalho na indústria siderúrgica — um estudo de caso. — 215 p. — Defesa: 16-12-83. — Orientador: Cândido Guerra Ferreira. — Banca: (a) Cândido Guerra Ferreira; (b) Paulo de Tarso Almeida Paiva; (c) Paulo Vieira da Cunha.
52. RALFO EDMUNDO DA SILVA MATOS
Impactos da legislação urbanística sobre a estrutura urbana de Belo Horizonte — um estudo de caso. — 217 p. — Defesa: 21-09-84. — Orientador: Afrânio Alves de Andrade. — Banca: (a) Afrânio Alves de Andrade; (b) Antonio Octávio Cintra; (c) Teodoro Alves Lamounier.
53. REGINA DOLABELA COELHO
Sub-registros de nascimentos no município de Belo Horizonte — 1977. — 61 p. — Defesa: 25-03-81. — Orientadora: Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer. — Banca: (a) Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer; (b) José Alberto Magno de Carvalho; (c) José Maria Pacheco de Souza.
54. RICARDO DE BARROS RODRIGUEZ
Desigualdades financeiras regionais no Brasil — 1968/80. — 282 p. — Defesa: 31-03-82. — Orientador: Celsius Antônio Lodder. — Banca:

- (a) Celsius Antônio Lodder; (b) Cláudio Gontijo; (c) Hamilton Carvalho Tolosa.
55. RICARDO PEREIRA SOARES
Avaliação econômica da política tritícola de 1967 a 1977. — 177 p. — Defesa: 17-01-80. — Orientador: José Prazeres Ramalho de Castro. — Banca: (a) José Prazeres Ramalho de Castro; (b) Maurício Borges Lemos; (c) Valdemar Servilha.
56. ROBERTO DO NASCIMENTO RODRIGUES
Determinantes sócio-econômicos de morbidade e mortalidade numa área de industrialização recente: o caso de Belo Horizonte. — 224 p. — Defesa: 20-02-81. — Orientadora: Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer. — Banca: (a) Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer; (b) José Alberto Magno de Carvalho; (c) Sabina Lea Davidson Gotlieb.
57. ROSÁLIA SOUZA TOSCANO
O padrão de competição na indústria de automóveis no Brasil (1976/1980): o impacto da Fiat. — 376 p. — Defesa: 09-03-83. — Orientador: João Antônio de Paula. — Banca: (a) João Antônio de Paula; (b) Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves; (c) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães.
58. ROSSANA RIBEIRO CIMINELLI
Expansão industrial e estrutura do mercado de trabalho em Minas Gerais — 1970/1984. — 236 p. — Defesa: 20-12-84. — Orientador: Paulo de Tarso Almeida Paiva. — Banca: (a) Paulo de Tarso Almeida Paiva; (b) Clélio Campolina Diniz; (c) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos.
59. VALDEMAR SERVILHA
A agricultura e a acumulação de capital no Brasil. — 127 p. — Defesa: 22-07-77. — Orientador: Charles Howard Wood. — Banca: (a) Charles Howard Wood; (b) Bernardo Sorj; (c) Sérgio Salomé Silva.
60. VANDER GONTIJO
Padrões regionais de comportamento econômico dos produtos agrícolas do Estado de São Paulo. — 111 p. — Defesa: 18-08-75. — Orientador: Eliseu Roberto de Andrade Alves. — Banca: (a) Eliseu Roberto de Andrade Alves; (b) Ernani Teixeira; (c) Ricardo Luís Santiago.

61. WALTER FOUAD CURI
Fatores que influenciam a demanda educacional à UFMG. — 151 p.
— Defesa: 30-10-75. — Orientador: José Armando de Souza. — Banca:
(a) José Armando de Souza; (b) Glaura Vasques de Miranda; (c)
Oder José dos Santos.
62. WILLIAM RICARDO DE SÁ
*A experiência do Centro Tecnológico de Minas Gerais: implantação,
desenvolvimento, perfil da produção e natureza da clientela.* — 142 p.
— Defesa: 14-09-84. — Orientador: Octávio Elísio Alves de Brito. —
Banca: (a) Octávio Elísio Alves de Brito; (b) Clélio Campolina
Diniz; (c) Aluísio Marri.
63. WILLIAN SEBASTIÃO PENIDO DO VALE
*Planejamento ótimo do crescimento e emprego num sistema com
excedentes de mão-de-obra.* — 86 p. — Defesa: 27-06-75. — Orientador:
Paulo Roberto Haddad. — Banca: (a) Paulo Roberto Haddad; (b)
Carlos Maurício de Carvalho Ferreira; (c) Ernani Teixeira.
64. YARA DE CARVALHO BARROS
*Diferenciais de mortalidade na infância entre nativos e migrantes —
estudo de caso.* — 102 p. — Defesa: 29-11-82. — Orientador: Charles
Howard Wood. — Banca: (a) Charles Howard Wood; (b) Diana
Reiko Tutiya Oya Sawyer; (c) José Alberto Magno de Carvalho.

IEI – Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro –
Rio de Janeiro *

1. ALCINO CÂMARA NETO

Política econômica e mudanças estruturais na economia americana – 1940-1960. – 278 p. – Defesa: 28-03-85. – Orientadora: Maria da Conceição de Almeida Tavares. – Banca: (a) Maria da Conceição de Almeida Tavares; (b) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães; (c) José Tavares de Araújo Júnior.

2. ALOÍSIO TEIXEIRA

O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra. – 249 p. – Defesa: 29-07-83. – Orientadora: Maria da Conceição de Almeida Tavares. – Banca: (a) Maria da Conceição de Almeida Tavares; (b) Pedro Sampaio Malan; (c) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães. – Premiação no Concurso do BNDES: 5.^a classificada em 1984.

3. CID MANSO DE MELLO VIANNA

O processo da formação do mercado internacional na tradição do pensamento econômico marxista. – 200 p. – Defesa: 28-11-83. – Orientador: Ricardo de Mendonça Lima Tolipan. – Banca: (a) Ricardo de Mendonça Lima Tolipan; (b) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães; (c) Luis Jorge Werneck Vianna.

4. CLÉLIA VIRGÍNIA SANTOS PIRAGIBE

A indústria de computadores: intervenção do Estado e padrão de competição. – 266 p. – Defesa: 14-05-84. – Orientador: Fabio Stefano Erber. – Banca: (a) Fabio Stefano Erber; (b) Mario Dias Ripper; (c) Paulo Bastos Tigre.

5. EDWARD JOAQUIM AMADEO SWAELEN

Desemprego, salários e preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 1970. – 134 p. – De-

* Teses concluídas até 01-04-85. Nível: **Mestrado.**

- fesa: 09-03-82. — Orientadora: Maria da Conceição de Almeida Tavares. — Banca: (a) Maria da Conceição de Almeida Tavares; (b) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães; (c) José Márcio Antônio Guimarães de Camargo. — Premiação no Concurso do BNDES: 1.^a classificada em 1982.
6. ERNANI TEIXEIRA TORRES FILHO
O mito do sucesso: uma análise da economia japonesa no pós-guerra. — 163 p. — Defesa: 10-10-83. — Orientadora: Maria da Conceição de Almeida Tavares. — Banca: (a) Maria da Conceição de Almeida Tavares; (b) José Márcio Antônio Guimarães de Camargo; (c) Sulamis Dain.
7. JACQUES KERSTENETZKY
A história da Metal Leve S.A.: empresa privada nacional líder no setor metal-mecânico. — 164 p. — Defesa: 01-04-85. — Orientador: Jacob Frenkel. — Banca: (a) Jacob Frenkel; (b) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães; (c) José Antonio Ortega.
8. JOSÉ MANUEL VARGES SANTOS MALDONADO
Economia política do setor carbonífero no Brasil: o carvão energético. — 194 p. — Defesa: 29-03-85. — Orientador: Jacob Frenkel. — Banca: (a) Jacob Frenkel; (b) José Antonio Ortega; (c) Arlindo de Almeida Rocha.
9. MANUEL ALCINO RIBEIRO DA FONSECA
Uma análise comparativa dos modelos de insumo-produto e de programação linear. — 142 p. — Defesa: 17-08-81. — Orientador: José Antonio Ortega. — Banca: (a) José Antonio Ortega; (b) João Luiz Maurity Saboia; (c) Luiz Fernando Loureiro Legey.
10. MARIA LUIZA DE AGUIAR MARQUES
A indústria de alumínio no Brasil. — 161 p. — Defesa: 10-08-83. — Orientador: Eduardo Augusto de Almeida Guimarães. — Banca: (a) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães; (b) Sulamis Dain; (c) Octávio Elísio Alves de Brito; (d) Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa.
11. MONICA ORBERG
A história da Resana S/A: empresa privada líder no setor químico. — 324 p. — Defesa: 31-01-83. — Orientador: Jacob Frenkel. — Banca:

- (a) Jacob Frenkel; (b) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães;
(c) Andrea Sandro Calabi; (d) José Antonio Ortega.

12. NIVALDE JOSÉ DE CASTRO

O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada estrangeira para a propriedade pública (1945-1961). — 258 p. — Defesa: 28-03-85. — Orientadora: Sulamis Dain. — Banca: (a) Sulamis Dain; (b) Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa; (c) Antonio Dias Leite.

13. VICTOR PROCHNIK

A dinâmica da indústria de cimento no Brasil. — 208 p. — Defesa: 02-12-83. — Orientador: Eduardo Augusto de Almeida Guimarães. — Banca: (a) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães; (b) Fabio Stefano Erber; (c) Maria Bárbara Levy. — Premiação no Concurso do BNDES: 2.^a classificada em 1984.

**IEPE (CPGE) – Centro de Estudos e
Pesquisas Econômicas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
– Porto Alegre***

1. ACHYLES BARCELOS DA COSTA

A concentração econômica na indústria de calçados do Vale dos Sinos.
— 72 p. — Defesa: 04-11-76. — Orientador: Haralambos Simeonidis.
— Banca: (a) Haralambos Simeonidis; (b) Yeda Rorato Crusius;
— (c) Aaron Dehter.

2. ADALBERTO ALVES MAIA NETO

A função demanda e a teoria do consumidor. — 52 p. — Defesa:
26-12-73. — Orientador: Herbert Guarini Calháu. — Banca: (a)
Herbert Guarini Calháu; (b) Carlos Augusto Crusius; (c) Francisco
Machado Carrion Júnior.

3. ADEMAR ADACIO VERNIER

Indicadores de facilidade de acesso ao crédito na indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 1977. — 141 p. — Defesa: 27-12-79.
— Orientadora: Yeda Rorato Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato
Crusius; (b) Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto; (c) Ernani
Hickmann.

4. ALÍCIA ESTHER JIMENEZ ROMERO

*Análise da distribuição dos salários no Panamá — período: 1960 a
1970.* — 283 p. — Defesa: 03-12-82. — Orientadora: Yeda Rorato
Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato Crusius; (b) José Bonetti Pinto;
(c) Achyles Barcelos da Costa.

5. ARIO ZIMMERMANN

As relações da produção com crédito oficial na agricultura gaúcha.
— 159 p. — Defesa: 04-10-77. — Orientador: Leodegar Jost. — Banca:
(a) Leodegar Jost; (b) Haralambos Simeonidis; (c) Atos Freitas
Grawunder.

* Teses concluídas até 31-05-85. Nível: Mestrado.

6. ARION CÉSAR FOERSTER

Análise comparativa de alternativas de produção: o caso das culturas alimentares no sudoeste do Paraná — 156 p. — Defesa: 15-05-85. — Orientador: Juvir Luiz Mattuella. — Banca: (a) Juvir Luiz Mattuella; (b) Carlos Augusto Crusius; (c) Judas Tadeu Grassi Mendes.

7. BRENDA XIOMARA MORENO

Incentivos fiscais às exportações na indústria de calçados no Rio Grande do Sul. — 101 p. — Defesa: 02-09-77. — Orientadora: Yeda Rorato Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato Crusius; (b) José Bonetti Pinto; (c) Carlos Augusto Crusius.

8. CELSO ANVERSA

A produtividade do capital na indústria de transformação do Rio Grande do Sul em 1974. — 105 p. — Defesa: 02-05-78. — Orientador: Haralambos Simeonidis. — Banca: (a) Haralambos Simeonidis; (b) Ney Marques; (c) Yeda Rorato Crusius.

9. DEJALME ANDREOLI

As funções da lavoura arrozeira no Rio Grande do Sul. — 140 p. — Defesa: 09-01-79. — Orientadora: Yeda Rorato Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato Crusius; (b) Ary Burger; (c) Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto.

10. DUÍLIO DE ÁVILA BÉRNI

As funções de custos na indústria dos frigoríficos abatedores de suínos no Rio Grande do Sul. — 82 p. — Defesa: 21-07-77. — Orientador: Antonio Carlos Coitinho Fraquelli. — Banca: (a) Antonio Carlos Coitinho Fraquelli; (b) José Carlos Grijó; (c) Leodegar Jost.

11. EDUARDO AUGUSTO DE LIMA MALDONADO FILHO

Diferenciais de salários médios: uma investigação em oito gêneros selecionados da indústria de transformação do Rio Grande do Sul no período de 1966-70. — 92 p. — Defesa: 26-06-78. — Orientador: José Bonetti Pinto. — Banca: (a) José Bonetti Pinto; (b) Carlos Augusto Crusius; (c) Aaron Dehter.

12. ERMES TADEU ZAPELINI

A expansão do setor público no Brasil e em Santa Catarina. — 182 p.

- Defesa: 28-06-79. — Orientador: José Bonetti Pinto. — Banca: (a) José Bonetti Pinto; (b) Manoel Marques Leite; (c) Herbert Guarini Calháu.
13. EUGÊNIO LAGEMANN
A experiência de um banco gaúcho: o Banco Pelotense (1906-1931).
 — 354 p. — Defesa: 26-04-84. — Orientador: José Bonetti Pinto. — Banca: (a) José Bonetti Pinto; (b) Sandra Jatahy Pesavento; (c) Ary Burger.
14. FERNANDO FERRARI FILHO
Lavoura capitalista e concentração fundiária no Rio Grande do Sul.
 — 91 p. — Defesa: 30-01-84. — Orientador: Carlos Augusto Crusius. — Banca: (a) Carlos Augusto Crusius; (b) Edgar Augusto Lanzer; (c) Achyles Barcelos da Costa.
15. GENTIL CORAZZA
Teoria econômica e Estado (de Quesnay a Keynes). — 155 p. — Defesa: 13-11-84. — Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca. — Banca: (a) Pedro Cezar Dutra Fonseca; (b) Carlos Augusto Crusius; (c) José Bonetti Pinto.
16. JOSÉ ANTONIO FIALHO ALONSO
Evolução das desigualdades interregionais de renda interna no Rio Grande do Sul: 1939/70. — 160 p. — Defesa: 25-05-83. — Orientador: David Christopher Garlow. — Banca: (a) David Christopher Garlow; (b) Leodegar Jost; (c) Nali de Jesus de Souza.
17. JOSÉ LAZARO CELIN
Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo. — 330 p. — Defesa: 31-01-84. — Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca. — Banca: (a) Pedro Cezar Dutra Fonseca; (b) Roberto Camps Moraes; (c) Sandra Jatahy Pesavento.
18. KAREN STALLBAUM
Índice sintético de custo da alimentação de Porto Alegre. — 84 p. — Defesa: 17-12-80. — Orientador: Carlos Augusto Crusius. — Banca: (a) Carlos Augusto Crusius; (b) Jandyra Guimarães Fachel; (c) Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto.

19. LOUIS ROBERTO WESTPHAL
Influência dos incentivos fiscais na competitividade das exportações dos produtos agropecuários do RS — 1967/75. — 162 p. — Defesa: 11-07-79. — Orientador: Haralambos Simeonidis. — Banca: (a) Haralambos Simeonidis; (b) Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto; (c) Francisco Machado Carrion Júnior.

20. LUIZ ROBERTO PECOITS TARGA
Ensaio sobre a totalidade econômica. — 121 p. — Defesa: 30-04-81. — Orientador: José Bonetti Pinto. — Banca: (a) José Bonetti Pinto; (b) Roberto Camps Moraes; (c) Benício Viero Schmidt.

21. MANOEL LUIZ MALAGUTI BARCELLOS PANCINHA
A influência da acumulação mundial na estrutura e no nível de emprego na América Latina. — 170 p. — Defesa: 15-09-79. — Orientador: José Bonetti Pinto. — Banca: (a) José Bonetti Pinto; (b) Aaron Dehter; (c) Ary Burger.

22. MARIA APARECIDA GRENDENE DE SOUZA
Alfred Marshall: um estudo de economia política. — 136 p. — Defesa: 19-11-79. — Orientador: Antonio Carlos Coitinho Fraquelli. — Banca: (a) Antonio Carlos Coitinho Fraquelli; (b) Ernani Hickmann; (c) Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves.

23. MARIA DE FÁTIMA GARCIA
O impacto do PROALCOOL na economia agrícola do Ceará. — 165 p. — Defesa: 03-12-84. — Orientador: Reinaldo Ignácio Adams. — Banca: (a) Reinaldo Ignácio Adams; (b) Edgar Augusto Lanzer; (c) Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto.

24. MARIA HELOISA LENZ
A categoria econômica renda da terra. — 134 p. — Defesa: 30-09-80. — Orientador: Roberto Camps Moraes. — Banca: (a) Roberto Camps Moraes; (b) Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto; (c) José Francisco Graziano da Silva. — Premiação no Concurso do BNDES: 4.^a classificada em 1981.

25. MÁRIO BAIOCCHI
A despesa pública: mito e realidade. — 260 p. — Defesa: 28-06-78. —

Orientador: Leodegar Jost. — Banca: (a) Leodegar Jost; (b) Manoel Marques Leite; (c) Aaron Dehter.

26. NALI DE JESUS DE SOUZA

A teoria da base econômica regional: uma verificação empírica. — 133 p. — Defesa: 16-09-74. — Orientador: Carlos Augusto Crusius. — Banca: (a) Carlos Augusto Crusius; (b) Maurício Filchtiner; (c) José Carlos Grijó; (d) David Christopher Garlow; (e) Leodegar Jost.

27. NELSON BRILMAN CASTAN

Distribuição salarial dos bancários de Porto Alegre. — 125 p. — Defesa: 20-05-77. — Orientador: José Bonetti Pinto. — Banca: (a) José Bonetti Pinto; (b) Carlos Augusto Crusius; (c) Francisco Machado Carrion Júnior.

28. NEMÉSIO ALTOÊ

A distribuição funcional da renda na indústria de transformação no Rio Grande do Sul em 1974. — 87 p. — Defesa: 24-11-77. — Orientadora: Yeda Rorato Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato Crusius; (b) Haralambos Simeonidis; (c) Ney Marques.

29. NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO

Teoria neoclássica de função de produção: problemas de análise e de determinação. — 63 p. — Defesa: 28-12-73. — Orientador: Carlos Augusto Crusius. — Banca: (a) Carlos Augusto Crusius; (b) José Carlos Grijó; (c) Leodegar Jost.

30. OSCAR HISAO ITO

Os fatores que afetam o processo de industrialização do Estado do Paraná. — 137 p. — Defesa: 16-10-80. — Orientador: Antonio Carlos Coitinho Fraquelli. — Banca: (a) Antonio Carlos Coitinho Fraquelli; (b) Francisco Machado Carrion Júnior; (c) Leodegar Jost.

31. OTÍLIA BEATRIZ KROEFF CARRION

Modificações nos padrões de utilização da mão-de-obra rural no Rio Grande do Sul. — 107 p. — Defesa: 17-08-77. — Orientador: Ney Marques. — Banca: (a) Ney Marques; (b) Herbert Guarini Calháu; (c) Aaron Dehter.

32. PAULO ALEXANDRE SPOHR

Subsídio implícito no crédito rural: repercussão na agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. — 152 p. — Defesa: 25-08-82. — Orientador: Edgar Augusto Lanzer. — Banca: (a) Edgar Augusto Lanzer; (b) Ary Burger; (c) Ernani Hickmann.

33. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

A reorientação da economia gaúcha na República Velha: a política econômica e os fundamentos dos conflitos políticos. — 186 p. — Defesa: 20-06-80. — Orientador: Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto. — Banca: (a) Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto; (b) José Bonetti Pinto; (c) Francisco Machado Carrion Júnior. — Premiação no Concurso do BNDES: 2.^a classificada em 1981.

34. PEDRO SILVEIRA BANDEIRA

Diferença de variabilidade das receitas de exportação entre empresas exportadoras de carne bovina no Rio Grande do Sul: um estudo exploratório. — 60 p. — Defesa: 12-12-78. — Orientador: Carlos Augusto Crusius. — Banca: (a) Carlos Augusto Crusius; (b) Antonio Carlos Coitinho Fraquelli; (c) Aaron Dehter.

35. ROBERTO CAMPS MORAES

Curva de Phillips: duas versões para economias ricas e uma hipótese para economias pobres. — 47 p. — Defesa: 27-12-73. — Orientadora: Yeda Rorato Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato Crusius; (b) Herbert Guarini Calháu; (c) Edgar Augusto Lanzer.

36. ROBERTO NELSON KELLER

O intervencionismo no Rio Grande do Sul. — 90 p. — Defesa: 23-12-76. — Orientador: Manoel Marques Leite. — Banca: (a) Manoel Marques Leite; (b) Yeda Rorato Crusius; (c) Francisco Machado Carrion Júnior.

37. SARA BRUMER

Estrutura, conduta e desempenho de mercado da indústria metal-mecânica gaúcha — 1977. — 212 p. — Defesa: 24-10-80. — Orientadora: Yeda Rorato Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato Crusius; (b) José Carlos Grijó; (c) David Christopher Garlow.

38. SÉRGIO FISCHER

Séries univariantes de tempo: a metodologia de Box & Jenkins. — 252 p. — Defesa: 12-05-82. — Orientador: Carlos Augusto Crusius. — Banca: (a) Carlos Augusto Crusius; (b) Herbert Guarini Calháu; (c) Ernani Hickmann.

39. SÉRGIO NAVARRO DE VASCONCELOS

Análise da distribuição da renda pessoal em Pernambuco. — 127 p. — Defesa: 13-07-79. — Orientador: Ney Marques. — Banca: (a) Ney Marques; (b) José Bonetti Pinto; (c) Roberto Camps Moraes; (d) Aaron Dehter.

40. SILVIO ANTONIO FERRAZ CÁRIO

Estudo empírico sobre a estrutura dos salários na indústria de transformação do Estado do Rio Grande do Sul. — 152 p. — Defesa: 16-08-79. — Orientadora: Yeda Rorato Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato Crusius; (b) José Carlos Grijó; (c) Nali de Jesus de Souza.

41. SILVIO BARBOSA DOS REIS

Estimação da demanda telefônica do Estado do Rio Grande do Sul. — 65 p. — Defesa: 26-10-84. — Orientador: Carlos Augusto Crusius. — Banca: (a) Carlos Augusto Crusius; (b) Leodegar Jost; (c) Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto.

42. SONIA REJANE UNIKOWSKI TERUCHKIN

Análise quantitativa da distribuição da renda pessoal e dos salários no Rio Grande do Sul. — 172 p. — Defesa: 29-04-77. — Orientador: Leodegar Jost. — Banca: (a) Leodegar Jost; (b) Aaron Dehter; (c) Yeda Rorato Crusius.

43. VALTER NUNES TEIXEIRA

Alguns fatores do crescimento industrial de Santa Catarina. — 88 p. — Defesa: 02-03-77. — Orientadora: Yeda Rorato Crusius. — Banca: (a) Yeda Rorato Crusius; (b) Aaron Dehter; (c) Haralambos Simeonidis.

44. VIRGÍLIO DE ALMEIDA

O trigo no Brasil: uma avaliação atual. — 121 p. — Defesa: 31-05-85. — Orientador: Carlos Augusto Crusius. — Banca: (a) Carlos Augusto Crusius; (b) José Carlos Grijó; (c) Edgar Augusto Lanzer.

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Universidade Federal do Pará – Belém *

1. AGESILAU JOSÉ SOUZA MARTINS

Os PDRIs no Piauí: avaliação de desempenho do projeto de valorização hidroagrícola da Lagoa do Buriti. — 114 p. — Defesa: 05-07-85. — Orientador: Mário Nazareno Noronha Faria e Souza. — Banca: (a) Mário Nazareno Noronha Faria e Souza (presidente); (b) Thomas Adalbert Mitschein; (c) Antonio Cezar Cruz Fortes.

2. ATASIANO ALVES DA SILVA

Reprodução de capital: estudo sobre a emergência da pobreza e favelamento no processo histórico da formação social brasileira e na cidade de Goiabá. — 336 p. — Defesa: 14-07-83. — Orientador: Mário Nazareno Noronha Faria e Souza. — Banca: (a) Mário Nazareno Noronha Faria e Souza (presidente); (b) Manoel Pinto da Silva Júnior; (c) Lúcio Kowarick.

3. AURILÉA GOMES ABELÉM

Urbanização e remoção: por que e para quem? Estudo sobre uma experiência de planejamento nas baixadas de Belém. — 139 p. — Defesa: 21-06-82. — Orientador: Raymundo Heraldo Maués. — Banca: (a) Raymundo Heraldo Maués (presidente); (b) Samuel Maria de Amorim e Sá; (c) Otávio Guilherme Velho.

4. CLÉO CONCEIÇÃO RESQUE DE OLIVEIRA

Urbanização e retenção populacional numa área decadente da Amazônia: o caso de Soure, Pará. — 184 p. — Defesa: 01-07-83. — Orientador: Luis Eduardo Aragón Vaca. — Banca: (a) Luis Eduardo Aragón Vaca (presidente); (b) Samuel Maria de Amorim e Sá; (c) George Roger Martine.

5. DAVID FERREIRA CARVALHO

Formas de acumulação e dominação do capital na agricultura e campesinato na Amazônia. — 340 p. — Defesa: 26-10-84. — Orientador:

* Teses concluídas até 05-07-85. Nível: Mestrado.

Carlos Alberto Ferreira Lima. — Banca: (a) Carlos Alberto Ferreira Lima (presidente); (b) Theotônio dos Santos Júnior; (c) José Marcelino Monteiro da Costa.

6. FÁBIO CARLOS DA SILVA

Frentes pioneiras e campesinato na Amazônia oriental brasileira. — 190 p. — Defesa: 22-06-82. — Orientador: Isidoro Maria da Silva Alves. — Banca: (a) Isidoro Maria da Silva Alves (presidente); (b) Luis Eduardo Aragón Vaca; (c) Otávio Guilherme Velho.

7. FÁBIO SEPÚLVEDA LÓPEZ

Estilo brasileiro de desenvolvimento amazônico. — 100 p. — Defesa: 28-02-83. — Orientador: Olegário Pereira Reis. — Banca: (a) Olegário Pereira Reis (presidente); (b) Nelson de Figueiredo Ribeiro; (c) Otávio Guilherme Velho.

8. FRANCISCO CARLOS DA SILVEIRA CAVALCANTI

O processo de ocupação das terras do Acre. — 136 p. — Defesa: 16-05-83. — Orientador: Mário Nazareno Noronha Faria e Souza. — Banca: (a) Mário Nazareno Noronha Faria e Souza (presidente); (b) Samuel Maria de Amorim e Sá; (c) Donald Rolfe Sawyer.

9. JOSÉ OTÁVIO MAGNO PIRES

Saúde, pobreza e participação: histórico e análise de proposta participativa no planejamento em saúde pública. — 499 p. — Defesa: 29-05-85. — Orientadora: Elisa Vianna Sá. — Banca: (a) Elisa Vianna Sá (presidente); (b) Samuel Maria de Amorim e Sá; (c) João Yunes.

10. JOSÉ STÊNIO GONZAGA DE SOUZA

Agricultura: relações sociais de produção não capitalista e/ou capitalista? — 95 p. — Defesa: 23-05-83. — Orientador: Wilton dos Santos Brito. — Banca: (a) Wilton dos Santos Brito (presidente); (b) Geraldo Mártires Coelho; (c) Theotônio dos Santos Júnior.

11. MARIA ANTONIETA FLÉXA DE ALMEIDA

A ocupação recente da Amazônia através das grandes empresas pecuárias. — 182 p. — Defesa: 27-01-83. — Orientador: José Marcelino Monteiro da Costa. — Banca: (a) José Marcelino Monteiro da Costa (presidente); (b) Carlos Alberto Ferreira Lima; (c) Hamilton Carvalho Tolosa.

12. MARIA JUCIRENE MOTA NASCIMENTO

Acumulação capitalista e opressão camponesa: a unidade da diversidade (sul do Pará). — 403 p. — Defesa: 05-11-84. — Orientador: Samuel Maria de Amorim e Sá. — Banca: (a) Samuel Maria de Amorim e Sá (presidente); (b) Thomas Adalbert Mitschein; (c) Miriam Limoeiro Cardoso.

13. MARIA LÚCIA SÁ MAIA

Sistema de classificação de ocupações e organização da força de trabalho. — 167 p. — Defesa: 21-06-85. — Orientador: Jean Hébertte. — Banca: (a) Jean Hébertte (presidente); (b) Samuel Maria de Amorim e Sá; (c) Paula Monteiro.

14. MARIA STELLA SOARES DE BRITO

Famílias de baixa renda e capitalismo: estudo de casos em Belém. — 89 p. — Defesa: 20-04-83. — Orientador: Amílcar Alves Tupiassú. — Banca: (a) Amílcar Alves Tupiassú (presidente); (b) Samuel Maria de Amorim e Sá; (c) Pedro Demo.

15. MARÍLIA FERREIRA EMMI

Estrutura fundiária e poder local: o caso de Marabá. — 173 p. — Defesa: 24-06-85. — Orientador: Jean Hébertte. — Banca: (a) Jean Hébertte (presidente); (b) Edna Maria Ramos Castro; (c) Alfredo Wagner Berno de Almeida.

16. MINELVINA NASCIMENTO FREITAS

A rizicultura na pequena produção paraense. — 165 p. — Defesa: 25-06-85. — Orientador: Jean Hébertte. — Banca: (a) Jean Hébertte (presidente); (b) Samuel Maria de Amorim e Sá; (c) João Elmo Schneider.

17. RENATO NUNES DA SILVA

Migrações internas no Estado do Acre: Rio Branco, um caso de urbanização precoce. — 192 p. — Defesa: 23-11-81. — Orientador: Luis Eduardo Aragón Vaca. — Banca: (a) Luis Eduardo Aragón Vaca (presidente); (b) Luc Joseph Alfred Mougeot; (c) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos.

18. ROSALVO MACHADO BENTES

A Zona Franca de Manaus e o processo migratório para Manaus. — 170 p. — Defesa: 16-05-83. — Orientador: Luis Eduardo Aragón Vaca. — Banca: (a) Luis Eduardo Aragón Vaca (presidente); (b) Luc Joseph Alfred Mougeot; (c) Donald Rolfe Sawyer.

19. TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

Aspectos da industrialização na Amazônia: repercussões sobre o perfil da mão-de-obra. — 142 p. — Defesa: 25-01-83. — Orientador: José das Neves Capela. — Banca: (a) José das Neves Capela (presidente); (b) José Marcelino Monteiro da Costa; (c) Paulo Renato Costa Souza.

**PIMES – Programa Integrado de Mestrado
em Economia e Sociologia
Universidade Federal de Pernambuco –
Recife ***

1. ABIDIAS CARIRI DE LIMA

Aspectos econômicos da cultura de algodão mocó no Estado de Pernambuco. – 249 p. – Defesa: 29-11-77. – Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio. – Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) José Ferreira Irmão; (c) Alfredo de Oliveira da Costa Soares.

2. ABRAHAM BENZAQUÊN SICSÚ

Um estudo da viabilidade da utilização da cana-de-açúcar e da mandioca como insumos complementares para obtenção de álcool no Estado de Pernambuco. – 119 p. – Defesa: 02-10-80. – Orientador: Adriano Batista Dias. – Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) Olímpio José de Arroxelas Galvão; (c) João Policarpo Rodrigues Lima.

3. ADEMARIO FÉLIX DE ARAÚJO FILHO

Distribuição da renda pessoal no Estado da Paraíba em 1960 e 1970. – 90 p. – Defesa: 23-02-83. – Orientador: Adriano Batista Dias. – Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) Edinaldo Gomes Bastos; (c) Maurício Eliseu Costa Romão.

4. ADRIANO BATISTA DIAS

Distribuição da renda. – 87 p. – Defesa: 09-01-70. – Orientador: Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti. – Banca: (a) Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti; (b) Luís Arturo Fuenzalida; (c) Theóphilo de Vasconcelos; (d) Renato Santos Duarte.

5. ALBERTO ARCANGELI

O mito da terra (uma análise da colonização da pré-amazônia maranhense). – 290 p. – Defesa: 18-02-83. – Orientador: Ricardo de

* Teses concluídas até 26-04-85. Nível: Mestrado.

Medeiros Carneiro. — Banca: (a) Ricardo de Medeiros Carneiro; (b) Adriano Batista Dias; (c) Vera Maria da Rosa Borges; (d) Gadiel Perruci.

6. ALBERTO HERNAN CARDENAS ALVA

A distribuição de renda e sua influência no consumo alimentar: Recife e outras áreas urbanas do Nordeste brasileiro. — 150 p. — Defesa: 21-06-80. — Orientador: Adriano Batista Dias. — Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti; (c) Vera Maria da Rosa Borges.

7. ALVARO BARRANTES HIDALGO

A contribuição dos investimentos em capital físico e humano para o crescimento do Nordeste brasileiro. — 90 p. — Defesa: 03-03-78. — Orientador: Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos. — Banca: (a) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos; (b) John Redwood III; (c) Yony de Sá Barretto Sampaio.

8. AMILCAR DE OLIVEIRA BEZERRA

Análise econômica de experimentos de adubação em culturas de milho. — 57 p. — Defesa: 14-05-75. — Orientador: Alfredo de Oliveira da Costa Soares. — Banca: (a) Alfredo de Oliveira da Costa Soares; (b) José Ferreira Irmão; (c) Carlos Osório de Cerqueira.

9. ANTONIO ALMEIDA LIMA

Incentivos fiscais de Pernambuco a novos investimentos — uma contribuição ao estudo de sua eficácia. — 129 p. — Defesa: 20-08-81. — Orientador: Adriano Batista Dias. — Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) João Rogério Sanson; (c) Edinaldo Gomes Bastos.

10. ANTONIO MARCIO BUAINAIN

A renda da terra no desenvolvimento capitalista (as contradições entre o capital e a propriedade fundiária). — 249 p. — Defesa: 18-08-80. — Orientador: John Redwood III. — Banca: (a) John Redwood III; (b) Carlos Osório de Cerqueira; (c) Ricardo de Medeiros Carneiro.

11. CARLOS ALBERTO DE BRITO

Relação de produção e comercialização do abacaxi no Estado da Paraíba. — 156 p. — Defesa: 19-11-79. — Orientador: Gadiel Perruci.

— Banca: (a) Gadiel Perruci; (b) Raul Fiorentino; (c) Marcelo Gravina Antinori.

12. CÉLIA MARIA DE LIRA CAVALCANTI

Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco). — 103 p. — Defesa: 02-02-79. — Orientador: Gadiel Perruci. — Banca: (a) Gadiel Perruci; (b) Adriano Batista Dias; (c) Raul Fiorentino; (d) Olímpio José de Arroxelas Galvão.

13. CÉSAR AUGUSTO GOMES

Um estudo do papel do capital comercial na produção e intermediação de produtos agrícolas em Pernambuco. — 264 p. — Defesa: 07-10-80. — Orientador: José Raimundo de Oliveira Vergolino. — Banca: (a) José Raimundo de Oliveira Vergolino; (b) Vera Maria da Rosa Borges; (c) John Redwood III.

14. DEMIAN CASTRO

Sobre a questão da terciarização: um esboço de crítica. — 96 p. — Defesa: 03-10-80. — Orientadora: Vera Maria da Rosa Borges. — Banca: (a) Vera Maria da Rosa Borges; (b) Gadiel Perruci; (c) Lia Parente Costa.

15. DIDIER MARIE RENÉ BOULARD

Expansão do capital agroindustrial e mudanças sócio-econômicas em uma comunidade rural de pequenos produtores: um estudo de caso. — 137 p. — Defesa: 16-01-85. — Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio. — Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) Edinaldo Gomes Bastos; (c) Alfredo de Oliveira da Costa Soares.

16. EDINALDO GOMES BASTOS

O mercado de milho, feijão e mandioca em Pernambuco: demanda, oferta e comportamento dos preços. — 129 p. — Defesa: 06-08-73. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Paulo Frederico do Rego Maciel; (c) Telmo Frederico do Rego Maciel.

17. EDMIR CARNEIRO VIANA

Critério de distribuição do ICM aos municípios — o caso de Pernambuco. — 72 p. — Defesa: 20-02-81. — Orientador: João Rogério

Sanson. — Banca: (a) João Rogério Sanson; (b) Adriano Batista Dias; (c) João Policarpo Rodrigues Lima; (d) Osvaldo de Moraes Sarmiento.

18. EDSON PETERLI GUIMARÃES

Uma análise da proteção global à indústria brasileira proporcionada pela tarifa e pelo custo de transporte. — 95 p. — Defesa: 10-08-81. — Orientador: Adriano Batista Dias. — Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) João Rogério Sanson; (c) Helson Cavalcante Braga; (d) Olímpio José de Arroxelas Galvão.

19. FAUSTO SARETTA

Integração econômica e indústria tradicional no Nordeste — o caso da indústria de calçados de Timbaúba. — 99 p. — Defesa: 02-08-79. — Orientador: Leonardo Guimarães Neto. — Banca: (a) Leonardo Guimarães Neto; (b) Olímpio José de Arroxelas Galvão; (c) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos; (d) João Policarpo Rodrigues Lima.

20. FRANCISCO DE ASSIS LEAL MESQUITA

Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão — uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850-1890. — 287 p. — Defesa: 25-08-84. — Orientador: Gadiel Perruci. — Banca: (a) Gadiel Perruci; (b) Adriano Batista Dias; (c) Cesare Giuseppe Galvan.

21. FRANCISCO EUDES APOLIANO GOMES

A indústria farmacêutica no Nordeste do Brasil — um estudo de caso — Ceará. — 187 p. — Defesa: 31-03-80. — Orientador: Alfredo de Oliveira da Costa Soares. — Banca: (a) Alfredo de Oliveira da Costa Soares; (b) Gadiel Perruci; (c) Adriano Batista Dias.

22. FREDERICO JAYME KATZ

A sobrevivência das microempresas: o Grande Recife como exemplo. — 171 p. — Defesa: 23-08-80. — Orientador: Adriano Batista Dias. — Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) Ricardo de Medeiros Carneiro; (c) Vera Maria da Rosa Borges; (d) Carlos Osório de Cerqueira.

23. GEORGES ANTONIO SEBASTIÃO PELLERIN DA SILVA

O emprego industrial no Nordeste. — 122 p. — Defesa: 09-09-76. — Orientador: Carlos Osório de Cerqueira. — Banca: (a) Carlos Osório

de Cerqueira; (b) Adriano Batista Dias; (c) Roberto Maia Martins; (d) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos.

24. INALDO LIMA MOREIRA

Notas sobre a contribuição de Palloix aos estudos da internacionalização do capital. — 128 p. — Defesa: 30-07-79. — Orientador: Cesare Giuseppe Galvan. — Banca: (a) Cesare Giuseppe Galvan; (b) Vera Maria da Rosa Borges; (c) Gadiel Perruci; (d) Leonardo Guimarães Neto.

25. IVAN TARGINO MOREIRA

Nordeste: terra de arribação (um estudo de fatores determinantes do processo migratório no Nordeste). — 136 p. — Defesa: 29-09-78. — Orientador: Carlos Osório de Cerqueira. — Banca: (a) Carlos Osório de Cerqueira; (b) Cesare Giuseppe Galvan; (c) Mário Lacerda de Melo.

26. IVO VASCONCELOS PEDROSA

Brasil S/A: um estudo sobre o Estado capitalista numa economia periférica. — 164 p. — Defesa: 07-02-84. — Orientador: Adriano Batista Dias. — Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) Cesare Giuseppe Galvan; (c) Gustavo Pedrosa de Maia Gomes.

27. JAIR DO AMARAL FILHO

A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. — 297 p. — Defesa: 03-08-83. — Orientador: Adriano Batista Dias. — Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) Célia Maria de Lira Cavalcanti; (c) Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral; (d) Tânia Bacelar.

28. JOÃO PAULO NEVES DE CARVALHO

A indústria incentivada no Nordeste brasileiro — estrutura e distribuição espacial: tentativa de estudo interpretativo. — 202 p. — Defesa: 28-03-83. — Orientador: Olímpio José de Arroxelas Galvão. — Banca: (a) Olímpio José de Arroxelas Galvão; (b) João Rogério Sanson; (c) João Policarpo Rodrigues Lima.

29. JOÃO POLICARPO RODRIGUES LIMA

Ocupação e renda de famílias rurais: um estudo de caso de pobreza

—Caicó — RN. — 178 p. — Defesa: 22-09-77. — Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio. — Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) José Ferreira Irmão; (c) Augusto César de Oliveira.

30. JOCILDO FERNANDES BEZERRA

Um estudo sobre redistribuições simuladas de renda e consumo alimentar em Aracaju. — 86 p. — Defesa: 30-06-75. — Orientador: Edinaldo Gomes Bastos. — Banca: (a) Edinaldo Gomes Bastos; (b) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos; (c) Vernon Turner Walmsley; (d) Olímpio José de Arroxelas Galvão.

31. JOSÉ ANTONIO RODRIGUES DA SILVA

Determinantes da renda das populações pobres: os empregados e os autônomos (o caso de Fortaleza, Estado do Ceará — Brasil). — 89 p. — Defesa: 15-12-76. — Orientador: Carlos Osório de Cerqueira. — Banca: (a) Carlos Osório de Cerqueira; (b) Alfredo de Oliveira da Costa Soares; (c) José Hamilton Gondim Silva.

32. JOSÉ FLORES FERNANDES FILHO

Uso do biodigestor na pequena produção dinâmica da agricultura brasileira (estudo sobre um processo alternativo de produção de insumos energéticos e fertilizantes). — 105 p. — Defesa: 30-01-84. — Orientador: Adriano Batista Dias. — Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) Alfredo de Oliveira da Costa Soares; (c) David George Francis; (d) Roberto Gomes Ferreira.

33. JOSÉ GENTIL SCHREIBER

Análise de custo-benefício do programa UNO — União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações. — 111 p. — Defesa: 29-08-75. — Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio. — Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos; (c) Vernon Turner Walmsley; (d) Robert Wayne Samohyl.

34. JOSÉ LUIZ ADALBERTO BRUNETTI

Crises capitalistas e Estado (um estudo sobre Rosa de Luxemburgo e Keynes). — 163 p. — Defesa: 04-12-79. — Orientador: Cesare Giuseppe Galvan. — Banca: (a) Cesare Giuseppe Galvan; (b) Denis Antonio de Mendonça Bernardes; (c) Gadiel Perruci. — Premiação no Concurso do BNDES: 3.^a classificada em 1981.

35. JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA VERGOLINO
A borracha extrativa e a economia amazônica, 1890-1930. — 118 p.
— Defesa: 25-06-75. — Orientador: Edinaldo Gomes Bastos. — Banca:
(a) Edinaldo Gomes Bastos; (b) Gadiel Perruci; (c) Yony de Sá Barretto Sampaio; (d) Eduardo Ramirez.
36. LUCIA MARIA DE GÖES MOUTINHO
O impacto dos gastos públicos na geração de empregos. — 56 p. —
Defesa: 19-12-83. — Orientador: João Rogério Sanson. — Banca:
(a) João Rogério Sanson; (b) Alfredo de Oliveira da Costa Soares;
(c) Osvaldo de Moraes Sarmiento; (d) Roberto Gomes Ferreira.
37. MANUEL FELIPE DE MORAES REGO
*A remuneração dos fatores de produção na zona dos sertões semi-
áridos no Nordeste brasileiro: uma análise econômica envolvendo
cultivos isolados em consórcio por tamanho de propriedade.* — 89
p. — Defesa: 25-10-77. — Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio.
— Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) Carlos Osório de
Cerqueira; (c) José Ferreira Irmão.
38. MARIA CRISTINA PEREIRA DE MELO
*Máquina e trabalho: um estudo das relações de trabalho na indústria
têxtil do Maranhão (1940-1960).* — 195 p. — Defesa: 27-06-83. — Ori-
entador: Gadiel Perruci. — Banca: (a) Gadiel Perruci; (b) Adriano
Batista Dias; (c) Célia Maria de Lira Cavalcanti; (d) Pedro Eugênio
de Castro Toledo Cabral.
39. MARLI PIRES
*Participação do Sistema Estadual de Educação de Pernambuco na
formação de mão-de-obra segundo a Lei 5.692/71 — investimento e
retorno.* — 85 p. — Defesa: 15-01-82. — Orientador: Telmo Frederico
do Rego Maciel. — Banca: (a) Telmo Frederico do Rego Maciel;
(b) Adriano Batista Dias; (c) Amilcar de Oliveira Bezerra.
40. MAURICÉA BEZERRA DE LIMA
*Determinantes da renda individual, segundo diferentes estratificações:
o caso do Recife Metropolitano.* — 72 p. — Defesa: 09-05-75. — Ori-
entador: Carlos Osório de Cerqueira. — Banca: (a) Carlos Osório de
Cerqueira; (b) Edinaldo Gomes Bastos; (c) Yony de Sá Barretto

Sampaio; (d) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos. — Premiação no Concurso do BNDES: 5.^a classificada em 1977.

41. MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

Orçamentos familiares e economias de escala: uma análise empírica através de corte seccional. — 101 p. — Defesa: 07-05-75. — Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio. — Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) Olímpio José de Arroxelas Galvão; (c) Vernon Turner Walmsley; (d) Alfredo de Oliveira da Costa Soares.

42. MICHIAKI HASHIMURA

Análise dos principais fatores determinantes do nível tecnológico nos estabelecimentos agrícolas: um estudo de caso. — 116 p. — Defesa: 04-09-81. — Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio. — Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) João Policarpo Rodrigues Lima; (c) Alfredo de Oliveira da Costa Soares.

43. NEWTON FERREIRA DA SILVA MARQUES

A concentração bancária brasileira no período pós-1964. — 129 p. — Defesa: 25-02-82. — Orientador: José Ferreira Irmão. — Banca: (a) José Ferreira Irmão; (b) Ramonaval Augusto Costa; (c) Osvaldo de Moraes Sarmento.

44. OSVALDO DE MORAES SARMENTO

Do risco na agricultura: um estudo sobre as atividades agropecuárias dos municípios pernambucanos de Mirandiba e Serrita. — 127 p. — Defesa: 27-06-75. — Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio. — Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) José Ferreira Irmão; (c) Manuel Correia de Oliveira Andrade; (d) Carlos Osório de Cerqueira.

45. PEDRO AMADOR

Desenvolvimento regional no Brasil — um ensaio sobre evolução e avaliação de intenções declaradas, sobretudo a partir dos capítulos regionais dos Planos brasileiros. — 151 p. — Defesa: 14-11-79. — Orientador: John Redwood III. — Banca: (a) John Redwood III; (b) Olímpio José de Arroxelas Galvão; (c) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos.

46. PEDRO BERGAMO

Mercado de capitais em Pernambuco: relações com o desenvolvimento do Estado e a integração financeira regional no país. — 117 p. — Defesa: 10-11-72. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Renato Santos Duarte; (c) Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti.

47. PEDRO EUGÊNIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL

O trabalhador da cana-de-açúcar em Pernambuco — da senzala ao caminhão. — 217 p. — Defesa: 28-01-83. — Orientador: Ricardo de Medeiros Carneiro. — Banca: (a) Ricardo de Medeiros Carneiro; (b) João Policarpo Rodrigues Lima; (c) Raul Fiorentino; (d) Edinaldo Gomes Bastos.

48. PEDRO RAFAEL LAPA

Transformações da agricultura do Agreste Nordestino e expansão da produção familiar. — 211 p. — Defesa: 05-08-83. — Orientador: Ricardo de Medeiros Carneiro. — Banca: (a) Ricardo de Medeiros Carneiro; (b) Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral; (c) Márcio Bartolomeu Alves da Silva; (d) Maurício Eliseu Costa Romão.

49. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS

Produtividade de crédito rural em Belo Jardim — PE. — 89 p. — Defesa: 30-01-73. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Telmo Frederico do Rego Maciel; (c) Manuel Correia de Oliveira Andrade.

50. ROBERTO GOMES FERREIRA

Otimização na aplicação-captção das rendas certas variáveis aritmeticamente: uma análise a curto prazo. — 85 p. — Defesa: 26-06-75. — Orientador: Carlos Osório de Cerqueira. — Banca: (a) Carlos Osório de Cerqueira; (b) Edinaldo Gomes Bastos; (c) Ivan de Albuquerque Loureiro; (d) Jorge de Souza.

51. SEBASTIÃO JOSÉ BALARINI

Alocação de recursos e combinação de atividades na agricultura de Limoeiro — PE. — 123 p. — Defesa: 25-04-75. — Orientador: Yony de Sá Barretto Sampaio. — Banca: (a) Yony de Sá Barretto Sampaio; (b) Edinaldo Gomes Bastos; (c) Carlos Osório de Cerqueira; (d) Olímpio José de Arroxelas Galvão.

52. STELLA MARIA GOMES PAIVA
Crédito rural e acumulação de capital. — 125 p. — Defesa: 07-03-83.
— Orientador: José Ferreira Irmão. — Banca: (a) José Ferreira Irmão;
(b) Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos; (c) Alfredo de
Oliveira da Costa Soares.
53. SYDIA MARIA QUEIROZ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
*Tecnologia e trabalho: um estudo de caso na indústria têxtil de Per-
nambuco (1950-1980).* — 291 p. — Defesa: 15-02-84. — Orientador:
Adriano Batista Dias. — Banca: (a) Adriano Batista Dias; (b) Cesare
Giuseppe Galvan; (c) Gadiel Perruci.
54. VERA MARIA DA ROSA BORGES
*Um estudo sobre consumo e adequação alimentar em populações
de baixa renda: Grande Recife.* — 101 p. — Defesa: 26-06-75. — Ori-
entador: Edinaldo Gomes Bastos. — Banca: (a) Edinaldo Gomes
Bastos; (b) Carlos Osório de Cerqueira; (c) Olímpio José de Arro-
xelas Galvão; (d) Alfredo de Oliveira da Costa Soares.
55. WILLIAM JOSÉ SABBAG
*Contribuição ao estudo da olericultura: uma análise da produção e
dos determinantes de sua expansão em Pernambuco, 1950-1980.* —
221 p. — Defesa: 26-04-85. — Orientador: Ricardo de Medeiros Car-
neiro. — Banca: (a) Ricardo de Medeiros Carneiro; (b) Adriano
Batista Dias; (c) Augusto César de Oliveira; (d) José Ferreira Irmão.
56. ZIONAM EUVÉCIO LINS ROLIM
Estado e capital no Brasil (para o debate sobre as teses "populistas").
— 39 p. — Defesa: 06-12-79. — Orientador: Cesare Giuseppe Galvan. —
Banca: (a) Cesare Giuseppe Galvan; (b) Gadiel Perruci; (c) Marcelo
Gravina Antinori.

PUC – Rio – Departamento de Economia
(Curso de Mestrado)
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro *

1. ARMÍNIO FRAGA NETO

Expectativas racionais e modelos macroeconômicos — uma sistematização da discussão recente. — 71 p. — Defesa: 13-07-81. — Orientador: Francisco Lafaiete de Pádua Lopes. — Banca: (a) Francisco Lafaiete de Pádua Lopes (presidente); (b) André Pinheiro de Lara Resende; (c) John Harold Williamson.

2. CARLOS HENRIQUE FIALHO MUSSI

Fatores de demanda nas exportações de manufaturados brasileiros. — 149 p. — Defesa: 13-12-82. — Orientador: André Pinheiro de Lara Resende. — Banca: (a) André Pinheiro de Lara Resende (presidente); (b) Edmar Lisboa Bacha; (c) Juan Carlos Lerda Gandia.

3. CARLOS WINOGRAD

Economia abierta y tipo de cambio prefijado: que aprendimos del caso argentino. — 184 p. — Defesa: 07-10-83. — Orientador: Francisco Lafaiete de Pádua Lopes. — Banca: (a) Francisco Lafaiete de Pádua Lopes (presidente); (b) Roberto Frenkel; (c) André Pinheiro de Lara Resende.

4. DOMINGOS DE GOUVEIA RODRIGUES

Empresas não-financeiras no Brasil: evolução e desempenho no período 1975-1982. — 224 p. — Defesa: 11-05-84. — Orientador: José Márcio Antônio Guimarães de Camargo. — Banca: (a) José Márcio Antônio Guimarães de Camargo (presidente); (b) Regis Bonelli; (c) Walter Ness. — Premiação no Concurso do BNDES: 4.^a classificada em 1985.

* Teses concluídas até 05-06-85. Nível: Mestrado.

5. ELENA LANDAU

A aceleração inflacionária de 1979. — 88 p. — Defesa: 16-08-82. — Orientador: José Márcio Antônio Guimarães de Camargo. — Banca: (a) José Márcio Antônio Guimarães de Camargo (presidente); (b) Eduardo Marco Modiano; (c) Francisco Lafaiete de Pádua Lopes. — Premiação no Concurso do BNDES: 2.^a classificada em 1983.

6. GUSTAVO HENRIQUE DE BARROSO FRANCO

Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana. — 301 p. — Defesa: 23-08-82. — Orientador: Winston Fritsch. — Banca: (a) Winston Fritsch (presidente); (b) Pedro Sampaio Malan; (c) José Roberto Mendonça de Barros. — Premiação no Concurso do BNDES: 1.^a classificada em 1983.

7. JACOBO JULIO DREIZZEN

O conceito de fragilidade financeira num contexto inflacionário. — 178 p. — Defesa: 13-07-84. — Orientador: Dionísio Dias Carneiro Netto. — Banca: (a) Dionísio Dias Carneiro Netto (presidente); (b) Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; (c) José Márcio Antônio Guimarães de Camargo. — Premiação no concurso do BNDES: 1.^a classificada em 1985.

8. JERÔNIMO PAULO DA CUNHA PIMENTEL DE MEIRA

Crescimento econômico e estrangulamento externo: uma aplicação do modelo de dois hiatos. — 106 p. — Defesa: 25-02-83. — Orientador: Edmar Lisboa Bacha. — Banca: (a) Edmar Lisboa Bacha (presidente); (b) Eduardo Marco Modiano; (c) Joaquim Pinto de Andrade. — Premiação no Concurso do BNDES: 5.^a classificada em 1985.

9. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES

Exportação de manufaturados para a ALALC: análise da experiência brasileira nos anos 70. — 165 p. — Defesa: 29-04-81. — Orientador: Edmar Lisboa Bacha. — Banca: (a) Edmar Lisboa Bacha (presidente); (b) Pedro Sampaio Malan; (c) José Augusto Arantes Savasini.

10. LUIZ ARRUDA VILLELA

Gastos tributários e justiça fiscal: o caso do IRPF no Brasil. — 97 p. — Defesa: 15-01-82. — Orientador: Rogério Ladeira Furquim Werneck. — Banca: (a) Rogério Ladeira Furquim Werneck (presidente); (b) Ricardo Varsano; (c) Mario Felipe da Fonseca Gelli.

11. LUIZ HENRIQUE KOATZ DE GURVITZ

Abastecimento interno, exportação e geração de energia: uma avaliação do processo de substituição na agricultura brasileira. — 123 p. — Defesa: 13-07-84. — Orientador: Eduardo Marco Modiano. — Banca: (a) Eduardo Marco Modiano (presidente); (b) José Márcio Antônio Guimarães de Camargo; (c) João Luiz Mascolo.

12. MARIA DE FÁTIMA SERRO POMBAL DIB

Importações brasileiras: políticas de controle e determinantes da demanda. — 287 p. — Defesa: 08-04-83. — Orientador: Dionísio Dias Carneiro Netto. — Banca: (a) Dionísio Dias Carneiro Netto (presidente); (b) Marcelo de Paiva Abreu; (c) Eduardo Marco Modiano. — Premiação no Concurso do BNDES: 1.^a classificada em 1984.

13. MARIA VICTORIA COATES

Política de crédito ao consumidor e desempenho industrial: análise da experiência brasileira — 1972-81. — Defesa: 05-06-85. — Orientador: Dionísio Dias Carneiro Netto. — Banca: (a) Dionísio Dias Carneiro Netto; (b) Eduardo Marco Modiano; (c) Eduardo Augusto de Almeida Guimarães.

14. MARINA DE ALMEIDA REGO FIGUEIRA DE MELLO

Uma análise da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil. — 91 p. — Defesa: 03-08-82. — Orientador: José Márcio Antônio Guimarães de Camargo. — Banca: (a) José Márcio Antônio Guimarães de Camargo (presidente); (b) Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira; (c) Roberto Brás Matos Macedo.

15. MARTA PINHEIRO DE CASTELLO BRANCO

O dilema de política cambial no Brasil: origens e debate no início dos anos 80. — 143 p. — Defesa: 29-06-81. — Orientador: Pedro Sampaio Malan. — Banca: (a) Pedro Sampaio Malan (presidente); (b) Edmar Lisboa Bacha; (c) João Sayad. — Premiação no Concurso do BNDES: 2.^a classificada em 1982.

16. PEDRO ARANHA CORRÊA DO LAGO

A SUMOC como embrião do Banco Central e sua influência na condução da política econômica — 1945/1965. — 228 p. — Defesa:

24-08-82. — Orientador: Pedro Sampaio Malan. — Banca: (a) Pedro Sampaio Malan (presidente); (b) Winston Fritsch; (c) Casimiro Antonio Ribeiro.

17. PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES

Proteção tarifária e a industrialização antes da 1.^a Grande Guerra: uma revisão da literatura recente. — 90 p. — Defesa: 28-08-82. — Orientador: Winston Fritsch. — Banca: (a) Winston Fritsch (presidente); (b) Luiz Aranha Corrêa do Lago; (c) Carlos Federico Díaz-Alejandro.

18. RENATO LUIZ RANGEL GERHEIM

Inflação e incidência do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física no Brasil, 1970-1980. — 202 p. — Defesa: 22-11-82. — Orientador: Rogério Ladeira Furquim Werneck. — Banca: (a) Rogério Ladeira Furquim Werneck (presidente); (b) Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; (c) Mario Felipe da Fonseca Gelli.

19. RICARDO ANDRÉS MARKWALD

Da hiperinflação à crise financeira: ensaios sobre a economia argentina, 1975-1981. — 168 p. — Defesa: 06-07-81. — Orientador: Edmar Lisboa Bacha. — Banca: (a) Edmar Lisboa Bacha (presidente); (b) Pedro Sampaio Malan; (c) John Harold Williamson.

20. RICARDO CLAUDIO NAUEMBERG

Política energética de substituição: uma visão crítica do Programa Nacional do Alcool. — 175 p. — Defesa: 23-05-83. — Orientador: Pedro Sampaio Malan. — Banca: (a) Pedro Sampaio Malan (presidente); (b) Eduardo Marco Modiano; (c) Jorge Vianna Monteiro.

21. WAGNER LEAL ARIENTI

Os investimentos em recursos florestais: um estudo do uso de despesa tributária como instrumento de política setorial. — 200 p. — Defesa: 14-06-83. — Orientador: Rogério Ladeira Furquim Werneck. — Banca: (a) Rogério Ladeira Furquim Werneck (presidente); (b) Fernando Antonio Rezende da Silva; (c) Mario Felipe da Fonseca Gelli.

UFBA – Curso de Mestrado em Economia

Universidade Federal da Bahia – Salvador *

1. ADAILTON SANTANA DOS SANTOS

Função de produção CES geral: caso da indústria de transformação do Estado da Bahia. — 53 p. — Defesa: 22-12-83. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Jean-Luc Sammy Rosinger; (c) José Afonso Ferreira Maia.

2. ALMIR FERREIRA DOS SANTOS

Produtividade comparativa do capital entre grandes e pequenas propriedades rurais no município de Cruz das Almas — BA. — 96 p. — Defesa: 10-01-77. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Luiz Gonzaga Mendes; (c) Alberto Roque Musalem.

3. ANTONIO JOÃO DA SILVA

Caracterização e dinâmica das transformações ocorridas na base econômica do agro baiano na década 1970-80. — 169 p. — Defesa: 22-12-83. — Orientador: Vitor de Athayde Couto. — Banca: (a) Vitor de Athayde Couto; (b) Jairo Simões; (c) Rômulo Barreto de Almeida.

4. ANTONIO RAYMUNDO TAVARES FERREIRA

Tarifa horo-sazonal e Programa para Baixa-Renda; dois aspectos da energia elétrica na Bahia. — 82 p. — Defesa: 22-12-83. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) José Sérgio Gabrielli de Azevêdo; (c) José Afonso Ferreira Maia.

5. ANTONIO WILSON FERREIRA MENEZES

Salários em nove ramos da indústria de transformação do Estado da Bahia: algumas reflexões. — 91 p. — Defesa: 04-07-79. — Orientador: Jairo Simões. — Banca: (a) Jairo Simões; (b) José Afonso Ferreira Maia; (c) Friedhilde Maria Kustner Manolescu.

* Teses concluídas até 29-04-85. Nível: Mestrado.

6. AURÉLIO FARIAS DE MACÊDO
Avaliação social do custo-benefício da atividade de exportação do cacau brasileiro na forma de produtos derivados. — 82 p. — Defesa: 16-11-76. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) José Alexandre Menezes; (c) Paulo Rebouças Brandão.
7. CELESTE MARIA PEDREIRA PHILIGRET BAPTISTA
A intervenção planejada do Estado: uma interpretação do caso baiano. — 64 p. — Defesa: 16-01-79. — Orientador: Jairo Simões. — Banca: (a) Jairo Simões; (b) Ary Guimarães; (c) Raymundo Costa e Souza.
8. DANIEL MARINHO SILVEIRA
A capacidade de endividamento do Estado e o desenvolvimento econômico, o caso da Bahia. — 128 p. — Defesa: 30-06-79. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Friedhilde Maria Kustner Manolescu; (c) Raymundo Costa e Souza.
9. DIONÍSIO GOMES DO CARMO NETO
Análise em cross-section de orçamentos familiares. — 180 p. — Defesa: 13-01-81. — Orientador: José Sérgio Gabrielli de Azevêdo. — Banca: (a) José Sérgio Gabrielli de Azevêdo; (b) João Damásio de Oliveira Filho; (c) José Afonso Ferreira Maia.
10. ELAINE FIGUEIRA NORBERTO SILVA
A produção doméstica. — 118 p. — Defesa: 27-09-82. — Orientador: Jairo Simões. — Banca: (a) Jairo Simões; (b) Célia Maria Leal Braga; (c) Vitor de Athayde Couto.
11. ELIECIM RODRIGUES FIDÉLIS
Linhas de funcionamento recentes e sua utilização pelo setor industrial baiano. — 197 p. — Defesa: 15-03-79. — Orientador: Rômulo Barreto de Almeida. — Banca: (a) Rômulo Barreto de Almeida; (b) Jairo Simões; (c) Luis Arturo Fuenzalida.
12. FERNANDO DA SILVA SANT'ANNA
As características das microempresas em Salvador: fundamentos para um programa de desenvolvimento das mesmas. — 236 p. — Defesa: 28-01-77. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis

Arturo Fuenzalida; (b) Ricardo Roberto de Araújo Lima; (c) Raymundo Costa e Souza.

13. FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO

Ocorrência de classes sociais no meio rural do Estado da Bahia. — 65 p. — Defesa: 01-03-79. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Susan Whitin Almy; (c) Jairo Simões.

14. GERALDO DIAS DE BRITO

Custo de vida na cidade de Salvador. — 93 p. — Defesa: 15-02-77. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Sonia Sapolnik Dahab; (c) Raymundo Costa e Souza.

15. GUARACI ADEODATO ALVES DE SOUZA

Migração e subemprego em Salvador. — 94 p. — Defesa: 14-02-77. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Luis Navarro de Brito; (c) Maria David de Azevedo Brandão.

16. HAMILTON DA SILVA FREITAS

Rendas regionais. — 77 p. — Defesa: 16-03-79. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Jairo Simões; (c) Luis Arturo Fuenzalida.

17. HAMILTON DE MOURA FERREIRA JÚNIOR

Um estudo de política monetária: a interpretação de Brunhoff. — 87 p. — Defesa: 29-08-82. — Orientador: Jean-Luc Sammy Rosinger. — Banca: (a) Jean-Luc Sammy Rosinger; (b) João Damásio de Oliveira Filho; (c) Vitor de Athayde Couto.

18. ISAÍAS COELHO

Avaliação das exportações tradicionais baianas: caso de sisal e mamona. — 174 p. — Defesa: 08-03-79. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Raymundo Costa e Souza; (c) Friedhilde Maria Kustner Manolescu.

19. JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO

Salários, preços e mobilidade do trabalho em dez micro-regiões do Estado da Bahia. — 217 p. — Defesa: 06-07-79. — Orientador: Alberto

Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Luis Arturo Fuenzalida; (c) Raymundo Costa e Souza.

20. JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA

Avaliação da política comercial das exportações brasileiras: o caso do cacau e do fumo na Bahia. — 266 p. — Defesa: 31-01-80. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Jairo Simões; (c) José Sérgio Gabrielli de Azevêdo.

21. JOSÉ CARRERA FERNANDEZ

O modelo Staffa. — 75 p. — Defesa: 22-02-81. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) José Afonso Ferreira Maia; (c) José Sérgio Gabrielli de Azevêdo.

22. JOSÉ MURILO PHILIGRET DE OLIVEIRA BAPTISTA

A oferta de fumo no Estado da Bahia: discussão dos modelos de defasagens distribuídas. — 96 p. — Defesa: 10-02-77. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Bikas Kumar Sinha; (c) Raymundo Costa e Souza.

23. JOSÉ ONOFRE GURJÃO BOAVISTA DA CUNHA

O custo social do trabalho na região metropolitana de Salvador. — 104 p. — Defesa: 21-12-79. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) José Afonso Ferreira Maia; (c) Edinaldo Gomes Bastos.

24. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica. — 153 p. — Defesa: 21-08-75. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Jairo Simões; (c) Luis Arturo Fuenzalida.

25. LIELSON ANTONIO DE ALMEIDA COELHO

Os Programas UNOs. Um instrumento eficiente de apoio às micro-empresas. Algumas evidências. — 174 p. — Defesa: 20-05-81. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Alberto Roque Musalem; (c) Raymundo Costa e Souza.

26. LÍVIO ANDRADE WANDERLEY

Agro-indústria açucareira do Estado de Alagoas, sua importância sócio-econômica e a absorção de mão-de-obra. — 112 p. — Defesa: 30-07-81. — Orientador: José Afonso Ferreira Maia. — Banca: (a) José Afonso Ferreira Maia; (b) Luiz Gonzaga Mendes; (c) Carlos Alberto Gentil Marques.

27. LUIS COELHO DE ARAÚJO

Planejamento estatal no Brasil e desenvolvimento regional: um estudo da industrialização do Nordeste no período de 1960/1976; abordagem da teoria e da prática do desenvolvimento regional em uma economia de mercado periférico. — 165 p. — Defesa: 02-10-79. — Orientadora: Friedhilde Maria Kustner Manolescu. — Banca: (a) Friedhilde Maria Kustner Manolescu; (b) Alberto Roque Musalem; (c) Raymundo Costa e Souza.

28. LUIZ ALBERTO BASTOS PETITINGA

Avaliação do diferencial de renda entre graduados e pós-graduados em Economia. — 55 p. — Defesa: 30-01-80. — Orientadora: Friedhilde Maria Kustner Manolescu. — Banca: (a) Friedhilde Maria Kustner Manolescu; (b) José Afonso Ferreira Maia; (c) Luis Arturo Fuenzalida.

29. LUIZ ANTONIO MATTOS FILGUEIRAS

Diferenciais de preços e subordinação: um estudo da comercialização do café na Chapada Diamantina. — 277 p. — Defesa: 30-08-82. — Orientador: João Damásio de Oliveira Filho. — Banca: (a) João Damásio de Oliveira Filho; (b) Vitor de Athayde Couto; (c) Jean-Luc Sammy Rosinger.

30. MARCUS VENICIUS BARRETO DE MAGALHÃES

Avaliação dos subsídios ao crédito na produção: o caso do subsistema agrícola cacau. — 100 p. — Defesa: 21-05-83. — Orientador: Howard Elliott. — Banca: (a) Howard Elliott; (b) José Afonso Ferreira Maia; (c) Fernando Cardoso Pedrão.

31. NILO COELHO DE ARAÚJO

Investimentos públicos e especulação imobiliária em áreas de expansão urbana: Litoral Norte — um estudo de caso. — 168 p. — Defesa:

- 24-09-80. — Orientador: Jairo Simões. — Banca: (a) Jairo Simões; (b) Francisco Machado Carrion Júnior; (c) João Sayad.
32. OSWALDO FERREIRA GUERRA
A intermediação financeira na política habitacional brasileira. — 244 p.
 — Defesa: 20-08-82. — Orientador: José Sérgio Gabrielli de Azevêdo.
 — Banca: (a) José Sérgio Gabrielli de Azevêdo; (b) Jean-Luc Sammy Rosinger; (c) Alberto Roque Musalem.
33. PAULO JOSÉ SIMÕES DE AMORIM
Crédito rural e pequena produção em Tucano (BA). — 64 p. — Defesa: 22-12-80. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Susan Whitin Almy; (c) Jean-Luc Sammy Rosinger.
34. PAULO RAIMUNDO ALMEIDA DE BRITO
Análise comparativa da fragilidade das pequenas e médias empresas em relação às grandes empresas na Bahia; estudo conjuntural de 361 empresas, nos anos de 1975, 1976 e 1977. — 288 p. — Defesa: 03-01-80. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Raymundo Costa e Souza; (c) Susan Whitin Almy.
35. PEDRO PAULO HUGO WILHELM
Função de produção CES geral: caso da indústria de transformação de Santa Catarina. — 76 p. — Defesa: 26-02-82. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Howard Elliott; (c) Luiz Gonzaga Mendes.
36. RAYMUNDO JOSÉ ALVES BADARÓ
Diferenciações dos fatores associados com as finanças municipais — o caso dos municípios do Estado da Bahia. — 239 p. — Defesa: 21-05-82. — Orientador: José Sérgio Gabrielli de Azevêdo. — Banca: (a) José Sérgio Gabrielli de Azevêdo; (b) Fernando Cardoso Pedrão; (c) João Damásio de Oliveira Filho.
37. ROMEU SALARO
O mercado do feijão — oferta, demanda e intercâmbio comercial. — 253 p. — Defesa: 22-01-82. — Orientador: Alberto Roque Musalem. — Banca: (a) Alberto Roque Musalem; (b) Luiz Gonzaga Mendes; (c) Fernando Cardoso Pedrão.

38. ROSSINE CERQUEIRA DA CRUZ

A matriz de relações intersetoriais do Brasil em termos de trabalho.
— 185 p. — Defesa: 29-04-85. — Orientador: Jean-Luc Sammy Rosinger.
— Banca: (a) Jean-Luc Sammy Rosinger; (b) Antonio Wilson Ferreira Menezes; (c) João Damásio de Oliveira Filho.

39. SÉRGIO AUGUSTO CIBREIROS DE SOUZA

Análise da produtividade e utilização dos fatores na avicultura de corte do Distrito Federal e municípios adjacentes. — 572 p. — Defesa: 11-02-77. — Orientador: Luis Arturo Fuenzalida. — Banca: (a) Luis Arturo Fuenzalida; (b) Charles Curt Mueller; (c) Paulo Rebouças Brandão.

UnB – Departamento de Economia
(Curso de Mestrado)
Universidade de Brasília – Brasília *

1. ADILSON JOSÉ DA COSTA REGO

Crédito rural no Brasil: análise da distribuição. — 160 p. — Defesa: 29-02-80. — Orientador: Charles Leslie Wright. — Banca: (a) Charles Leslie Wright; (b) Francisco Araújo Salles de Souza; (c) Lívio William Reis de Carvalho.

2. ALDO SACRE ESPAÑA

Seleção da técnica eficiente: um estudo de caso. — 98 p. — Defesa: 26-05-82. — Orientador: Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque. — Banca: (a) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (b) Charles Curt Mueller; (c) Charles Leslie Wright.

3. ALFREDO LOPES DA SILVA NETO

Dívida pública interna federal: uma análise histórica e institucional do caso brasileiro. — 176 p. — Defesa: 25-06-80. — Orientador: Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque. — Banca: (a) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (b) Lívio William Reis de Carvalho; (c) Francisco Araújo Salles de Souza. — Premiação no Concurso do BNDES: 5.^a classificadada em 1981.

4. ANSELMO DE OLIVEIRA ANDRADE

Alternativas de crescimento industrial e importações. — 61 p. — Defesa: 31-03-78. — Orientadora: Elca Rubinstein Rosenberg. — Banca: (a) Elca Rubinstein Rosenberg; (b) Lívio William Reis de Carvalho; (c) Dércio Garcia Munhoz.

5. ATILA TORRES CALVENTE

Formações não capitalistas no movimento de ocupação da Amazônia: colonização agrícola em Rondônia — 1970/1980. — 184 p. — Defesa:

* Teses concluídas até 27-11-84. Nível: Mestrado.

- 24-11-80. — Orientador: Joaquim Pinto de Andrade. — Banca: (a) Joaquim Pinto de Andrade; (b) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (c) Lauro Álvares da Silva Campos.
6. BERNARDO KIPNIS
O ensino de Introdução à Economia no Brasil: um estudo de caso. — 159 p. — Defesa: 26-11-80. — Orientador: Joaquim Pinto de Andrade. — Banca: (a) Joaquim Pinto de Andrade; (b) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (c) Lívio William Reis de Carvalho.
7. CLAUDIO MONTEIRO CONSIDERA
Estrutura de mercado e formação de preços na indústria brasileira: 1969-1974. — 105 p. — Defesa: 12-07-75. — Orientador: Edmar Lisboa Bacha. — Banca: (a) Edmar Lisboa Bacha; (b) Dionísio Dias Carneiro Netto; (c) Werner Baer.
8. EDUARDO BAUMGRATZ VIOTTI
A economia e o Estado capitalista. — 100 p. — Defesa: 30-11-79. — Orientador: Lauro Álvares da Silva Campos. — Banca: (a) Lauro Álvares da Silva Campos; (b) Joaquim Pinto de Andrade; (c) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque.
9. EDWIN GUTIERREZ ORTEGA
Crescimento industrial e substituição de importações em Costa Rica: 57/70. — 138 p. — Defesa: 22-04-77. — Orientador: Walter Gómez D'Angelo. — Banca: (a) Walter Gómez D'Angelo; (b) Antonio Dantas Sobrinho; (c) Paul Richard Casperson.
10. ELIANA ANASTASIA CARDOSO
1982: algumas projeções condicionais para o Brasil. — 99 p. — Defesa: 15-06-75. — Orientador: Lance Jerome Taylor. — Banca: (a) Lance Jerome Taylor; (b) Paulo Roberto Haddad; (c) Pedro Sampaio Malan.
11. EMANUEL SILVA MAGALHÃES
A evolução da indústria de máquinas-ferramenta no Brasil. — 217 p. — Defesa: 21-05-76. — Orientador: Flávio Rabelo Versiani. — Banca: (a) Flávio Rabelo Versiani; (b) José Alfredo da Luz; (c) Celso Alves Cruz.

12. ESDRAS NEVES ALMEIDA

Formas concentradas de produção: uma resenha teórica dos clássicos a Chamberlin. — 146 p. — Defesa: 27-11-80. — Orientador: Charles Curt Mueller. — Banca: (a) Charles Curt Mueller; (b) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (c) Antonio Dantas Sobrinho.

13. FAUSTINO CÁRDENAS PINAYA

A desvalorização monetária e seus efeitos no balanço comercial. — 163 p. — Defesa: 16-09-77. — Orientadora: Elca Rubinstein Rosenberg. — Banca: (a) Elca Rubinstein Rosenberg; (b) Dércio Garcia Munhoz; (c) José Roberto Novaes de Almeida.

14. FLÁVIO PINHEIRO DE CASTELO BRANCO

Importações de bens de capital e substituição de importações: algumas considerações sobre o problema recente no Brasil. — 133 p. — Defesa: 14-05-76. — Orientador: Pedro Sampaio Malan. — Banca: (a) Pedro Sampaio Malan; (b) Flávio Rabelo Versiani; (c) Regis Bonelli. — Premiação no Concurso do BNDES: 4.^a classificada em 1977.

15. FRANCISCO MARTINS BENVINDO

Acumulação capitalista e urbanismo em Goiás: 1920-1980. — 177 p. — Defesa: 01-06-84. — Orientador: Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque. — Banca: (a) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (b) Maria Luiza Falcão Silva; (c) Paulo Cezar Timm.

16. GERSON PEREIRA LIMA

Análise do mercado brasileiro de matrizes de corte. — 133 p. — Defesa: 25-08-83. — Orientador: José Antonio Sant'Ana. — Banca: (a) José Antonio Sant'Ana; (b) Charles Curt Mueller; (c) Joaquim Pinto de Andrade.

17. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER

Margem de comercialização agrícola: um estudo de caso. — 104 p. — Defesa: 20-06-78. — Orientador: Júlio Alberto Penna. — Banca: (a) Júlio Alberto Penna; (b) Charles Curt Mueller; (c) Antonio Dantas Sobrinho.

18. GUILLERMO MIGUEL VIVEROS ASTUDILLO

Distribuição da renda e da propriedade: a experiência latino-americana. — 323 p. — Defesa: 02-07-84. — Orientador: Cristovam Ricardo

Cavalcanti Buarque. — Banca: (a) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (b) Stephen Anthony de Castro; (c) Lívio William Reis de Carvalho.

19. ISMAEL CARLOS OLIVEIRA

A teoria dual de mercados de trabalho e a determinação de salários na indústria de Pernambuco. — 150 p. — Defesa: 25-02-83. — Orientador: Ricardo Roberto de Araújo Lima. — Banca: (a) Ricardo Roberto de Araújo Lima; (b) Dércio Garcia Munhoz; (c) Lívio William Reis de Carvalho.

20. JOSÉ BATISTA DA COSTA FILHO

Uma análise do mercado brasileiro de carga aérea. — 112 p. — Defesa: 22-08-77. — Orientador: Luis Paulo Rosenberg. — Banca: (a) Luis Paulo Rosenberg; (b) Dércio Garcia Munhoz; (c) Charles Curt Mueller.

21. JOSÉ BRENO BUENO SALOMÃO

Sobre a evolução das interpretações da inflação brasileira. — 118 p. — Defesa: 12-07-75. — Orientador: Edmar Lisboa Bacha. — Banca: (a) Edmar Lisboa Bacha; (b) Pedro Sampaio Malan; (c) Werner Baer.

22. JOSÉ LUIZ LOBO PAIVA

Agricultura e desenvolvimento. — 95 p. — Defesa: 28-11-80. — Orientador: Joaquim Pinto de Andrade. — Banca: (a) Joaquim Pinto de Andrade; (b) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (c) Charles Curt Mueller.

23. JOSÉ REINALDO PINHEIRO DINIZ

Crescimento e distribuição no Brasil: uma avaliação crítica dos dados da PNAD sobre emprego e renda na década de 70. — 115 p. — Defesa: 25-11-81. — Orientador: Lívio William Reis de Carvalho. — Banca: (a) Lívio William Reis de Carvalho; (b) Edmar Lisboa Bacha; (c) Ricardo Roberto de Araújo Lima.

24. JUAN BAUTISTA NUNURA CHULLY

Diferenças de produtividade industrial em São Paulo. — Defesa: 30-03-76. — Orientador: Flávio Rabelo Versiani. — Banca: (a) Flávio Rabelo Versiani; (b) Dércio Garcia Munhoz; (c) Antonio Dantas Sobrinho.

25. JÚLIO RIBEIRO PIRES

Ajustamento na balança de pagamentos: indicações para a experiência recente no Brasil. — 67 p. — Defesa: 28-05-76. — Orientador: Dércio Garcia Munhoz. — Banca: (a) Dércio Garcia Munhoz; (b) Pedro Sampaio Malan; (c) José Alfredo da Luz.

26. LUIS CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Condicionantes estruturais da inflação: uma visão teórica. — 390 p. — Defesa: 25-05-81. — Orientador: Lauro Álvares da Silva Campos. — Banca: (a) Lauro Álvares da Silva Campos; (b) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (c) Luis Carlos Guedes Pinto.

27. LUIZ SAMPAIO MALAN

Aspectos do controle de liquidez na economia brasileira: 1968-1975. — 93 p. — Defesa: 28-05-76. — Orientador: Juan Carlos Lerda Gandia. — Banca: (a) Juan Carlos Lerda Gandia; (b) Antonio Cláudio Leonardo Pereira Sochaczewski; (c) José Roberto Novaes de Almeida.

28. MANUEL JOSÉ FORERO GONZALEZ

Alguns enfoques da determinação de salário: um apanhado da literatura. — 80 p. — Defesa: 25-05-82. — Orientador: Ricardo Roberto de Araújo Lima. — Banca: (a) Ricardo Roberto de Araújo Lima; (b) Flávio Rabelo Versiani; (c) Lívio William Reis de Carvalho.

29. MARCELINO JOSÉ JORGE

Um estudo de caso sobre a microeconomia do progresso técnico — “inovações menores” na indústria brasileira de óxido de etileno e seus derivados. — 193 p. — Defesa: 29-09-83. — Orientador: Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque. — Banca: (a) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (b) Charles Curt Mueller; (c) Winston Fritsch.

30. MARCELO JOSÉ BRAGA NONNENBERG

Transformação de valores em preços e polarização de taxas de lucro: uma tentativa de verificação empírica. — 122 p. — Defesa: 02-12-82. — Orientador: Joanílio Rodolpho Teixeira. — Banca: (a) Joanílio Rodolpho Teixeira; (b) Antonio Dantas Sobrinho; (c) William Woolbridge Goldsmith.

31. **MARCIA FORTUNA BIATO**
Programa de incentivo à exportação: estudo de caso do BEFLEX. — 193 p. — Defesa: 02-04-84. — Orientador: Dércio Garcia Munhoz. — Banca: (a) Dércio Garcia Munhoz; (b) José Antonio Sant'Ana; (c) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque.

32. **MÁRCIA MARIA D'ÁVILA VIANA**
A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no contexto do II Vargas. — 180 p. — Defesa: 26-11-80. — Orientador: Joaquim Pinto de Andrade. — Banca: (a) Joaquim Pinto de Andrade; (b) Lauro Álvares da Silva Campos; (c) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque.

33. **MARIA CELINA ARRAES VINHOSA**
Oferla monetária no Brasil — 1945-1973. — 197 p. — Defesa: 30-11-79. — Orientador: José Antonio Sant'Ana. — Banca: (a) José Antonio Sant'Ana; (b) Eliana Anastasia Cardoso; (c) Dércio Garcia Munhoz.

34. **MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA SANTOS**
Emprego e salário na indústria de transformação nos anos 70. — 110 p. — Defesa: 25-11-81. — Orientador: Lívio William Reis de Carvalho. — Banca: (a) Lívio William Reis de Carvalho; (b) Edmar Lisboa Bacha; (c) Ricardo Roberto de Araújo Lima.

35. **MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO**
O balanço de pagamentos do Brasil 1966/1975: o papel do endividamento externo. — 129 p. — Defesa: 22-07-77. — Orientador: Dércio Garcia Munhoz. — Banca: (a) Dércio Garcia Munhoz; (b) Pedro Sampaio Malan; (c) José Alfredo da Luz. — Premiação no Concurso do BNDES: 5.^a classificada em 1978.

36. **MARIA HELENA FAGUNDES BALTHAZAR**
Rendimentos e relações de trabalho: um estudo do padrão de vida da população brasileira em 1972. — 118 p. — Defesa: 29-06-79. — Orientador: Lívio William Reis de Carvalho. — Banca: (a) Lívio William Reis de Carvalho; (b) Edmar Lisboa Bacha; (c) Joaquim Pinto de Andrade.

37. **MARIANO CESAR MARQUES**
A demanda por reservas internacionais: a experiência brasileira, 1965-1984. — 167 p. — Defesa: 01-06-84. — Orientador: José Antonio

Sant'Ana. — Banca: (a) José Antonio Sant'Ana; (b) Maria Luiza Falcão Silva; (c) Dêrcio Garcia Munhoz.

38. MÁRIO TINOCO DA SILVA

A transferência do imposto de renda no Brasil. — 70 p. — Defesa: 20-06-78. — Orientador: Juan Carlos Lerda Gandia. — Banca: (a) Juan Carlos Lerda Gandia; (b) Paul Richard Casperson; (c) Antonio Augusto de Mesquita Neto.

39. MAURO MÁRCIO OLIVEIRA

Acumulação na agroindústria do leite no Brasil: manifestações e mecanismos. — 150 p. — Defesa: 24-11-80. — Orientador: Lauro Álvares da Silva Campos. — Banca: (a) Lauro Álvares da Silva Campos; (b) Antonio Furtado de Castro; (c) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque.

40. PATRICK RENÉ ANDRÉ SAINT-POL-MAYDIEU CAMET

Um modelo de três setores para controlar as projeções a médio prazo. — 100 p. — Defesa: 30-03-76. — Orientador: Walter Gómez D'Angelo. — Banca: (a) Walter Gómez D'Angelo; (b) Ricardo Roberto de Araújo Lima; (c) Juan Carlos Lerda Gandia.

41. PAULO FONTENELE E SILVA

Aspectos tecnológicos da estrutura industrial brasileira: uma análise de insumo-produto. — 122 p. — Defesa: 21-06-78. — Orientador: Juan Carlos Lerda Gandia. — Banca: (a) Juan Carlos Lerda Gandia; (b) Charles Curt Mueller; (c) Dêrcio Garcia Munhoz. — Premiação no Concurso do BNDES: 1.^a classificada em 1979.

42. PAULO SÉRGIO MARTINS ALVES

A indústria de minério de ferro no Brasil: estrutura de mercado. — 96 p. — Defesa: 16-06-78. — Orientador: Luis Paulo Rosenberg. — Banca: (a) Luis Paulo Rosenberg; (b) Jorge Eduardo Cincunegui; (c) Paul Richard Casperson.

43. PEDRO ALVIM JÚNIOR

Alguns efeitos macroeconômicos do endividamento público interno — o caso brasileiro. — 172 p. — Defesa: 12-11-81. — Orientador: Joaquim Pinto de Andrade. — Banca: (a) Joaquim Pinto de Andrade;

(b) Fernando de Holanda Barbosa; (c) Marco Antonio Campos Martins.

44. RAUL CRISTÓVÃO DOS SANTOS

Evolução do pensamento econômico de J. M. Keynes: unidade e diversidade. — 126 p. — Defesa: 24-11-78. — Orientador: Joaquim Pinto de Andrade. — Banca: (a) Joaquim Pinto de Andrade; (b) Edmar Lisboa Bacha; (c) Lauro Álvares da Silva Campos.

45. REGINA HELENA DANTAS SIMÕES

O papel do setor exportador no desequilíbrio do balanço de pagamentos: um estudo de caso. — 170 p. — Defesa: 20-06-78. — Orientador: Charles Curt Mueller. — Banca: (a) Charles Curt Mueller; (b) Dércio Garcia Munhoz; (c) Pedro Sampaio Malan.

46. RENATO COELHO BAUMANN DAS NEVES

Os ciclos na indústria de transformação: um estudo da utilização da capacidade Brasil — 1955-1975. — 150 p. — Defesa: 12-10-76. — Orientador: Juan Carlos Lerda Gandia. — Banca: (a) Juan Carlos Lerda Gandia; (b) Regis Bonelli; (c) Pedro Sampaio Malan. — Premiação no Concurso do BNDES: 1.^a classificada em 1978.

47. RENATO PEIXOTO DAGNINO

Tecnologia apropriada: uma alternativa. — 245 p. — Defesa: 21-11-78. — Orientador: Antonio Dantas Sobrinho. — Banca: (a) Antonio Dantas Sobrinho; (b) Juan Carlos Lerda Gandia; (c) Lívio William Reis de Carvalho.

48. RICARDO ALBERTO BIELSCHOWSKI

Bancos e acumulação de capital na industrialização brasileira (1935/1962): uma análise introdutória. — 182 p. — Defesa: 12-07-75. — Orientador: Lauro Álvares da Silva Campos. — Banca: (a) Lauro Álvares da Silva Campos; (b) Antonio Cláudio Leonardo Pereira Sochaczewski; (c) Marcelo de Paiva Abreu.

49. ROLANDO VICENTE TERRAZAS SALINAS

Evolução da população e da força de trabalho na Bolívia: 1950-1976. — 168 p. — Defesa: 30-06-80. — Orientador: Ricardo Roberto de Araújo Lima. — Banca: (a) Ricardo Roberto de Araújo Lima; (b) Lívio William Reis de Carvalho; (c) Joanílio Rodolpho Teixeira.

50. RONALDO FONSECA DE PAIVA

A substituição do petróleo por biomassa: uma contribuição à análise econômica do problema energético brasileiro. — 119 p. — Defesa: 28-10-81. — Orientador: Juan Carlos Lerda Gandia. — Banca: (a) Juan Carlos Lerda Gandia; (b) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (c) José Walter Bautista Vidal.

51. RONALDO LAMOUNIER LOCATELLI

Siderurgia e desenvolvimento regional: um estudo de caso. — 141 p. — Defesa: 19-05-78. — Orientador: Luis Paulo Rosenberg. — Banca: (a) Luis Paulo Rosenberg; (b) Jorge Eduardo Cincunegui; (c) Paul Richard Casperson.

52. SÍLVIA MARIA RAMOS GARRIDO

Regulamentação tarifária dos serviços de energia elétrica no Brasil. — 158 p. — Defesa: 01-06-84. — Orientador: Juan Carlos Lerda Gandia. — Banca: (a) Juan Carlos Lerda Gandia; (b) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; (c) José Carlos de Oliveira.

53. VÂNIA LOMONACO BASTOS

Substituição de importações e tecnologia na indústria de bens de capital — um estudo de caso. — 100 p. — Defesa: 31-05-76. — Orientador: Flávio Rabelo Versiani. — Banca: (a) Flávio Rabelo Versiani; (b) Antonio Dantas Sobrinho; (c) José Tavares de Araújo Júnior.

54. VIRENE MATESCO NUNES

A teoria do processo de captação de recursos externos: a não evidência empírica no caso brasileiro. — 128 p. — Defesa: 27-11-84. — Orientador: Dércio Garcia Munhoz. — Banca: (a) Dércio Garcia Munhoz; (b) José Antonio Sant'Ana; (c) Maria Luiza Falcão Silva.

55. WALTRAUD KEUPER RODRIGUES PEREIRA

Cidades médias: uma opção no desenvolvimento urbano. — 126 p. — Defesa: 20-07-77. — Orientador: Antonio Dantas Sobrinho. — Banca: (a) Antonio Dantas Sobrinho; (b) Hamilton Carvalho Tolosa; (c) Jorge Guilherme Francisconi.

Esta relação continua no próximo número, com a listagem da EPGE/FGV-Rio e do IE/UNICAMP.

LIVROS

Esta seção informa sobre livros de economia, editados nos últimos três anos, recém-adquiridos pelas bibliotecas do IPEA, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da FGV-Rio de Janeiro. As publicações apresentam-se agrupadas por assunto, segundo o sistema de classificação para livros do Journal of Economic Literature. A sigla abaixo de cada referência designa o local onde a obra se encontra disponível para consulta ou empréstimo. O Sinal ● indica que consta uma síntese do trabalho em "resumos informativos". Esta seção é organizada por Fernanda Machado Pinto.

Relação Classificada

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos : século XVI* / Pierre Chaunu ; tradução de Jordino Assis dos Santos Marques e Maurílio José de Oliveira Camello. — São Paulo : Pioneira, 1984. 436 p. Inclui índice
UFRJ/FEA LE 85-175

GODECHOT, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão : 1800-1815* / Jacques Godechot ; tradução de Miriam Lifchitz Moreira Leite. — São Paulo : Pioneira, 1984. 383 p. Inclui índice.
UFRJ/FEA LE 85-176

GOODWIN, Richard Murphy. *Essays in linear economic structures*. — London : Macmillan, 1983. vii, 177 p. : il.
FGV LE 85-177

INFORMAÇÃO em ciência e tecnologia — ICT, do Programa de Apoio para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico — PADCT / Con-

selho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. — Brasília, 1984. 2. v.

IPLAN

LE 85-178

MASSOW, Valentin V. *La ciencia y su promoción en la República Federal de Alemania* / traducción Ernesto Garzon Valdes. — Bonn : Inter Nations, 1983. 114 p.

FGV

LE 85-179

020 Teoria Geral da Economia

- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. *A produção não capitalista : uma discussão teórica*. — Porto Alegre : Secretaria de Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística, 1985. 119 p. — (Teses ; 10).

INPES ; UFRJ/FEA

LE 85-180

BIGSTEN, Arne. *Income distribution and development : theory, evidence and policy*. — London : Heinemann, 1983. 192 p.

FGV

LE 85-181

INVESTING in Europe's future edited by Arnold Heertje ; contributors Michel Albert ... [et alii] ; préface by Yves Le Portz. — Oxford : Basil Blackwell, 1983. x, 218 p. : il.

FGV

LE 85-182

030 História do Pensamento Econômico, Metodologia

- STEIN, Jerome L. *Monetarist, Keynesian and new classical economics*. — Oxford, Engl. : Basil Blackwell, 1982. 228 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-183

- THUROW, Lester C. *Dangerous currents : the state of Economics*. New York : Random House, 1983. xix, 247 p. : tab., gráf.

FGV

LE 85-184

040 *História Econômica*

Ver também: LE 85-175 ; LE-85-176.

- CANABRAVA, Alice P. *O algodão em São Paulo, 1861-1875*. — 2. ed. — São Paulo : T. A. Queiroz, 1984. 323 p. — (Biblioteca básica de ciências sociais ; sér. 1 : Estudos brasileiros ; v. 8).
FEA/UFRJ LE 85-185

- FONSECA, Pedro César Dutra. *RS : economia & conflitos políticos na República Velha*. — Porto Alegre : Mercado aberto, 1983. 143 p. : il. — (Documenta ; 18).
FGV LE 85-186

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS.

110 *Crescimento Econômico; Desenvolvimento; Teoria e Política de Planejamento*

Ver também: LE 85-181 ; LE 85-200 ; LE 85-213.

- 'BAGCHI, Amiya Kumar. *The political economy of underdevelopment*. — Cambridge : Cambridge University Press, 1982. viii, 280 p. — (Modern Cambridge economics).
FGV LE 85-187

LEITE, Pedro Sisnando. *Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais*. — Fortaleza : Universidade Federal do Ceará, 1983. 184 p. : il.
FGV LE 85-188

120 *Estudos de Desenvolvimento Econômico*

Ver também: LE 85-186 ; LE 85-220 ; LE 85-224.

- AUTHORITARIAN capitalism : Brazil's contemporary economic and political development / edited by Thomas C. Bruneau and Philippe Faucher. — Boulder, Colo. : Westview Press, 1982. xvi, 272 p.
FGV LE 85-189

BASIC needs viewed from above and from below : the case of Karnataka State, India / by T. S. Epstein ... [et alii]. — Paris : OECD, Development Centre, 1983. 149 p.

FGV

LE 85-190

- ECONOMIA e movimentos sociais na América Latina / Fernando Henrique Cardoso, Bernardo Sorj, Maurício Font (orgs.). — São Paulo : Brasiliense, 1985. 323 p.

IPLAN

LE 85-191

HOFFMANN, Erik P. *The politics of economic modernization in the Soviet Union* / Erik P. Hoffmann, Robbin F. Laird. — Ithaca : Cornell University Press, 1982. 215 p.

FGV

LE 85-192

- KALDOR, Nicholas. *The economic consequences of Mrs. Thatcher : speeches in the House of Lords 1979-1982* / edited by Nick Butler. — London : Duckworth, 1983. 119 p.

FGV

LE 85-193

- QUE crise é esta? : n.º 2 / Roberto S. Bártholo Jr., Hamilton Moss de Souza, Marcelo Affonso Monteiro (organizadores). — [São Paulo] : Brasiliense : [Brasília] : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985. 143 p.

INPES

LE 85-194

130 *Flutuações, Projeções Econômicas e Inflação.*

SALAZAR FONG, Diana Alejandrina. *Importancia relativa de las políticas fiscal y monetaria en la política de estabilización* : Panamá. — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa, 1982. 175 p.

FGV

LE 85-195

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 *Métodos e Modelos Econométricos, Estatísticos e Matemáticos*

ACHEM, Christopher H. *Interpreting and using regression*. — Beverly Hills, Cal. : Sage, 1983. 87 p. : il.

FGV

LE 85-196

AOKI, Masanao. *Notes on economic time series analysis : system theoretic perspectives*. — Berlin : Springer-Verlag, 1983. 249 p. — (Lecture notes in economics and mathematical systems ; 220).

INPES

LE 85-197

BRECKENRIDGE, Mary B. *Age, time and fertility : applications of exploratory data analysis / with an appendix by John W. Tukey*. — New York : Academic Press, 1983. xxv, 317 p.

IBGE

LE 85-198

COMPILACIÓN de indicadores sociales de la situación de la mujer / Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Internacionales, Oficina de Estadística e Instituto Internacional de Investigación y Capacitación para la Promoción de la Mujer. — Nueva York : Naciones Unidas, 1984. 92 p.

IBGE

LE 85-199

- GUPTA, Kanhaya Lal. *Foreign capital, savings and growth : an international cross-section study / by Kanhaya Lal Gupta and M. Anisul Islam*. — Dordrecht : D. Reidel, 1983. xvi, 174 p. : il.

FGV

LE 85-200

LARSON, Harold J. *Introduction to probability theory and statistical inference*. — 3. ed. — New York : John Wiley, 1982. xi, 637 p. : il.

FGV ; IBGE

LE 85-201

TABUTIN, Dominique. *La collecte des données en démographie*. — Liège : Ordina Editions, 1984. 258 p.

IBGE

LE 85-202

220 Estatísticas Sócio-Económicas

BULMER-THOMAS, V. *Input-output analysis in developing countries : sources, methods and applications*. — Chichester : John Wiley, 1982. xvi, 297 p.

FGV

LE 85-203

NÚMEROS índices de precios industriales : base 100 en 1974 : monografía técnica / Instituto Nacional de Estadística. — Madrid : INE, 1983. 233 p.

IBGE

LE 85-204

RECENSEAMENTO da população e da habitação 1981 : antecedentes, metodologia e conceitos / Instituto Nacional de Estatística, Serviços Centrais. — Lisboa : O Instituto [1984]. 162 p.

IBGE

LE 85-205

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

310 *Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras*

Ver também: LE 85-195.

MEEK, Paul, ed. *Central Bank views on monetary targeting*. — New York : Federal Reserve Bank of New York, 1983. 133 p. : il.

FGV

LE 85-206

SCHARF, Traute. *Arab and Islamic banks : new business partners for developing countries*. — Paris : OECD, Development Centre, 1983. 222 p.

FGV

LE 85-207

SILVA, José Pereira da. *Administração de crédito e previsão de insolvência*. — São Paulo : Atlas, 1983. 139 p. : il.

FGV

LE 85-208

320 *Finanças Públicas Internas e Política Fiscal*

Ver também: LE 85-195 ; LE 85-231.

MANGIA, Joaquim Ferreira. *O imposto de importação e a política aduaneira*. — Brasília : Escola de Administração Fazendária, 1983. 145 p.

FGV

LE 85-209

SILVA, Gerson Augusto da. *Estudos de integração e de harmonização tributária* / tradução [de] Hilda Badenes da Costa e Silva. — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa, 1983. 117 p.

FGV

LE 85-210

SILVA, Gerson Augusto da. *Estudos de política fiscal*. — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa, 1983. 146 p. : il.
FGV LE 85-211

SILVA, Gerson Augusto da. *Estudos tributários*. — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa, 1983. 139 p. : il.
FGV LE 85-212

SILVA, Gerson Augusto da. *A política tributária como instrumento do desenvolvimento* / tradução de Maria Cecília Estellita Lins. — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa, 1983. 340 p. : il.
FGV LE 85-213

TORRES, Ricardo Lobo. *Restituição de tributos*. — Rio de Janeiro : Forense, 1983. ix, 361 p.
FGV LE 85-214

400 ECONOMIA INTERNACIONAL

420 *Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica*

Ver também: Le 85-191 ; LE 85-227 ; LE 85-235.

D'ALMEIDA, Cláudio Graça. *Zona Franca, de onde, para onde : um estudo de desenvolvimento institucional*. — Manaus : Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas, 1982. 177 p.
FGV LE 85-215

THE DEVELOPMENT of trade in selected agricultural machinery and implements among developing countries / UNCTAD. — Genebra : UNCTAD/GATT, 1983. 228 p.
IPLAN LE 85-216

FULCKIGER, Yves. *Impact de la création d'une zone d'intégration économique sur le revenu réel des pays membres : une extension des modèles a deux biens*. — Berne : Peter Lary, 1984. 401 p. : gráf.
IBGE LE 85-217

PEREZ-LINDO, Augusto. *L'Amérique Latine et la Communauté Européenne : contextes économiques et la Communauté Européenne : contextes économiques et sociaux : données et références* / avec la collaboration de Maria Luisa Leon. — Bruxelles : Université Libre de Bruxelles, Institut de Sociologie, Centre d'Étude d'Amérique Latine, 1983. vii, 192 p. : il.

FGV

LE 85-218

- RESEARCH in international business and finance : a research annual, v. 3 : The internationalization of financial markets and national economic policy / editors Robert G. Kawkins, Richard M. Levich, Clas G. Wihlborg. — Greenwich, London : JAI Press, 1983. 334 p. : tab., gráf. — Proceedings of a Conference held at the Graduate School of Business Administration of New York Univ. on April 10-11, 1980.
INPES LE 85-219

430 *Balanço de Pagamentos, Finanças Internacionais*

Ver também: LE 85-219.

- BIRD, Graham R. *The international monetary system and the less developed countries*. — 2. ed. — London : Macmillan Press, 1982. xi, 352 p. : il.
FGV LE 85-220

- EXCHANGE rates and international macroeconomics / Jacob Frenkel, editor. — Chicago : The University of Chicago Press, 1983. 382 p. : tab., gráf. — (NBER. A conference report).
INPES LE 85-221

EXTERNAL debt of developing countries : 1983 survey / OCDE. — Paris, 1984. 223 p. : tab.
INPES LE 85-222

440 *Investimentos Internacionais e Ajuda Externa*

ver também: LE 85-228.

500 ADMINISTRAÇÃO; FINANÇAS DAS EMPRESAS; COMERCIALIZAÇÃO; CONTABILIDADE

510 *Administração*

MOOD, Alexander McFarlane. *Introduction to policy analysis*. — London : Edward Arnold, 1983. xi, 302 p. : il.

FGV

LE 85-223

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA;
ESTUDOS INDUSTRIAIS

610 *Organização Industrial e Política de Governo*

- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil* / tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. — 5. ed. aum. — Rio de Janeiro : Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1983. xxvi, 563 p. : tab.

FGV

LE 85-224

McDERMOTT, Philip J. *Industrial organisation and location* / Philip J. McDermott, Michael Taylor. — Cambridge : Cambridge University Press, 1982. vii, 226 p. : il.

FGV

LE 85-225

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista* / tradução de Fanny Tabak. — 2. ed. — Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 334 p.

FGV

LE 85-226

RENDEIRO, João Oliveira. *Estratégia industrial na integração europeia : contributo para uma estratégia industrial agressiva em Portugal*. — Lisboa : Banco de Fomento Nacional, 1984. 235 p.

FGV

LE 85-227

620 *Mudança Tecnológica*

Ver também: LE 85-194.

LA COOPERACIÓN empresarial argentino-brasileña : estudio de las posibilidades y contribuciones de las inversiones conjuntas y transferencias de tecnología entre Argentina y Brasil / [Banco Interamericano de Desarrollo, Inst. para la Integración de América Latina]. — Buenos Aires : INTAL, 1983. 160 p.

FGV

LE 85-228

PANORAMA da indústria nacional : computadores e periféricos. — [Brasília] : Empresa Digital Brasileira, 1983. 109 p. : il.

IBGE

LE 85-229

- SILVA, Marcos Eugênio da. *Inovação tecnológica : um estudo de caso*. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1984. 103 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaio econômico ; 31). — Originalmente apresentada como dissertação de mestrado à Faculdade de Economia e Administração da USP em 1982 sob o título "Inovação tecnológica no setor de máquinas-ferramenta brasileiro : um estudo de caso".

INPES

LE 85-230

700 AGRICULTURA; RECURSOS NATURAIS

710 *Agricultura*

Ver também: LE 85-216.

- RURAL financial markets in developing countries : their use and abuse / edited by J. D. von Pischke, Dale W. Adams and Gordon Donald. — Baltimore : World Bank, 1983. 441 p. : tab. — (EDI series in economic development).

INPES

LE 85-231

SANTOS, Raimundo Luis Pereira. *A suinocultura no Nordeste*. — Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 1983. 219 p. — (Estudos econômicos e sociais ; 21).

IPLAN

LE 85-232

SUBDESENVOLVIMENTO e desenvolvimento rural do Nordeste / Pedro Sisnando Leite, organizador ; Almir Alves Fernandes Távora Filho ... [et alii]. — Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 1983. 231 p. : il.

FGV

LE 85-233

720 *Recursos Naturais*

Ver também: LE 85-185.

- ALCOHOL fuels options for developing countries. — Washington, D. C. : National Academy of Sciences, 1983. 109 p. : il., tab.
INPES LE 85-234

AMUZEGAR, Jahangir. *Oil exporters' economic development in an interdependent world*. — Washington, D. C. : International Monetary Fund, 1983. vii, 99 p.
FGV LE 85-235

- ANNUAL review of energy : v. 7, 1982 / Jack M. Hollander, ed. — Palo Alto : Annual Reviews, 1982. 434 p. : tab., gráf.
INPES LE 85-236

ROTSTEIN, Jaime. *Soberania e política energética*. — Rio de Janeiro : F. Alves, 1983. 220 p.
FGV LE 85-237

730 *Geografía Económica*

MULCHANSINGH, Vernon C. *Consideración espacial de la dependencia y el nacionalismo en relación a los recursos, con referencia especial a la bauxita*. — Merida, Venezuela : Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Forestales, Instituto de Geografía y Conservación de Recursos Naturales, 1983. 90 p.
IBGE LE 85-238

800 MÃO-DE-OBRA; EMPREGO; POPULAÇÃO

810 *Treinamento e Alocação de Mão-de-Obra, Oferta de Mão-de-Obra e Força de Trabalho*

RELAÇÃO de ocupações industriais / Antônio de Almeida Azevedo ... [et alii]. — São Paulo : SENAI, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação, 1983. 210 p.
FGV LE 85-239

820 *Mercado de Trabalho, Política do Governo*

DINÂMICA da economia e absorção de mão-de-obra / SUDENE, Superintendência-Adjunta de Desenvolvimento Social e Infra-estrutura, Coordenação de Emprego e Mão-de-Obra: — Recife : FUNDAJ, Ed. Massangana, 1984. 79 p.

IBGE

LE 85-240

- O EMPREGO no Rio Grande do Sul : RAIS, PNAD e PME / Beatriz Regina Zago de Azevedo (org.) ; Miriam de Toni Tagliassuchi ... [et alii]. — Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística, 1985. 163 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-241

- SABOIA, João Luiz Maurity. *Evolução histórica do salário mínimo no Brasil : fixação, valor real e diferenciação regional*. — Rio de Janeiro : IPEA, INPES, 1984. 106 p. : tab. — (PNPE. Série fac-símile ; 15).

INPES

LE 85-242

900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA

910 *Programas de Bem-Estar Social*

DETERMINANTES de la educación en América Latina : acceso, desempeño y equidad : um estudio ECIEL / Claudio de Moura Castro ... [et alii]. — Rio de Janeiro : Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1984. 248 p.

FGV

LE 85-243

GARCIA, Alvaro. *El problema alimentario y nutricional en Chile : diagnóstico y evaluación de políticas* / Alvaro Garcia ... [et alii]. — Santiago : PREALC, 1983. 99 p.

FGV

LE 85-244

SCHNEIDER, Hartmut. *Meeting food needs in a context of change*. — Paris : OECD, 1984. 150 p. : tab. — (OCDE. Development Centre Studies).

INPES

LE 85-245

- SILVA, Fernando Antonio Rezende da. *Financiamiento de las políticas sociales*. — Santiago : [Naciones Unidas], 1983. 81 p. : tab., gráf. — (Estudios ILPES/UNICEF sobre políticas sociales ; 1). Documento preparado por convênio : Escola Brasileira de Administração Pública da FGV e ILPES, sendo coordenador do projeto Fernando A. Rezende da Silva e pesquisadores técnicos Edgar Acosta Díaz e José C. Castanhar.
INPES LE 85-246

930 *Economia Urbana*

Ver também: LE 85-180 ; LE 85-225.

- MARSH, Robin Ruth. *Development strategies in rural Colombia : the case of Caqueta*. — Los Angeles : UCLA, Latin American Center Publications, 1983. xiii, 241 p. : il.
FGV LE 85-247

- POLÍTICAS públicas para áreas urbanas : dilemas e alternativas / organizador Eli Dinis ; colaboradores Antonio Octávio Cintra, Ana Maria Brasileiro, Sérgio de Azevedo. — Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 114 p.
FGV LE 85-248

940 *Economia Regional*

- ALMADA, Ayrton Teixeira. *Diagnóstico sócio-econômico do programa Grande Carajás* / Ayrton Teixeira Almada ... [et alii]. — Rio de Janeiro : IBGE, 1983. 162 p.
IPLAN LE 85-249
- DESIGUALDADES regionais no desenvolvimento brasileiro / pesquisadores Carlos Osório ... [et alii] ; [coordenador técnico Jorge Jatobá ; editor Ricardo Carneiro] . — Recife : SUDENE, 1984. 4 v. : il., gráf., tab., mapas. — Conteúdo: v. 1 — Caracterização, evolução recente e fatores determinantes; v. 2 — Políticas econômicas setoriais e desigualdades regionais; v. 3 — A política de desenvolvimento regional; v. 4 — A expansão capitalista, o papel do Estado e o desenvolvimento regional no Brasil.
INPES LE 85-250

KATZ, Saul M. *Regional organization and management of development : Israel and Galilee case-study* / Saul M. Katz, N. Menuhim with Hana Ludmer. — Rehovot, Israel : Settlement Study Centre, 1982. 333 p. : il.

FGV

LE 85-251

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS : agropecuária colonial & industrialização*. — Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983. 226 p.

FGV

LE 85-252

Resumos Informativos

Esta seção é redigida por Antonio de Lima Brito e a seleção e a revisão técnica estão a cargo da Editoria.

ALCOHOL fuels : options for developing countries. — Washington, D.C. : National Academy of Sciences, 1983. 109 p. : il., tab.

INPES

LE 85-234

O trabalho procura mostrar como a chamada crise do petróleo, cujos preços aumentaram de forma sem precedentes em todo o mundo, acabou por induzir várias economias, principalmente as dos países em desenvolvimento, a buscarem formas alternativas domésticas de energia. Aponta os vários tipos de fontes de energia mais utilizados naqueles países, sobressaindo-se diferentes espécies de plantas como matéria-prima para a produção de álcool, como é o caso da cana-de-açúcar, do milho, da cevada, da mandioca, da beterraba, da batata e da madeira. Lembra que dos tipos de álcool conhecidos apenas dois são, até o momento, mais usados como fontes de combustível: o etanol (álcool etílico e álcool de grãos) e o metanol, obtido de produtos à base de celulose, através da madeira, ou de resíduos de cereais, pela gaseificação. Mostra que o uso do álcool como fonte de combustível está se espalhando por todo o mundo, à medida que novas tecnologias vão sendo desenvolvidas. Dentre os países pioneiros aponta o Brasil, que em 1979 importava mais de 80% do petróleo consumido e hoje desenvolve um programa que lhe permite ter mais de 700 mil veículos a álcool e espera sair da dependência do petróleo no ano 2000. Lembra ainda outros, como a Costa Rica, as Filipinas e a Argentina, além de alguns que também caminham para o mesmo objetivo, como a África

do Sul, o Sudão, o Quênia, a Indonésia, a Nova Guiné-Papua e a Tailândia. Lembra que, apesar do grande progresso alcançado até agora, os combustíveis à base do álcool ainda não podem substituir o petróleo em todos os seus usos, sendo o óleo diesel o caso mais difícil. Discorre sobre as implicações sociais, econômicas e relativas ao meio ambiente que fatalmente advêm com a mudança, e aconselha um planejamento meticuloso para cada caso específico, concluindo com uma série de recomendações aos países em desenvolvimento, objetivando a que estes possam fazer face aos impactos potenciais oriundos da adoção de uma estratégia para a obtenção de combustível à base de álcool.

ANNUAL review of energy : v. 7, 1982 / Jack M. Hollander, ed. — Palo Alto : Annual Reviews, 1982. 434 p. : tab., gráf.
INPES

LE 85-236

Segundo o editor, os anos de 1981 e 1982 foram marcados por mudanças drásticas na evolução do sistema mundial de energia. Pela primeira vez na década houve uma flexibilidade no mercado mundial de petróleo surgindo condições para um moderado excesso de oferta, o que causou uma queda considerável no preço do óleo cru, dos derivados de petróleo, com destaque para a gasolina que nos Estados Unidos atingiu níveis inferiores ao período anterior a 1979. Destaca, no entanto, que as opiniões sobre a evolução da situação no longo prazo são bastante conflitantes, indo desde os que crêem que o excesso de oferta é temporário, até os que asseguram que a demanda de petróleo foi irremediavelmente afetada pelos choques de 1973 e 1979. Há vários anos a *Annual review of energy* publica uma coletânea com trabalhos sobre áreas relevantes para o desenvolvimento do sistema energético mundial. O presente livro, que é o Volume 7 da série, apresenta um caráter bastante internacional, com destaque para as políticas energéticas postas em prática pelo Japão, Brasil e República Federal da Alemanha. Analisa a questão do financiamento das necessidades de energia nas nações em desenvolvimento, proporcionando uma visão geral dos problemas que estas enfrentam nesse campo; focaliza a questão dos recursos energéticos *vis-à-vis* as reservas mundiais de petróleo; dedica vários artigos às diversas tecnologias poupadoras de energia, incluindo as formas de utilização evitando o desperdício; destaca os impactos da política energética dos Estados Unidos na indústria automobilística e a política de incentivos governamentais para a conservação de energia a nível do Estado e da comunidade. Inclui ainda uma avaliação econômica dos custos ener-

géticos sobre o meio ambiente, um estudo projetando os gastos com o consumo individual de energia naquele país e, por fim, uma análise do custo social do petróleo importado.

AUTHORITARIAN capitalism : Brazil's contemporary economic and political development / edited by Thomas C. Bruneau and Philippe Faucher. — Boulder, Colo. : Westview Press, 1982. xvi, 272 p.
FGV **LE 85-189**

A coletânea contém uma série de artigos de diferentes autores, cujo tema principal é o desenvolvimento brasileiro sob um regime autoritário, com ênfase especial para os aspectos políticos e econômicos. Inicialmente apresenta uma análise sobre a América Latina, apontando os problemas considerados comuns a toda a região, como por exemplo a situação paradoxal da busca pelo crescimento econômico via maciços investimentos estrangeiros, e dos projetos faraônicos em meio à miséria, à pobreza e à distribuição desigual dos benefícios, situação surgida de início no Brasil e expandindo-se depois a todo o continente. Faz uma retrospectiva da década de 60, quando os países mais importantes buscavam estimular o crescimento econômico e estabilizar os regimes democráticos. Mostra a concepção oposta da década seguinte, ocasião em que pontificaram as ditaduras militares, que acreditavam numa possibilidade de crescimento econômico mas não numa democracia plena. Aponta as mudanças significativas observáveis no modelo adotado na década de 80, período em que os países latino-americanos estão estreitamente integrados à economia mundial e à sua estratégia particular de desenvolvimento, mostrando-se bastante sensíveis às tendências negativas dessa economia. No que tange ao Brasil, cabe destacar o artigo de Faucher, que proporciona uma interpretação sobre a crise do regime brasileiro. Segundo ele, o processo de liberalização dá ênfase à demanda do capital interno por um papel no sistema, bem como de certos setores de trabalhadores, intelectuais e de outros grupos, os quais lutam por uma verdadeira democratização. Baer e Figueroa & Trebat tratam das funções das empresas públicas nessa estratégia de desenvolvimento, dentro de uma visão comparativa com outros países da região. Evans cuida do papel do Estado no processo de acumulação através da análise do setor petroquímico, ao passo que, no último capítulo, Da Matta analisa a sociedade brasileira a partir de uma perspectiva antropológica, onde estabelece os parâmetros pelos quais transmite à citada sociedade a natureza do crescimento econômico brasileiro.

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. *A produção não capitalista : uma discussão teórica*. — Porto Alegre : Secretaria de Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística, 1985. 119 p. — (Teses ; 10).

INPES; UFRJ/FEA

LE 85-180

Trata-se da tese defendida pela autora no curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Sociologia, em novembro de 1983. Discute as questões que dizem respeito basicamente à preocupação em entender como e por que se dá a expansão das atividades ditas não capitalistas, depositárias da grande massa desqualificada da força de trabalho alocada principalmente nas cidades, e cuja importância reside não só no fato de nelas se concentrar significativa parcela da população urbana dos países subdesenvolvidos, como também por gerarem renda, sendo muitas delas, de alguma forma, úteis à expansão do capital. Para isso, retoma alguns aspectos desenvolvidos em diversas abordagens voltadas à reflexão desse tema, a fim de identificar os tipos de ocupações consideradas típicas desse setor menos privilegiado da economia urbana, bem como as funções e as principais características a elas atribuídas. O propósito é, portanto, levantar algumas questões relativas ao significado e à importância dessas atividades, através do exame de certos estudos considerados mais significativos. O trabalho divide-se em três partes: a primeira revê os estudos iniciais sobre o assunto, com o objetivo de situar historicamente a questão; a segunda trata da sistematização das abordagens mais recentes — setor informal, marginalidade, setor terciário, produção não capitalista e produção simples de mercadorias —; e, por último, a terceira apresenta as diversas contribuições que a produção não capitalista estaria supostamente fornecendo ao processo de acumulação de capital.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil* / tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. — 5. ed. aum. — Rio de Janeiro : Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1983. xxvi, 563. : tab.

FGV

LE 85-224

Trata-se da quinta edição aumentada desta substancial obra sobre as origens e trajetórias do nosso processo industrial desde 1947. O autor mantém os oito capítulos da primeira edição, acrescenta quatro capítulos

aumentados na segunda, um na quarta e quatro nesta última, alguns com a colaboração de Isaac Kerstenetzky, Annibal Villela e Paul Beckerman, além de três Apêndices, atualizados por Ralph Zerkowsky e Sérgio Germano. Ao longo do trabalho Baer praticamente abrange tudo o que diz respeito ao tema, destacando da primeira edição, a história básica, com as tentativas de industrialização anteriores ao período do segundo pós-guerra, o continuado esforço após o término da II Guerra e as conseqüências sob a estrutura da economia e sua taxa de crescimento. Analisa a estrutura de direção política do Brasil visando compreender melhor o processo de tomada de decisões quanto à orientação econômica do País, o modo de financiamento da industrialização e os efeitos da inflação nesse período, as conexões e repercussões através das quais desenvolveu-se a industrialização, os motivos do baixo índice incremental da relação capital/produto, e os efeitos da industrialização sobre os outros setores da economia e os diversos desequilíbrios advindos (Capítulos 1 a 8). Adicionalmente interpreta os principais acontecimentos econômicos da década de 60, os motivos que levaram ao *boom* de 1968/73, as razões e implicações do crescimento da presença estatal na economia brasileira, e tenta reinterpretar as bases do processo de industrialização do Brasil, com base em novos depoimentos apresentados por vários especialistas (Capítulos 9 a 12). Finalmente, apresenta uma perspectiva mais ampla aos vários tópicos abordados, avalia o desempenho das empresas públicas e o modo como estas se contradizem ou se complementam, examina a questão dos investimentos estrangeiros no Brasil à luz dos fatos disponíveis, a recente experiência brasileira de indexação financeira e, por último, os principais fatores por trás da crise que atingiu a economia brasileira, e o impacto e conseqüências dos choques externos no período 1973/83 (Capítulos 13 a 17).

BAGCHI, Amiya Kumar. *The political economy of underdevelopment*. — Cambridge : Cambridge University Press, 1982. viii, 280 p. — (Modern Cambridge economics).

FGV

LE 85-187

O presente volume é fruto, segundo o autor, de estímulo que recebeu ao presenciar as lutas estudantis eclodindo em todo o mundo no final da década de 60, tendo-se beneficiado principalmente do clima reinante entre seus colegas do Centro de Estudos de Ciências Sociais em Calcutá, na Índia. Outro aspecto que o influenciou foi dar-se conta da divisão do mundo em nações ricas e nações pobres, assim como o fato de estas últimas

se acharem separadas entre uma minoria de pessoas abastadas e um número incalculável sobrevivendo em um nível mínimo de subsistência. O volume apresenta uma introdução às questões do desenvolvimento vividas pelos países do Terceiro Mundo, utilizando-se de métodos de análise marxistas e neokeynesianos. Deixa claras as origens desses problemas contemporâneos, particularmente no que se relaciona aos maiores países da América Latina e da Ásia, e discute as maneiras através das quais as desigualdades são propagadas e perpetuadas. Outros aspectos também analisados são as formas típicas de crescimento flutuante daqueles países, as estruturas sociais tanto nas áreas rurais quanto na urbana e sua influência sobre o comportamento dos governos e dos investidores privados, além do controle do meio ambiente e do planejamento populacional. Por fim, são discutidas as questões ligadas aos diferentes métodos de planejamento para uma sociedade capitalista do Terceiro Mundo do ponto de vista das intervenções do Estado na economia.

BIRD, Graham R. *The international monetary system and the less developed countries*. — 2. ed. — London : Macmillan Press, 1982. xi, 352 p. : il.

FGV

LE 85-220

Trata-se de alentado volume em segunda edição, que no decorrer de seus 12 capítulos, cada um seguido de extensa bibliografia, investiga o relacionamento entre o sistema monetário internacional e os países menos desenvolvidos, com base no fato de que a partir de 1945 vem crescendo o interesse pelos problemas desses países, os quais por sua vez têm-se mostrado participantes significativos na reforma do referido sistema monetário. De início o autor delinea a evolução do relacionamento entre os países em causa (os PMDs) e o FMI, e em seguida examina, com base na evidência empírica disponível, as principais causas e conseqüências dos problemas monetários enfrentados pelos mesmos. Para tal, aborda tópicos como a instabilidade das exportações, as relações de troca, a demanda de reservas e a adequação destas, e as dificuldades com o ajustamento. Posteriormente faz uma análise completa das formas como a ajuda financeira tem sido proporcionada aos países menos desenvolvidos através do FMI e do mercado de euromoeida. Ao final, discute outras questões-chave de política, como o problema dos produtos básicos, a ligação entre a criação de uma

liquidez internacional e a concessão de ajuda para o desenvolvimento, encerrando com a questão da política aplicada às taxas de câmbio e os PMDs, mormente no que respeita à flexibilidade dessas taxas.

CANABRAVA, Alice P. *O algodão em São Paulo, 1861-1875*. — 2. ed. — São Paulo : T. A. Queiroz, 1984. 323 p. — (Biblioteca básica de ciências sociais ; sér. I : Estudos brasileiros ; v. 8).

FEA/UFRJ

LE 85-185

Publicado inicialmente há mais de três décadas, o livro objetiva, nesta segunda edição, tornar disponível aos pesquisadores e estudiosos um trabalho útil para o conhecimento abalizado dos componentes da nossa evolução agrícola, a partir de um estudo de caso da Província de São Paulo. Baseia-se, essencialmente, nos vários estudos, monografias e, principalmente, na correspondência dos Conselhos Municipais com o Presidente da Província e trabalhos divulgados nos jornais da época. Analisa com riqueza de detalhes o desenvolvimento da cultura de novas variedades de algodão, com destaque para o herbáceo proveniente de Manchester, Inglaterra, que em 1862 teve em Sorocaba o primeiro centro da grande expansão verificada na Província. Mostra como a paralisação das exportações americanas, em 1861, em virtude da Guerra de Secessão, fez com que os ingleses buscassem outros mercados, como a Índia, o Egito, a Turquia, vindo fixar-se no Brasil, quando “as indústrias têxteis inglesas se empenharam em criar na Província de São Paulo um mercado de suprimento de algodão para as fábricas de tecidos da Inglaterra”. Ao final, mostra como, com o fim da guerra civil americana, restauraram-se as exportações daquele país, com a conseqüente decadência da cultura algodoeira na Província em “dois momentos de queda rápida e brusca”, respectivamente em 1867/68 e 1870/71, motivados pela abrupta baixa dos preços do produto, fato que acabou por encerrar com o efêmero ciclo de desenvolvimento, voltando, por conseguinte, o café a exercer a sua primazia na agricultura da região.

DESIGUALDADES regionais no desenvolvimento brasileiro / pesquisadores Carlos Osório . . . [et alii] ; [coordenador técnico Jorge Jacobá ; editor Ricardo Carneiro]. — Recife : SUDENE, 1984. 4 v. : il., gráf., tab., mapas. — Conteúdo: v. 1 — Caracterização, evolução recente e fatores determinantes; v. 2 — Políticas econômicas setoriais e desigualdades regionais; v. 3 — A política de desenvolvimento regional;

v. 4 — A expansão capitalista, o papel do Estado e o desenvolvimento regional no Brasil.

INPES

LE 85-250

O presente trabalho, dividido em quatro volumes, tem por objetivo analisar as desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro no período compreendido entre o início dos anos 50 e meados da década de 70, sendo que esta última etapa foi marcada por uma quebra no ritmo do crescimento econômico do País após uma fase de intenso crescimento nos anos de 1968/73. De acordo com os organizadores, este estudo não pode, por esse motivo, desvincular-se da compreensão das principais tendências estruturais e setoriais que caracterizam a evolução da economia brasileira durante o período em questão. Mais precisamente, as desigualdades regionais constituem um reflexo dessas transformações, bem como do estilo de crescimento adotado pelo País. O Volume 1 caracteriza a evolução das desigualdades regionais segundo o critério do produto *per capita* e o da estrutura econômica diferenciada das várias regiões brasileiras, verificando as dimensões sociais das desigualdades regionais, a concentração espacial, a integração regional e os fluxos de comércio e as migrações e desigualdades regionais. O Volume 2 examina os efeitos das políticas macroeconômicas (sem conteúdo regional) sobre as desigualdades regionais, destacando as quatro políticas de maior importância, quais sejam a industrial, a agrícola, a de comércio exterior e a fiscal. O Volume 3 analisa o programa de industrialização, os programas de desenvolvimento rural propostos para o Nordeste, a política de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, bem como faz uma avaliação para as regiões Amazônica e Centro-Oeste. Finalmente, o Volume 4 sintetiza os resultados do conjunto apresentado nos volumes anteriores, assim como apresenta subsídios para a reformulação da política de desenvolvimento regional no Brasil.

ECONOMIA e movimentos sociais na América Latina / Fernando Henrique Cardoso, Bernardo Sorj e Maurício Font (orgs.). — São Paulo : Brasiliense, 1985. 323 p.

IPLAN

LE 85-191

A presente coletânea incorpora as versões definitivas dos trabalhos apresentados no seminário realizado no CEBRAP, em março de 1982, com a participação de cientistas sociais da América Latina, Estados Unidos e

Europa. Embasado em casos concretos, como o de Cuba, Colômbia, Venezuela, Brasil e de países da América Central, o trabalho analisa a composição da economia calcada no setor exportador, bem como as atitudes e processos políticos ligados a essa conjuntura. Nesse sentido, o livro faz um estudo da economia e da sociedade na América Latina, focalizando temas como as oligarquias, o papel do Estado, o imperialismo, a antropologia da produção de *plantation* e a crise do Estado na América Central. De acordo com os organizadores, a inesperada presença do setor exportador em episódios críticos da atual mudança social latino-americana é o principal móvel que conduz à proposição, nesta coletânea, de uma nova tentativa visando avaliar e aprofundar o conhecimento dessa mudança com base na política do setor exportador: de seus interesses e atores, padrões de mobilização e ação coletiva, clivagens, formação de alianças e mecanismos institucionais para os quais se orientam. Dividido em duas seções, o livro compara e avalia, na primeira, várias perspectivas e abordagens da projeção sócio-política do setor exportador, e, em particular, tenta sistematizar conhecimentos teóricos existentes, identificar problemas conceituais e metodológicos e apresentar hipóteses novas. Na segunda seção, analisa a consolidação do setor exportador, a composição e ação coletiva por parte dos produtores, e, finalmente, os processos políticos que condicionam a continuidade do processo de desenvolvimento.

O EMPREGO no Rio Grande do Sul : RAIS, PNAD e PME / Beatriz Regina Zago de Azevedo (org.) ; Miriam de Toni Tagliassuchi ... [et alii]. — Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística, 1985. 163 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-241

Trata-se de coletânea de textos objetivando examinar as questões ligadas ao emprego e ao desemprego no País. Dá continuidade a estudos já realizados pelos autores nessa área e pretende agregar novas informações sobre o assunto, bem como aprofundar aspectos analisados anteriormente no sentido de fornecer elementos para uma compreensão organizada desse tema. De acordo com a organizadora, o exame dessas questões justifica-se pela pertinência de que se reveste este tipo de estudo na conjuntura atual. Para Azevedo, o conhecimento e a avaliação dos dados disponíveis sobre o assunto, associados a interpretações que levem em conta os limites e as

possibilidades das pesquisas em que tais informações se baseiam, permitem a elaboração de análises mais rigorosas acerca da realidade ocupacional do País. A isso se propõem os trabalhos aqui expostos ao apresentarem, além dos principais conceitos e idéias que cercam o funcionamento do mercado de trabalho e o debate recente em torno das principais propostas de políticas de emprego, a análise dos mais importantes indicadores sobre a ocupação da força de trabalho brasileira. Ainda segundo a organizadora, embora os textos apresentem uma certa autonomia, por tratarem de objetos específicos de análise, na verdade estão ligados por um tema comum, que é o exame do mercado de trabalho urbano, e, sendo resultado das reflexões de um grupo de estudo, complementam-se e dão seqüência à análise que se pretende empreender de forma sistemática acerca da situação ocupacional do Rio Grande do Sul.

EXCHANGE rates and international macroeconomics / Jacob Frenkel, editor. — Chicago : The University of Chicago Press, 1983. 382 p. : tab., gráf. — (NBER. A conference report).

INPES

LE 85-221

A coletânea contém artigos apresentados na conferência realizada em Cambridge, Massachusetts, de 20 a 21 de novembro de 1981, sob o patrocínio do National Bureau on Economic Research, cada um seguido de comentários de dois especialistas no tema abordado. Os citados artigos foram escolhidos de maneira a representarem uma junção de pesquisas empíricas e teóricas, muito embora a contribuição maior seja das primeiras. São representativos de contribuições relacionadas ao desempenho de vários modelos de determinação da taxa de câmbio, do papel do risco e da especulação no desenvolvimento do mercado externo, das hipóteses das expectativas racionais em cada mercado, do desempenho da política monetária em 10 países industriais, do papel que o mercado de contratos de trabalho desempenha na política da taxa de câmbio, dos efeitos do choque do petróleo na evolução dessa mesma taxa, e do custo de produção que induz à queda da inflação em uma economia aberta. Por conseguinte, no entender de Frenkel os trabalhos formam, no seu todo, uma sólida evidência no que diz respeito aos efeitos dos fatores reais e monetários sobre as taxas de câmbio e estendem as análises de tais taxas e da macroeconomia internacional, destacando os tipos de comportamento e de ajustes institucionais que podem ser incorporados às citadas análises.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS : economia & conflitos políticos na República Velha*. — Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983. 143 p. : il. — (Documenta ; 18).

FGV

LE 85-186

O livro reproduz a dissertação de mestrado do autor, com ligeiras modificações, e trata de uma maneira inovadora — através de conceitos econômicos, sociológicos e da área de ciências políticas — a política econômica posta em prática pelo Governo do Rio Grande do Sul durante a chamada República Velha, período de 1890 a 1930, e a influência que esta exerceu sobre a economia e a política estaduais, compreendendo o conflito entre os "maragatos", os elementos mais combativos das oposições, e os "chimangos", representantes do Governo. Faz uma descrição histórica da evolução política e econômica do Estado (Capítulo 1); analisa as várias atividades produtivas, acompanhadas de quadro estatístico que fundamenta as afirmações (Capítulo 2); mostra as diferenças econômicas entre o norte e o sul do Estado (Capítulo 3); enfatiza a interpretação diferente, dada pelos dois blocos em luta, à estagnação econômica pecuário-charqueadora da chamada Campanha frente à Serra e o Planalto gaúchos, bem como a posição dos partidos políticos sobre esta realidade econômica e as possíveis soluções de acordo com as suas bases sociais (Capítulo 4); apresenta as inter-relações entre a economia, a política e os fundamentos dos conflitos entre Governo e oposição (Capítulo 5); por último, faz uma síntese das principais conclusões do trabalho, afirmando que embora nas lutas entre "chimangos" e "maragatos" estejam presentes fatores cuja explicação se encontra na economia, estes não podem ser encarados apenas como conflitos de classe; também, que não existe identidade absoluta entre poder econômico e poder político no Rio Grande do Sul durante a República Velha, sendo o Estado possuidor de uma lógica incapaz de ser reduzida, linearmente, à dominação de uma classe social ou fração dela (Capítulo 6).

GUPTA, Kanhaya Lal. *Foreign capital, savings and growth : an international cross-section study* / by Kanhaya L. Gupta and M. Anisul Islam. — Dordrecht : D. Reidel, 1983. xvi, 174 p. : il.

FGV

LE 85-200

O livro analisa o capital estrangeiro, a poupança e o crescimento através de um modelo de equações simultâneas, onde a poupança e o cres-

cimento são determinados em conjunto, apresentando posteriormente também estimativas baseadas num modelo de equações simples. As razões alegadas para o uso de dois tipos de equações são: (i) a maioria dos modelos que utilizam equações simples cobriram apenas o período 1950/60, não permitindo que se veja como se estendem os efeitos dos investimentos estrangeiros através do tempo; (ii) para explicar o crescimento econômico há necessidade de uma sofisticação maior do que permite um modelo de equações simples; e (iii) este tipo de modelo não possibilita, como ocorre com o primeiro, que a poupança e as taxas de crescimento sejam apresentados com resultados mais desagregados. Após um capítulo introdutório, o trabalho descreve as variáveis pertinentes ao estudo e observa as mudanças operadas nas mesmas nos últimos 50 anos (Capítulo 2). A seguir, faz uma breve revisão e critica os modelos e equações simples existentes e os fatores determinantes das taxas de crescimento nos países em desenvolvimento, além de apresentar os modelos desenvolvidos pelos autores para esses países e as estimativas para um grupo de 52 deles, usando dados para o ano de 1970 (Capítulo 3) fazendo, no capítulo seguinte, um exercício similar para a poupança (Capítulo 4). Examina as implicações do uso de equações simultâneas (Capítulo 5), especifica e estima o modelo dessas equações (Capítulo 6), e desenvolve uma análise multiplicadora usando as estimativas do capítulo anterior e comparando-as com os resultados derivados dos modelos de equações simples do terceiro e quarto capítulos (Capítulo 7). Analisa o problema da estabilidade intertemporal e as várias relações daí advindas (Capítulo 8), destaca a utilidade dos modelos de equações simples e simultâneas como instrumento de previsão e como indicadores do desempenho relativo dos vários países (Capítulo 9). Finalmente, o último capítulo resume as principais conclusões dos autores e aponta os possíveis caminhos para pesquisas futuras.

KALDOR, Nicholas. *The economic consequences of Mrs. Thatcher : speeches in the House of Lords, 1979-1982* / edited by Nick Butler. — London : Duckworth, 1983. 119 p.
FGV LE 85-193

O livro apresenta uma seleção de discursos proferidos por Lord Kaldor de 1979 a 1982 no Parlamento britânico, relativamente às políticas, realizações e pronunciamentos durante o governo de M. Thatcher. Segundo o autor, tais palestras não pretendem substituir a história da economia inglesa naquele período nem representar uma análise crítica articulada das

diferentes políticas desenvolvidas pelo governo Thatcher e suas filosofias subjacentes. São representativas, assegura ele, de suas próprias reações críticas como observador do desenrolar das citadas políticas governamentais, que considera danosas para os interesses britânicos e emanadas de um governo que pela primeira vez apresenta, no país, características ideológicas verdadeiramente de direita. Keynesianista confesso, Kaldor credita todos os problemas da economia inglesa ao abandono que Thatcher relegou os princípios de Keynes, particularmente o que coloca a demanda como forma de assegurar o pleno emprego. Critica de forma incisiva a diminuição do valor dos impostos pagos pelos ricos, o aumento dos encargos dos assalariados, os cortes em todas as áreas dos serviços públicos (com exceção dos gastos com a defesa) e a redução do setor público através de uma reprivatização. Para o autor, as terríveis conseqüências de quatro anos de domínio do partido Tory são bastante claras, destacando a alta taxa de desemprego, o declínio do setor industrial e os altos índices inflacionários, só contidos recentemente com medidas recessivas.

QUE crise é esta? : n.º 2 / Roberto S. Bártholo Jr., Hamilton Moss de Souza, Marcelo Affonso Monteiro (organizadores). — [São Paulo] : Brasiliense ; [Brasília] : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985. 143 p.

INPES

LE 85-194

A coletânea faz parte de um conjunto de iniciativas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq — para compreender e tomar posição frente à crise atual e que vem influenciando as atividades científicas e tecnológicas nacionais. Explora e aprofunda algumas das hipóteses derivadas em publicação anterior com relação aos impactos da crise sobre as atividades científicas e tecnológicas, tanto a nível internacional quanto nacional. Tenta inicialmente identificar, através de um exercício de amostragem, onde se situa o pensamento contemporâneo nacional ante tais hipóteses. Essa busca foi realizada mediante uma coleta de depoimentos de personalidades nacionais representativas de diversos setores cujo pensamento expressa algumas das principais correntes de idéias em curso no País. Assim, a tônica do trabalho se detém na identificação e divulgação do pensamento dessas personalidades relativamente à crise e sua ligação com as atividades científicas e tecnológicas a nível nacional e internacional. A tais pessoas foram feitas perguntas envolvendo três questões básicas: o que é crise?; estamos em crise?; e como percebe a

crise atual? Dentro desta última questão, os organizadores procuraram explorar a percepção de cada um quanto ao papel da ciência e da tecnologia na crise e vice-versa.

RESEARCH in international business and finance : a research annual, v. 3 : The internationalization of financial markets and national economic policy / editors Robert G. Kawkins, Richard M. Levich, Clas G. Wihlborg. — Greenwich, London : JAI Press, 1983. 334 p. : tab., gráf. — Proceedings of a Conference held at the Graduate School of Business Administration of New York Univ. on April 10-11, 1980.
INPES LE 85-219

A coletânea incorpora os trabalhos da conferência realizada na Graduate School of Business Administration da New York University, de 10 a 11 de abril de 1980. Os trabalhos estão agrupados em quatro tópicos. O primeiro trata dos riscos internacionais nos modelos econômicos e financeiros: Dornbusch explora o impacto provocado pelo risco de uma moeda internacional num modelo de determinação de preços de ativos financeiros e num modelo macroeconômico de determinação de taxas de câmbio; Ross e Walsh apresentam a reformulação de um modelo de preços de bens de capital dentro de um contexto dinâmico aplicado ao comércio internacional; e Buiter demonstra como a dimensão e a natureza do risco internacional podem afetar a formulação do setor financeiro num modelo macroeconômico e as implicações da transmissão dos distúrbios monetários e reais de um país para outro. O segundo tópico analisa a evidência empírica e as aplicações do modelo de fixação de preços dos ativos internacionais, focalizando dois trabalhos: Kohlhagen avalia a evidência empírica verificando se esta hipótese é realística entre as economias industriais mais importantes, sendo que a maior parte do trabalho faz uma avaliação crítica dos testes empíricos alternativos dos modelos de fixação de preços dos bens de capital internacionais; e Makin discute se o modelo de fixação de preços dos ativos internacionais pode ser utilizado para a previsão das taxas de câmbio e de que forma isto é feito. O terceiro tópico discute as questões institucionais e a avaliação do risco: Giddy examina a internacionalização dos bancos comerciais e a estrutura do setor industrial, e Walter fornece uma análise detalhada dos riscos que corre um país, riscos esses incorporados nas determinantes do grau de mobilidade do capital do modelo de Buiter apresentado no primeiro tópico. Por fim, o quarto tópico aborda os aspectos relativos ao bem-estar proporcionado pelos

acordos financeiros internacionais num modelo de equilíbrio geral. Apresenta o trabalho de Kouri, que incorpora aspectos endógenos de ajustamento macroeconômico e a fixação do prêmio do risco, bem como acordos institucionais específicos. Partindo de funções de utilidades individuais, os riscos monetários são determinados endogenamente pela incerteza quanto à oferta monetária e à função de produção.

RURAL financial markets in developing countries : their use and abuse / edited by J. D. von Pischke, Dale W. Adams and Gordon Donald. — Baltimore : World Bank, 1983. 441 p. : tab. — (EDI series in economic development).

INPES

LE 85-231

A coletânea, dividida em sete seções, reúne um total de 50 artigos elaborados por especialistas de várias partes do mundo segundo suas identidades temáticas, contribuindo o Brasil com um estudo do Economista João Sayad, "The Impact of Rural Credit on Production and Income Distribution in Brazil". Incorpora vasto material reunido a partir de 1976 para os Cursos de Projetos sobre Crédito Rural patrocinado pelo Economic Development Institute (EDI), do Banco Mundial, sobre o mercado de financiamento para as atividades rurais. Segundo os organizadores, o livro procura cobrir a lacuna deixada pelas coletâneas que trataram das mais diversas facetas desse mercado, as quais quase sempre negligenciam a discussão do crédito agrícola nos países em desenvolvimento. Ainda de acordo com os organizadores, o tema mercado de financiamento rural envolve uma nova perspectiva sobre o crédito rural e o financiamento agrícola naqueles países. Nessa perspectiva, o trabalho mostra as diferentes contribuições concedidas aos agricultores, os tipos de empréstimos e as políticas de desenvolvimento nacional de cada um desses países periféricos, levando em consideração as condições financeiras dos mesmos. Outra contribuição busca eliminar as barreiras e coações encontradas comumente no mercado de financiamento à agricultura, fazendo com que estes mercados possam funcionar de maneira mais equilibrada e eficiente. Para tal, são analisadas as necessidades financeiras das propriedades familiares e das empresas rurais, o desempenho dos intermediários financeiros e a influência da política governamental sobre o mercado de financiamento agrícola.

SABOIA, João Luiz Maurity. *Evolução histórica do salário mínimo no Brasil : fixação, valor real e diferenciação regional*. — Rio de Janeiro : IPEA, INPES, 1984. 106 p. : tab. — (PNPE. Série facsímile ; 15).

INPES

LE 85-242

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, financiada pelo PNPE/INPES, realizada entre maio de 1982 e junho de 1983, intitulada "O Salário Mínimo: sua Evolução Histórica e seu Papel na Determinação da Taxa de Salário no Brasil", cujos resultados estão reunidos em três ensaios, sendo um deles o texto aqui reproduzido. A meta principal é tentar a recuperação da evolução histórica do salário mínimo no Brasil. A principal problemática trata inicialmente do comportamento do valor real do salário mínimo e sua diferenciação regional, o que é feito sob um enfoque que toma por base a correlação de forças entre as classes sociais. Mostra uma evolução mais favorável para o salário mínimo nos períodos em que a classe trabalhadora está mais organizada, sendo verdadeira a recíproca em períodos de retrocesso político. Aborda o período de criação do salário mínimo, o trabalho das Comissões de Salário Mínimo, a razão essencial etc., concluindo, neste aspecto, que a fixação do salário mínimo inicial veio institucionalizar os baixos níveis salariais existentes na época. Segundo o autor, a importante questão relativa ao papel do salário mínimo na determinação da taxa de salários na economia, assim como um estudo específico sobre a razão essencial do salário mínimo, foram deixados propositalmente à margem deste texto, sendo tratados à parte.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. *Financiamiento de las políticas sociales*. — Santiago : [Naciones Unidas], 1983. 81 p. : tab., gráf. — (Estudios ILPES/UNICEF sobre políticas sociales ; 1). Documento preparado por convênio: Escola Brasileira de Administração Pública da FGV e ILPES, sendo coordenador do projeto Fernando A. Rezende da Silva e pesquisadores técnicos Edgar Acosta Díaz e José C. Castanhar.

INPES

LE 85-246

O estudo objetiva investigar a política de assistência médica levada a cabo dentro do sistema de previdência social do Brasil. Examina em particular os mecanismos de financiamento utilizados para executar a referida política, os aspectos redistributivos desses mecanismos e seu efeito sobre a evolução dos gastos derivados da mesma política, além de procurar

analisar as perspectivas futuras do sistema em caso de manutenção dos mecanismos existentes. Assim, examina o financiamento das políticas sociais e propõe um modelo de análise dos limites financeiros para a expansão das citadas políticas (Capítulo I); analisa a política de previdência e assistência social no Brasil, enfatizando o programa de assistência médica e identificando as contradições existentes entre as intenções e as ações do governo no aludido setor (Capítulo II); avalia o efeito redistributivo do citado programa, fazendo distinção entre as diferentes modalidades de prestação de serviços (Capítulo III); aborda alguns aspectos relacionados com a remuneração dos serviços hospitalares e os efeitos de tais mecanismos no custo da assistência médica e na situação financeira do sistema de previdência social (Capítulo IV); por último, resume as conclusões emanadas da análise anterior e procura delinear algumas perspectivas da evolução da política analisada (Capítulo V).

SILVA, Marcos Eugênio da. *Inovação tecnológica : um estudo de caso*. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1984. 103 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaio econômico ; 31). — Originalmente apresentada como dissertação de mestrado à Faculdade de Economia e Administração da USP em 1982 sob o título "Inovação tecnológica no setor de máquinas-ferramenta brasileiro: um estudo de caso".

INPES

LE 85-230

O estudo busca, a partir da análise da história de uma firma brasileira produtora de máquinas-ferramenta, evidências empíricas que permitam responder se houve inovação tecnológica na firma, em que consistiu, como se processou a aprendizagem desta tecnologia e em que medida se pode dizer que a firma gerou tecnologia, já que se localiza em um país subdesenvolvido. Segundo o autor, neste trabalho a tecnologia está associada a duas áreas básicas de conhecimento da firma, a de produto e a de processo produtivo. A de produto inclui as atividades de criação, desenho e desenvolvimento dos produtos e dos seus protótipos e todas as demais relacionadas com o que comumente se chama "engenharia de produto". A de processo produtivo inclui as atividades relacionadas com o conjunto de métodos de produção, equipamento, força de trabalho, ciclo do processo produtivo, grau de integração vertical da firma, suas regras de administração, etc. No decorrer de seus seis capítulos o trabalho revê a literatura relativa à inovação tecnológica; discute a história e o desempenho global

da firma que serviu de base para o estudo de caso; verifica como se deu a inovação tecnológica de produto pela qual a firma passou ao longo de sua existência; analisa a inovação tecnológica de processo e apresenta algumas considerações finais sobre o trabalho, que incluem sugestões para a política do governo.

STEIN, Jerome L. *Monetarist, keynesian and new classical economics*. — Oxford, Engl. : Basil Blackwell, 1982. 228 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-183

O livro mostra como, a partir da década passada, a teoria macroeconômica se viu dividida em diferentes correntes de pensamento, cada qual procurando oferecer suas próprias explicações para a questão inflacionária, do desemprego e da diminuição do crescimento. Dentre as muitas evidências desta cisão, aponta o fato de que até as técnicas e o vocabulário utilizados diferem tanto que mesmo a comunicação já quase não existe entre elas. Analisa o fato de os keynesianos, durante muito tempo soberanos, terem cedido espaços aos economistas neoclássicos, que divergiam das idéias de Keynes, e posteriormente aos monetaristas, que se colocaram numa posição intermediária entre keynesianos e neoclássicos. Na sua análise, Stein examina com profundidade as divergências e aponta as concepções bem como os poucos pontos comuns das duas escolas polarizadas, assim como os do monetarismo. Utiliza o mesmo modelo macrodinâmico geral para derivar um grupo de hipóteses estatísticas para cada uma das citadas escolas, hipóteses essas que são testadas empiricamente e, segundo o autor, geram resultados e conclusões importantes que suscitarão futuros debates. Quanto à sua organização, o trabalho descreve, de início, a polarização de pontos de vista *vis-à-vis* os aspectos macroeconômicos (Capítulo 1); especifica as equações comportamentais do modelo dinâmico geral de uma economia em crescimento com uma taxa de desemprego, taxa de inflação, estoque de capital e estoques de ativos financeiros variáveis (Capítulo 2); mostra que as três escolas de pensamento são casos especiais do modelo geral (Capítulo 3); testa as hipóteses estatísticas já referidas (Capítulo 4); analisa o crescimento dinâmico contínuo da economia em uma trajetória de equilíbrio de longo prazo (Capítulo 5); e, finalmente, o trabalho apresenta uma estratégia para solucionar as divergências em pauta, abordando ainda o paradoxo da estagflação.

THUROW, Lester C. *Dangerous currents: the state of economics*. — New York : Random House, 1983. 247 p. : tab., gráf.
FGV

LE 85-184

O autor mostra a situação em que se depara a economia mundial hoje, que para ele se parece com a de 50 anos atrás, quando tudo indicava que a Grande Depressão não teria saída, até que os economistas de então encontraram uma solução embasados na teoria keynesiana. Acha que, malgrado termos hoje um número bem maior de especialistas apresentando suas contribuições, estas parecem não estar surtindo o efeito esperado. Mostra que a economia vem sendo castigada pela inflação e pela recessão desde a guerra do Vietnam e o abrupto aumento dos preços do petróleo imposto pela OPEP em 1973. Analisa as posições das várias correntes que tentam apresentar a "sua" verdade. A dos keynesianos, por exemplo, acha que a crise advém de políticas monetárias e fiscais muito rígidas no combate à inflação; a dos monetaristas culpa a taxa de crescimento da oferta monetária do final dos anos 60 e início dos 70, considerada excessivamente rápida; a dos estruturalistas, por sua vez, descarta a existência de um desemprego "real", já que os ditos desempregados estariam ou empregados na economia subterrânea, ou preferindo o lazer; a dos *supply-siders* opina que não há incentivo para o livre mercado e é a favor de uma renovação da economia mediante novos investimentos e uma força de trabalho mais treinada; e os defensores das "expectativas racionais" julgam que, já que não há nada a fazer para melhorar a economia, o mais lógico é aguardar que esta acabe se recuperando por si mesma. Diante desse vasto leque de opiniões, o autor se propõe a analisar questões tais como: com quem está a razão; o que estariam discutindo esses especialistas; como eles encaram os problemas que se propõem a resolver; por que há tanta divergência no seio da Economia; para onde estariam essas diferentes correntes teóricas conduzindo a profissão; e, finalmente, até que ponto o leigo deve também preocupar-se, já que a seu ver as convulsões que tanto afetam hoje a Economia não interessam apenas ao meio acadêmico mas a todos aqueles que sentem o problema mais de perto.

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Esta seção relaciona principalmente textos inéditos e edições de circulação dirigida considerados de difícil acesso. Divide-se em três partes: (i) "Publicações Seriadas", cobrindo cerca de 100 títulos normalmente registradas na Biblioteca do INPES; (ii) "Estudos e Pesquisas", focalizando não só contribuições da área acadêmica, mas uma série de outros trabalhos desenvolvidos no âmbito da articulação de políticas e da formulação do planejamento; e (iii) "Referência", divulgando obras que compilam informações de natureza numérica ou descritiva. A sigla abaixo das citações, nas duas últimas partes, indica a coleção à qual a mesma pertence.

Publicações Seriadas

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington, D.C.

World Bank. Development Research Department. Discussion paper.

BALASSA, Bela. *Adjustment policies in developing countries : a reassessment.* — 1984. 26 p. : tab. n. 79.

CONDON, Timothy. *Productivity growth, external shocks, and capital inflows in Chile during 1977-81 : a general equilibrium analysis* / Timothy Condon, Vittorio Corbo, Jaime de Melo. — 1984. 35 p. : tab. n. 91.

CONWAY, Patrick. *Oil windfalls in a controlled economy : a "fix-price" equilibrium analysis of Algeria* / Patrick Conway, Alan Gelb. — 1984. 51 p. : anexo, gráf. n. 92.

GELB, Alan. *Cooperative production and accelerated development : a review of potential and constraints.* — 1984. 43 p. n. 93.

GELB, Alan. *The oil syndrome : adjustment to windfall gains in oil exporting countries.* — 1984. 22 p. : tab., gráf. n. 94.

HEADY, Christopher. *Optimum taxation and shadow pricing in a developing economy* / Christopher Heady, Pradeep K. Mitra. — 1984. 60 p. : tab. n. 83.

SYRQUIN, Moshe. *Sources of changes in factor intensity of trade* / Moshe Syrquin, Shujiro Urata. — 1984. 22 p. : tab. n. 95.

TYBOUT, James. *The algebra of inflation accounting*. — 1984. 29 p. : tab. n. 84.

COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO, Brasília.

Coleção análise e pesquisa.

DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Avaliação do comportamento dos preços domésticos em relação aos preços de importação e de exportação : algodão, arroz, milho e soja, 1979/83*. — 1983. 61 p. : tab. n. 27. Volume especial 2, parte do "Projeto de pesquisa: política de preços para a agricultura".

DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Fundamentos para uma nova política agrícola* / Guilherme Leite da Silva Dias, José Roberto Mendonça de Barros. — 1983. 39 p. : tab., gráf. n. 26. Volume especial 1, parte do "Projeto de pesquisa: política de preços para a agricultura".

LOPES, Mauro de Rezende. *Formação e estabilização dos preços agrícolas : a especulação nos mercados agrícolas e formação da renda do produtor*. — 1983. 180 p. : tab., gráf. n. 28. Volume especial 3, parte do "Projeto de pesquisa: política de preços para a agricultura".

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Política de garantia de preços mínimos : uma avaliação*. — 1983. 45 p. : tab. n. 29. Volume especial 4, parte do "Projeto de pesquisa: política de preços para a agricultura".

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, Rio de Janeiro.

Ensaio econômico da EPGE.

SIMONSEN, Mário Henrique. *The developing-country debt problem*. — 1984. 50 f. n. 49.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Instituto de Pesquisas Sociais,
Recife.

Trabalhos para discussão.

DUARTE, Renato Santos. *Notas acerca da produção de alimentos no Nordeste*. — 1984. 32 p. : tab. n. 16.

THE HUNGARIAN ACADEMY OF SCIENCES. Institute for World
Economics, Budapest.

Studies on developing countries.

AGH, Attila. *National development in the Third World*. — 1984. 68 p.
n. 115.

TOLNAI, György. *The role of the peasant small-scale commodity produc-
ing sector in the Third World*. — 1984. 51 p. n. 114.

HUNGARIAN SCIENTIFIC COUNCIL FOR WORLD ECONOMY,
Budapest.

Trends in world economy.

SIMAI, Mihály. *International technology transfer and economic develop-
ment in the late 20th century*. — 1984. 89 p. : tab. n. 48.

INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS, Washington, D.C.

Policy analysis in international economics.

WILLIAMSON, John. *A new SDR allocation?* — 1984. 53 p. : tab. n. 7.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Insti-
tuto de Planejamento. Centro Nacional de Recursos Humanos,
Brasília, D.F.

CNRH. Documento de trabalho.

PELIANO, Anna M. Medeiros. *O problema alimentar brasileiro : situa-
ção atual, perspectivas e proposta de políticas* / Anna M. Medeiros
Peliano ... [et alii]. — 1983. 40 p. : tab. n. 11.

PRINCETON UNIVERSITY. International Finance Section. Department of Economics, Princeton.

Princeton studies in international finance.

SACHS, Jeffrey. *Theoretical issues in international borrowing.* — 1984. 46 p. : gráf. n. 54.

BEN-BASSAT, Avraham. *Reserve-currency diversification and the substitution account.* — 1984. 42 p. : tab. n. 53.

PRINCETON UNIVERSITY, Princeton.

Research Program in Development Studies. Discussion paper.

DEATON, Angus. *Issues in the methodology of multimarket analysis of agricultural pricing policies.* — 1984. 20 p. : gráf. n. 116.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, D.F.

UnB/Departamento de Economia. Texto para discussão.

MUNHOZ, Dércio Garcia. *Os déficits do setor público brasileiro : uma avaliação.* — 1984. 109 f. : tab. n. 123.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo.

IPE/USP. Trabalho para discussão interna.

KON, Anita. *Produto interno bruto e formação bruta de capital : Estado de São Paulo, 1975-1980.* — 1984. 94 f. : tab. n. 16/84.

MELO, Fernando Bento Homem de. *A composição da produção no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira.* — 1984. 22 p. n. 17/84.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas.

Cadernos IFCH.

SOARES, Luiz Eduardo. *Os impasses da teoria da cultura e a precariedade da ordem social.* — 1984. 87 p. n. 13.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Quatro ensaios sobre a economia política da dinâmica populacional*. — 1984. 62 p. n. 14.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia Industrial, Rio de Janeiro.

UFRJ/IEI. Texto para discussão.

ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de. *Consequências financeiras do monetarismo*. — 1984. 39 p. + 13 tab. n. 52.

ARAÚJO Júnior, José Tavares de. *Eficiência e acumulação de capital : notas sobre a hipótese de Hirschman*. — 1984. 16 p. n. 51.

PROCHNIK, Victor. *As possibilidades das empresas nacionais : o caso do cimento*. — 1984. 35 p. : tab. n. 54.

SCHMITZ, Hubert. *Technology and labour utilisation in industry*. — 1984. 10 p. n. 53.

WILLIAMS COLLEGE, Williamstown, Mass.

Department of Economics. Research paper series.

SRINAGESH, P. *Nonlinear prices and the regulated firm*. — 1984. 24 p. : gráf. n. 67.

YORK UNIVERSITY. Institute of Social and Economic Research.
Department of Economics, York.

Reprint series: economics.

CULYER, A. J. *Health services in the mixed economy*. — 1984. n. 340.
Separata de: IPSDEN, Lord Roll of, ed. — *The mixed economy*.
Salford, 1980. p. 127-44.

Estudos e Pesquisas

AÇO e siderurgia / Instituto Brasileiro de Siderurgia. — Rio de Janeiro, 1984. 28 p. : il. INPES

ALGUNS impactos sociais e econômicos da automação no setor bancário / elaborado pelo Programa de Estudos Prospectivos sobre o Impacto Social da Tecnologia com a colaboração dos pesquisadores Margarida Gutierrez e João Maria ; Samuel Levy, coordenador. — Rio de Janeiro : FGV, Escola Brasileira de Administração Pública, 1983. 17 p. FGV

ARRANZ, Juan Miguel. *Las expectativas racionales en la teoría y en la política económica : una visión introductoria* / por Juan M. Arranz y Alfredo M. Navarro. — Mar del Plata : Universidad Nacional de Mar del Plata, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Instituto de Investigaciones Económicas, 1982. 26 f. : il. FGV

BARBOSA, Fernando de Holanda. *Modelos de equações simultâneas*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Escola de Pós-Graduação em Economia, 1983. 48 f. : il. FGV

BATISTA Junior, Paulo Nogueira. *Em defesa de critérios de desempenho indexados*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetário e Econômico Internacional, 1983. 1 v. (várias paginações). FGV

BATISTA Junior, Paulo Nogueira. *O reescalonamento da dívida externa brasileira : evolução recente e perspectivas*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetário e Econômico Internacional, 1983. 29 f. FGV

BATISTA Junior, Paulo Nogueira. *A renegociação da dívida externa brasileira*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetário e Econômico Internacional, 1983. 32 f. FGV

BATISTA Junior, Paulo Nogueira. *Rescheduling Brazil's foreign debt : recent developments and prospects*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetário e Econômico Internacional, 1983. 22 f. FGV

- BRASIL. Comissão Interministerial do Projeto Nordeste. *Projeto Nordeste : novos rumos para o desenvolvimento regional*. — Brasília, 1984. 73 p. IPLAN
- BRITO, Ney Roberto Ottoni de. *O cenário institucional do mercado à vista da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro até 1982*. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1983. 37 p. : il. FGV
- BRITO, Ney Roberto Ottoni de. *O cenário institucional do mercado futuro de ações*. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1983. 43 p. FGV
- BRITO, Ney Roberto Ottoni de. *Os efeitos de vencimentos futuros sobre a formação de preços no mercado à vista* / Ney R. O. de Brito e Howard B. Sosin. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1983. 26 f. : il. FGV
- BRITO, Ney Roberto Ottoni de. *A eficiência informacional fraca do mercado à vista da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no período 1973-1982*. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1983. 46 p. FGV
- BRITO, Ney Roberto Ottoni de. *Mercado futuro de ações e eficiência : a evidência empírica*. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1983. 35 p. FGV
- BRITO, Ney Roberto Ottoni de. *O planejamento estratégico de instituições financeiras* / Ney R. O. de Brito e Jean-Claude Larreche. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1983. 71 p. FGV
- BROWN, Lester Russell. *Population policies for a new economic era*. — Washington, D.C. : Worldwatch Institute, 1983. 45 p. FGV
- CADERNOS do CEDE n. 1. — Porto Alegre : Centro de Estudos e Debates de Economia Política, 1984. 66 p. — Conteúdo: Paiva, Carlos — A economia internacional na perspectiva clássica : teoria das vantagens comparativas, p. 9-18. Damico, Flávio — O equilíbrio do balanço de pagamento, p. 19-26. Nunes, Heliane Souza; Mecadar, Bely M. de; Paiva, Carlos — A teoria do imperialismo de Lenin, p. 27-38. Scaletsky, Eduardo & Oliveira, Ana S. C. — As teorias desenvolvimentistas e a

- crítica marxista, p. 39-54. Henkin, Helio; Henz, Renato A.; Horn, Carlos Henrique — *A lógica do endividamento e o estrangulamento externo*, p. 55-66. INPES
- CICLO integrado sobre administração financeira. — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Coordenadoria de Programas Especiais, 1984? 53 p. : il. FGV
- COELHO, José Augusto. *A indexação na economia brasileira*. — Rio de Janeiro : Confederação Nacional da Indústria, 1983. 16 f. : gráf. INPES
- CONSTRUÇÃO civil na Bahia : uma análise da crise / Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia [da Bahia]. Salvador, 1983. 65 p. — (Estudos conjunturais CEI ; 2). IPLAN
- CONTADOR, Cláudio Roberto. *Um modelo macroeconômico com choques de oferta*. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1983. 30 p. : il. FGV
- CORREA, Adolfo Nunes. *Agricultura em grupo* / Adolfo Nunes Correa, Francisco Cunha e Silva. — Brasília : Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1984. 85 p. — (Estudos diversos ; 16). IPLAN
- CUNHA, Mário Augusto Pinto da. *Diretrizes da pesquisa em mandioca e fruticultura no Brasil*. — Cruz das Almas : Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura, 1984. 49 p. — (CNPMPF. Documentos ; 13). IPLAN
- DORNELLES, Francisco Neves. *O modelo da organização das Nações Unidas para eliminar a dupla tributação da renda e os países em desenvolvimento*. — Rio de Janeiro : FGV, Escola Interamericana de administração Pública, 1982. iv, 222 p. — Original apresentado como tese de doutorado à UFRJ. FGV
- DURAN, Tulio Arvelo. *Política comercial brasileira para produtos agrícolas*. — Rio de Janeiro : Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1983. pag. irreg. : tab. Versão preliminar. INPES
- ENDO, Seiti Kaneko. *Informe sobre os resultados da pesquisa de orçamentos familiares no município de São Paulo*. — São Paulo : Univ. de São Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas, 1983? 26 f. ; anexo. INPES

- O ESTADO da arte da tecnologia mineral / Ministério das Minas e Energia, Secretaria Geral, Secretaria de Tecnologia. — Brasília : O Ministério, 1983. 60 p. IBGE
- ÉTUDE des relations entre les variables démographiques économiques et sociales par les correlations et l'analyse factorielle (implications de ces relations sur les politiques de population) / Republique d'Haiti, Secrétaire d'Etat du Plan, Institut Haitien de Statistique et d'Informatique, Division d'Analyse et de Recherches Démographiques. — Port-au-Prince : IHSI, 1983. 57 p. IBGE
- FARO, Clóvis de. *A eficiência marginal do capital como critério de avaliação econômica de projetos de investimento*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Escola de Pós-Graduação em Economia, 1983. 190 f. : il. FGV
- FEDERAL statistics : a special report on the statistical programs and activities of the United States Government, fiscal year 1985. — [Washington, D.C.] : Statistical Policy Office, Office of Information and Regulatory Affairs, Office of Management and Budget, 1984. 83 p. IBGE
- FRANCO, Emmanuel. *Ecologia do Ceará*. — [Aracaju] : Universidade Federal de Sergipe, 1984. 84 f. IBGE
- GARCIA, Alvaro. *Um intento de planificación alimentaria integral : el Programa Pan-Dri de Colombia*. — Santiago : PREALC, 1983. 53 p. FGV
- GASQUES, José Garcia. *Transformações da agricultura, processos de produção e emprego* / José Garcia Gasques e Adelina Paiva. — Brasília : IPEA, Inst. de Planejamento, 1984. 26 p. — Versão preliminar. IPLAN
- GOERING, Theodore J. *Natural rubber* / [prepared by Theodore J. Goering with the assistance of Teck Yew Pee, C. Barlow and Brian Gray ; edited by Emmanuel D'Silva]. — Washington, D.C. : World Bank, 1982. 67 p. : il. FGV
- GOMES, Josir Simeone. *Análise da abrangência do reconhecimento contábil da inflação nas demonstrações financeiras dos bancos do Brasil* / Josir Simeone Gomes e José Nazareno Moreira. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1984. 26 f. : il. FGV

- GRANT, James P. *Situação mundial da infância, 1984*. — Brasília : UNICEF, 1984. 42 p. IPLAN
- INDICES de prix à la consommation (base en 1980) / Département du Plan, Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique, Division des Statistiques Générales. — Port-au-Prince : Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique, 1983. 65 p. IBGE
- KUME, Honório. *O processo de substituições de importações no período recente : uma contribuição empírica*. — Rio de Janeiro : Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1984. 21 f. : tab. — Versão preliminar. INPES
- LAGO, Luís A. Corrêa do. *Controle quantitativo e seletivo do crédito : aspectos teóricos e a experiência recente do Brasil*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetário e Econômico Internacional, 1983. 73 f. : il. FGV
- LAGO, Luís Aranha Correia do. *Uma proposta de política antiinflacionária para o Brasil / Luís Aranha Corrêa do Lago ... [et alii]*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, 1984. 156 f. FGV
- LEINEWEBER, Renata Maria Clara Vieira. *Estratégia de investimento num contexto inflacionário : um estudo do ativo commodity*. — Rio de Janeiro, 1984. 167 f. : tab. — Tese (M) Escola de Pós-Graduação em Economia, Inst. Brasileiro de Economia da FGV. INPES
- MARQUES, Maria Silvia Bastos. *O endividamento das empresas no Brasil : um comentário*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetário e Econômico Internacional, 1983. 8 f. FGV
- MELO, Valdir Ramalho de. *As medidas econômicas de junho : algumas considerações*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetário e Econômico Internacional, 1983. 11 f. FGV
- MELO, Valdir Ramalho de. *Redesconto, recolhimentos compulsórios e o controle das reservas bancárias*. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetário e Econômico Internacional, 1983. 88 f. FGV

- MENDONÇA, Waldir Furtado de. *Elementos de eficácia e suas associações com a produtividade na agricultura*. — Lavras : Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1983. xv, 57 f. — Tese. FGV
- LE NOUVEL indice des prix a la consommation : base 1981 = 100 / Royaume de Belgique, Ministère des Affaires Economiques, Administration du Commerce. — Bruxelles : Service de l'Indice, 1984. 77 p. IBGE
- OLINGER, Glauco. *Bases de uma política agrícola*. — Brasília : Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1984. 27 p. — (Leituras selecionadas ; 6). IPLAN
- OLINGER, Glauco. *Extensão rural e política agrícola*. — Brasília : Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1984. 43 p. — (Leituras selecionadas ; 4). IPLAN
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. *A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil : análise de experiência do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural*. — Brasília : Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1984. 76 p. — (Leituras selecionadas ; 2). IPLAN
- POLÍTICAS de estabilização e emprego : o caso do Brasil, 1980-84 / Ministério do Trabalho, Secretaria de Emprego e Salário. — Brasília, 1984. 69 p. + anexos estatísticos. IPLAN
- POSTEL, Sandra. *Air pollution, acid rain, and the future of forests*. — Washington : Worldwatch Institute, 1984. 54 p. IBGE
- PROGRAMA de inovação tecnológica / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. — Brasília, 1983. 22 p. IPLAN
- PROGRAMA de tecnologia mineral / Ministério das Minas e Energia, Secretaria Geral, Secretaria de Tecnologia. — Brasília, 1984. 105 p. IPLAN
- PROGRAMA institucional de cooperativismo / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. — Brasília, 1984. 26 p. IPLAN

- PROGRAMA nacional de aproveitamento racional de várzeas irrigáveis : provárzeas nacional. Relatório de atividades, 1983 / Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. — Brasília, 1984. 76 p. — (Relatórios técnicos ; 7). IPLAN
- RECOMENDACIONES internacionales para las estadísticas industriales / Departamento de Assuntos Económicos y Sociales Internacionales, Oficina de Estadística. — Nueva York : Naciones Unidas, 1984. 67 p. IBGE
- LAS RELACIONES de la República Federal de Alemania con América Latina : situación actual y recomendaciones / Dieter W. Benecke ... [et alii]. — Bonn : Inst. de Investigaciones Científicas, Fundación Friedrich Ebert, 1984. 36 p. — (Política internacional). INPES
- RETROSPECTIVA da agropecuária : ano de 1983 / FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Agrícolas. — Rio de Janeiro, 1984. 66 p. : tab., gráf. INPES
- RETROSPECTIVA da agropecuária : 1.º semestre de 1984 / FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Agrícolas. — Rio de Janeiro, 1984. 15 p. : tab. INPES
- SCHMIDT, Helmut. *Tendencias de la economía mundial*. — Madrid : Fundación Friedrich Ebert, 1984. 33 p. INPES
- SILVA Júnior, Renato Pinto da. *Combinação de empreendimentos visando maximização da renda das atividades agrícolas do pequeno produtor : município de Nova Resende, Minas Gerais*. — Lavras : Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1983. xviii, 94 f. — Tese. FGV
- SOUZA, Lázaro Vilela de. *A legislação trabalhista rural na redefinição de categorias de trabalhadores*. — Brasília : Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1983. 20 p. — (Estudos diversos ; 15). — Resumo de tese apresentado à Universidade Federal de Viçosa. IPLAN
- SWIRSKI, Moisés. *Contrato de incentivo governo-empresa para projetos de desenvolvimento* / Moisés Swirski, Moacir Sancovski. — Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1983. 32 p. FGV

- SWIRSKI, Moisés. *The public investment decision under uncertainty : a meanvariance synthesis* / Moisés Swirski, Marti G. Subrahmanyam.
Rio de Janeiro : UFRJ, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1982. 65 p. : il. FGV
- VISSI, Ferenc. *Major questions of the improvement of economic control and management in Hungary in the mid-eighties.* Separata de *Acta Oeconomica*, Budapest, 30 (3-4) :325-40, 1983. INPES

Referência

- ALAGOAS. Governador (1983- : Divaldo Suruagy). *Diretrizes básicas do governo Divaldo Suruagy : 1983/1987.* — Maceió : [s.n.], 1983. 49 f. FGV
- ANUARIO estadístico de América Latina, 1983 / CEPAL. Santiago, 1984. 749 p. — Título e texto também em inglês. INPES
- ANUARIO estatístico do Conselho Nacional do Petróleo, 1984 : dados relativos a 1983 / Conselho Nacional do Petróleo. — Brasília, 1984. 196 p. INPES
- ATLAS financeiro do Brasil. — 2. ed. mod. — Rio de Janeiro [INTERINVEST], 1984. 727 p. — Título, introdução e notas explicativas também em inglês. INPES
- BABAÇU : programa nacional de pesquisa / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Departamento de Orientação e Apoio à Programação de Pesquisa. — Brasília : Departamento de Difusão de Tecnologia, 1984. 89 p. IBGE
- BIBLIOGRAFIA das bibliografias existentes na Biblioteca Central do IBGE / IBGE, Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, Biblioteca Central. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. 93 f. IBGE
- BIBLIOGRAFIA sobre integração universidade-indústria / Instituto Euvaldo Lodi, Núcleo Central, Serviço de Documentação e Divulgação. — Rio de Janeiro : O Instituto, 1982. 39 f. FGV

- BRASIL. *Legislação de conservação da natureza* / Fundação Brasileira para Conservação da Natureza ; Ibsen de Gusmão Camara, coordenador ; Haroldo Edgar Strang, colaborador ; compilado por Carmem Moretzsohn Rocha. — 3. ed. rev. e atual. até 20/09/1982. — São Paulo : CESP, 1983. 510 p. IBGE
- BRASIL. Leis, decretos, etc. *Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS)* ; decreto n.º 89.312, de 23 de janeiro de 1984. — Rio de Janeiro, 1984. 665 p. INPES
- BRASIL. *Programa Grande Carajás : legislação e normas* / Presidência da República, Secretaria de Planejamento. — Brasília : [Coordenadoria de Comunicação Social], 1984. 53 p. IBGE
- CAMPANHOLE, Adriano. *Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar* / Adriano Campanhole, Hilton Lobo Campanhole. — 64 ed., textos rev. e atual. — São Paulo : Atlas, 1984. 1050 p. IBGE
- CATALOGUE of statistical materials of developing countries, 1983. — Tokyo : Institute of Developing Economies, 1983. 456 p. IBGE
- CEPLAC : cacau, ano 25 / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ; editor Jefferson F. Rangel. — Brasília, D.F. : IICA, Unidade de Informação e Documentação, 1982. xiii, 138 p. : il. FGV
- CENSO industrial, dados gerais : Brasil, 311 p. ; Rondônia, 175 p. ; Roraima-Amapá, 343 p. ; Acre, 173 p. ; Amazonas, 179 p. ; Pará, 189 p. ; Maranhão, 195 p. ; Piauí, 193 p. ; Ceará, 205 p. ; Rio Grande do Norte, 197 p. ; Paraíba, 205 p. ; Pernambuco, 213 p. ; Alagoas, 189 p. ; Sergipe, 187 p. ; Bahia, 247 p. ; Espírito Santo, 187 p. ; Rio de Janeiro, 197 p. ; São Paulo, 355 p. ; Santa Catarina, 231 p. ; Paraná, 255 p. ; Rio Grande do Sul, 251 p. ; Goiás, 221 p. ; Mato Grosso do Sul, 185 p. ; Mato Grosso, 183 p. ; Distrito Federal, 171 p. ; Minas Gerais, 341 p. / IBGE. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações avulsas, com paginação própria. INPES
- COMÉRCIO exterior, importações do Nordeste, 1980 : subsídios para análise econômica / SUDENE. — Recife, 1983. 270 p. — (Informações estatísticas ; 8). IPLAN

- COMISSÃO Nacional de Energia, 1979-1984 / Presidência da República, Secretaria de Planejamento, Comissão Nacional de Energia. — Brasília : SEPLAN, 1984. 56 p. — (SEPLAN publicações ; 4/84). IPLAN
- DESTAQUES 1983 / Ministério das Minas e Energia. — Brasília, 1984. 41 p. INPES
- THE DICTIONARY of modern economics / general editor David W. Pearce. — revised ed. — London : Macmillan, 1983. 481 p. : il. FGV
- DIVISÃO territorial do Brasil : suplemento / IBGE. — Rio de Janeiro, 1984. 87 p. : tab. — (IBGE. Série obras de referência da Biblioteca Central do IBGE ; 1). — Atualização à 9. ed. até 1.º de julho de 1983. IBGE
- ENCUESTA de presupuestos familiares, 1980-1981 / Instituto Nacional de Estadística. — Madrid : INE, 1983. 2 v. IBGE
- ESTADÍSTICAS de exportación de los países de la ALADI, 1980-1982 / Instituto para la Integración de América Latina, Programa de Cooperación Empresarial. — Buenos Aires : El Instituto, 1983. xxx, 165 p. FGV
- GAZETA MERCANTIL, São Paulo. Balanço anual ; v. 8, 1984. — São Paulo, 1984. 474 p. : il. INPES
- A INDÚSTRIA de embalagens plásticas flexíveis no Brasil, 1983/1984 / Assoc. Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis. — São Paulo, 1984. 63 p. IPLAN
- LEVANTAMENTOS e pesquisas em andamento no IBGE 1982-1983 / IBGE, Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, Biblioteca Central. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. 160 p. IBGE
- MUSEU DA FAZENDA FEDERAL (BRASIL). *Ministros da Fazenda 1808-1983* / Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, Div. de Adm., Seção de Documentação, Museu da Fazenda Federal. — Rio de Janeiro : Museu da Fazenda Federal, 1983. 332 p. : il. FGV
- NATIONAL development plan, 1983-1988 : summary / Federal Executive Branch. — México, D.F. : Ministry of Planning and Budget, 1983. 63 p. FGV

ORÇAMENTO de ciência e tecnologia : estados e territórios : recursos do tesouro estadual. 1982 / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. — Brasília, 1983. 247 p. IPLAN

ORÇAMENTO nacional de ciência e tecnologia, 1982 / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. — Brasília, 1983. 70 p. IPLAN

PESQUISA agropecuária : Paraná, 1982 / IBGE. — Rio de Janeiro : IBGE, 1983. 2 v. : tab. INPES

PESQUISA industrial, dados gerais, v. 8, 1981 : t. 5 Brasil / IBGE. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. 196 p. INPES

PESQUISA nacional por amostra de domicílios, v. 7, 1983 : t. 1 Amazonas ; t. 2 Pará ; t. 3 Maranhão ; t. 4 Piauí ; t. 5 Ceará ; t. 6 Rio Grande do Norte ; t. 7 Paraíba ; t. 8 Pernambuco ; t. 9 Bahia ; t. 10 Minas Gerais ; t. 11 Espírito Santo ; t. 12 Rio de Janeiro ; t. 13 São Paulo ; t. 14 Paraná ; t. 15 Santa Catarina ; t. 16 Rio Grande do Sul ; t. 17 Mato Grosso do Sul ; t. 18 Mato Grosso ; t. 19 Goiás ; t. 20 Distrito Federal ; t. 22 Regiões metropolitanas : Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre / IBGE. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. Publicações ~~diversas~~, com paginação própria. INPES

PRODUÇÃO extrativa vegetal : Brasil, grandes regiões, unidades da federação, mesorregiões, microrregiões homogêneas, municípios, v. 9, 1981 / IBGE. — Rio de Janeiro : IBGE, 1984. 246 p. INPES

RELATÓRIO : relação anual de informações sociais / Ministério do Trabalho. — Brasília, 1984. 4 v. — Conteúdo: v.A — Características gerais do emprego ; v.B — Rotatividade da mão-de-obra ; v.C — Emprego e remuneração ; v.Anexo — Apresenta tabelas selecionadas referentes a v.A, B e C. INPES

RELACIONES comerciais, 1970-1983 : [Bahia] / Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Centro de Estatística e Informações. — Salvador : CEE, 1984. 106 p. IBGE

RELATÓRIO anual 1983 [da ELETROBRÁS] / ELETROBRÁS. — Brasília, 1984. 30 p. : il. INPES

- RELATÓRIO estatístico ANFPC, 1983 / Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose. — São Paulo, 1984. 178 p. INPES
- SAAD, Eduardo Gabriel. *Consolidação das Leis do Trabalho comentada*. — 17. ed., inteiramente reformulada, tanto na apresentação gráfica quanto na matéria pertinente à doutrina (notas) e à jurisprudência mais recente. — São Paulo : LTr, 1984. 630 p. IBGE
- SISTEMAS estaduais de ciência e tecnologia / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. — Brasília, 1984. 18 p. IPLAN
- SNDCT : Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. — Brasília, 1982. 37 p. IPLAN
- SUMÁRIO de dados da Grande São Paulo, 1983 / Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos. — São Paulo, 1984. 393 p. : il. INPES
- WEISS, Sidney N. *Resumo da Lei de Comércio e taxas alfandegárias assinada pelo Presidente dos Estados Unidos em 30 de outubro de 1984*. — New York, 1984. 7 p. INPES
- YOUJI, Oguino. *Os problemas energéticos no Brasil bibliografia seletiva*. — Tokyo : Institute of Developing Economies, 1983. 128 p. IBGE

PESQUISAS ECONÔMICAS *

Esta seção divulga as informações obtidas numa enquête informal, realizada a intervalos bienais, sobre pesquisas econômicas concluídas e em andamento nas instituições acadêmicas brasileiras, em especial as vinculadas à ANPEC, com o objetivo de contribuir para aumentar o intercâmbio entre economistas de interesses afins, nos diversos pontos do País. Aos profissionais da área interessados em divulgar seus trabalhos, pedimos que escrevam para Literatura Econômica — Cadastro de Pesquisas — CP 2.672, 20.001 — Rio de Janeiro, RJ. Esta seção é organizada por Fernando Machado Pinto, cabendo a coleta de dados a Gilberto V. de Carvalho.

Índices das Pesquisas Concluídas e em Andamento, por Assunto **

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

AMARAL, Cicely Moitinho (ESALQ/USP). *Distribuição de pesquisas agronômicas no pós-guerra* / co-autores: Hiromi Sobue, Rui Ken Ito Ono, Flávio Yujo Hirata. — Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Ciências Agrárias, 3 : Florianópolis : 1983, patrocinado pela Univ. Fed. de Santa Catarina. 606

* Neste número, *Literatura Econômica* encerra a divulgação do levantamento concernente ao biênio 1982/83, concluído no último semestre de 1984. Os trabalhos, na maioria classificados pelos seus realizadores, então agrupados por assunto — segundo o sistema de classificação para livros utilizado pelo *Journal of Economic Literature* — e ordenados alfabeticamente por autor. As siglas entre parênteses, logo após o nome dos autores, indicam as instituições onde os mesmos estão vinculados. Uma listagem decodificada dessas siglas encontra-se no final da seção. Os resumos que porventura aparecem nos trabalhos não publicados foram redigidos pelos próprios autores.

** As referências bibliográficas foram copiadas das fichas de coletas, corrigindo e completando-se os dados quando necessário e possível.

SOUZA, Paulo Renato C. (DEPE/UNICAMP). A encruzilhada da política econômica. *Rumos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 8 (38) 82. 607

020 Teoria Geral da Economia

LIMA, João Heraldo (CEDEPLAR/UFMG). *Credit and accumulation : Marx's analysis of the credit system*. — Concluído em dezembro de 1982.

Resumo: exame do sistema de crédito em Marx, a partir do estudo de sua teoria de circulação do capital. 608

———. *Notas sobre o conceito de trabalho produtivo : economia política clássica, Marx e Neo Ricardianos*. — Término previsto: novembro de 1984.

Resumo: revisão bibliográfica sobre o tema "Trabalho produtivo". 609

———. Uma nova contribuição para o debate sobre a demanda efetiva / co-autor: Maurício Borges Lemos. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. (10. : Aguas de São Pedro : 1982). *X Encontro Nacional ...* — Brasília: ANPEC, 1982, 3 v., v. 3, p. 1213-36. 610

———. The Pasinetti analysis : graphical solutions and methodological problems. — In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA. (5. : Belém : 1983). *Anais ...* — São Paulo : Sociedade Bras. de Econometria. 611

———. Salários e demanda agregada em Keynes, Kalecki e Marx. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 4 (1) 83. 612

———. *The theory of effective demand in M. Kalecki : its origins and logical development*. — Tese (DO). Orientador: A. Shaikh, Professor. — Término previsto: janeiro de 1985.

Resumo: exame exploratório de relação entre Kalecki, Marx e Keynes. 613

———. *Trabalho produtivo e não-produtivo*. — Término previsto: novembro de 1984.

Resumo: exame de categoria trabalho-produtivo em Marx e suas consequências para a contabilidade social. 614

SILVA, Sérgio S. (DEPE/UNICAMP). *Valor e preço*. — Término previsto: 1985.

Resumo: estudo sobre a teoria do valor a partir de crítica à interpretação dominante sobre as relações entre valor e preço na teoria marxista. 615

030 *História do Pensamento Econômico*

BARACHO, Maria Amarante (FJP, Belo Horizonte). *A demanda efetiva em Keynes e Kalecki* / co-autor: Adilson Aguiar Brito coordenador Cláudio Gontigo. — Concluído em 1982. 616

MACEDO, Luiz Antonio de Matos (CEDEPLAR/UFGM). *Uma exposição algébrica simples do capítulo de Ricardo sobre valor*. — Término previsto: agosto de 1984. 617

———. *Modelo de Ricardo e modelos ricardianos do "Ensaio sobre lucros" e a transição analítica para os "Princípios de economia política"*. — Trabalho apresentado no Encontro Mineiro de Econometria, 3. : Viçosa : 1983, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Econometria & Univ. Federal de Viçosa. 618

———. Piero Sraffa 1898-1983. *Boletim da SEMG-Sociedade de Economistas de Minas Gerais*, out. 1983. 619

PAULA, João Antonio de (CEDEPLAR/UFGM). A atualidade de Marx. *Boletim da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas-SEAF*, n. 2, 1982. 620

SZMRECSÁNYI, Tamás (DEPE/UNICAMP). Apresentação de Joan V. Robinson : ensaios sobre a teoria do crescimento econômico. — In: *KALECKI, Sraffa, Robinson*. — São Paulo : Ed. Abril Cultural, 1983. p. 263-300. — (Coleção Os economistas ; 10). 621

———. A importância de Malthus na história do pensamento econômico. In: *THOMAS Robert Malthus : economia* / organizado por T. Szmrecsányi. — São Paulo : Ed. Ática, 1982. p. 7-48. — (Coleção Grandes Cientistas Sociais ; 24). 622

Ver também: 731 ; 733.

PAULA, João Antonio de (CEDEPLAR/UFGM). Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais : a indústria siderúrgica e a indústria têxtil. — In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. (2. : Diamantina : 1983). *Anais ...* — Belo Horizonte : CEDEPLAR, 1983. 623

———. Notas sobre a economia da borracha no Brasil. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 12, 1982. 624

SZMRECSÁNYI, Tamás (DEPE/UNICAMP). Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil. *R. Econ. Pol.*, São Paulo, 3 (2) :141-3, abr./jun. 1983. 625

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS

110 *Crescimento econômico; Desenvolvimento; Teoria e Política de Planejamento*

LEITE, Pedro Sisnando (CAEN/UFC). Planejamento e execução do desenvolvimento rural integrado. *R. Econ. Nord.*, 13 (1) jan./mar., 1982. 626

PIMENTEL, Fernando D. (FACE/UFGM). *Planejamento nos limites do sistema : um estudo sobre o III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social.* — Término previsto: abril de 1984.

Resumo: a pesquisa trata especialmente das despesas, receitas e dívida pública, do Estado de Minas Gerais no período do III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. 627

SZMRECSÁNYI, Tamás (DEPE/UNICAMP). *Análises de economia agrícola e da questão fundiária.* — Campinas : UNICAMP, jul. 1983. p. 1-92. — (Cadernos IFCH ; 7). 628

———. Análisis crítico de las políticas del setor agropecuario. *R. Inter americana de Planificación*, 17 (63/64) :133-46, set./dez. 1982. 629

———. Considerações sobre o atual modelo agrícola. *Reforma Agrária*, Campinas, 13 (3):3-7, maio/jun. 1983. 630

———. *Política agrária e relações de trabalho na produção agropecuária do Brasil contemporâneo*. — Campinas : Universidade de Campinas, jan. 1983. p. 1-67. — (Cadernos IFCH ; 2). 631

———. A reforma agrária como instrumento de política agrícola. — In: *SEMINÁRIO de política agrícola : coletânea de artigos técnicos / G. L. da Silva Dias e M. de Rezende Lopes, eds.* — Brasília : Companhia de Financiamento da Produção, 1982. p. 113-22. — (Coletânea análise e pesquisa ; 25). 632

TOSCANO, Rosália Souza (FACE/UFMG). Planejamento nos limites do sistema : um estudo sobre o III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social / co-autor: Fernando D. Pimentel. — Término previsto: abril de 1984.

Resumo: trata especialmente das despesas, receitas e dívida pública, do Estado de Minas Gerais no período do III Plano. 633

120 *Estudos de Desenvolvimento Econômico*

BARACHO, Maria Amarante Pastor (FJP, Belo Horizonte). *O processo de acumulação de capital no Brasil : um estudo da tendência à crise fiscal, período 1947/80*. — Concluído em junho de 1982. — Tese (ME) CEDEPLAR/UFMG. Orientador: Maurício Borges Lemos. 634

LEITE, Pedro Sisnando (CAEN/UFC). *Escandinávia : modelo de desenvolvimento, democracia e bem-estar*. — São Paulo : Hucitec, 1982. 635

130 *Flutuações, Projeções Econômicas e Inflação*

Ver também: 724.

CRUSIUS, Yeda Rorato (IEPE/UFRS). *Políticas de estabilização e processos dinâmicos, conjunturais / coordenadora Yeda Rorato Crusius (trabalho realizado em equipe)*. — Término previsto: não especificado.

Resumo: sistematização e armazenamento das principais séries de dados relativos à evolução da economia brasileira; construção de modelos de simulação para avaliar as repercussões das políticas macroeconômicas. Textos para discussão. 636

MACEDO, Roberto B. M. (FIEP/USP). Indexation of wages and inflation : the recent Brazilian experience. — In: *INFLATION, debt and indexation* / organizado por R. Dornbusch e Mário H. Simonsen. — Massachusetts : Institute of Technology Press, 1983. 637

MUNHOZ, Dércio Garcia (ECO/UnB). *O programa de estabilização e a política salarial*. — Brasília : UnB, out. 1983. 24 p. — (Texto para discussão ; 107). 638

SILVA, Sérgio S. (DEPE/UNICAMP). Redistribuição : um problema de salários e lucros / co-autor: Jorge Miglioli. — In: *DESENVOLVIMENTO capitalista no Brasil : ensaios sobre a crise* / organizado por Luis Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho. — São Paulo : Ed. Brasiliense, 1983. n. v., v. 2. 639

SILVEIRA, Antonio Maria da (EPGE/FGV). *Indexação e ambiência geral de negócios*. — Rio de Janeiro : EPGE, 1984. — (Ensaaios econômicos da EPGE ; 42). 640

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 Métodos e Modelos Econométricos, Estatísticos e Matemáticos

Ver também: 686 ; 687.

VIEIRA, Sonia (ESALQ/USP). The use of the Gompertz function in the treatment of quantel response data / co-autor: Rodolfo Hoffmann. *Biometrical Journal*, 25 (4) 83. 641

220 Estatísticas Sócio-Econômicas

Ver também: 726 ; 727.

MACEDO, Luis Antonio de Matos (CEDEPLAR/UFGM). Quanto caíram a produção industrial e o PIB em 1981? *Boletim da SEMG-Sociedade de Economistas de Minas Gerais*, maio 1982. 642

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

310 *Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras*

Ver também: 661

- MUNHOZ, Dércio Garcia (ECO/UnB). *Economia agrícola e agricultura : uma defesa dos subsídios.* — Petrópolis : Vozes, 1982. 107 p. + anexo : tab. 643

320 *Finanças Públicas Internas e Política Fiscal do Brasil*

Ver também: 627 ; 633 ; 634.

- LIMA, João Heraldo (CEDEPLAR/UFMG). *Avaliação do orçamento para 1983 : administração direta Minas Gerais /* co-autor: R. B. Martins. 644

- LONGO, Carlos Alberto (FIPE e FEA/USP). Brazil : deficiencies of current taxation of capital income. *Bulletin for International Fiscal Documentation*, 37 (7) 83. 645

- . Considerações sobre a distribuição de encargos e de receitas entre esferas de governo. — In: *Finanças públicas / C. C. Eris ... et alii.* — São Paulo : FIPE/PIONEIRA, 1983. 198 p., p. 153-64. 646

- . *Economia urbana, custos de urbanização e finanças públicas /* organizado por J. Rizzieri. — São Paulo : FIPE/USP, 1982. 298 p. — (Relatório de pesquisa ; 10). 647

- . *Economia urbana, localização e relações setoriais /* organizado por J. Rizzieri. — São Paulo : FIPE/USP, 1982. 255 p. — (Relatório de pesquisa ; 9). 648

- . *Finanças governamentais num regime federativo. Pesq Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (3) 82. 649

- . Impacto regional das finanças federais. *R. Econ. Nord.*, Fortaleza, 13 (3) 82. 650

- . Imposto de Renda como instrumento de reforma. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 37 (10) 83. 651

- . O IPTU como fonte de recursos a nível municipal / co-autor: José C. S. Lima. *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (1) 82. 652
- . ITR progressivo : uso da terra e finança municipal. *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (2) 82. 653
- . Notas sobre o imposto inflacionário. *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (3) 82. 654
- . Prontos para um novo federalismo fiscal? *R. de Finanças Públicas*, São Paulo, 42 (350) 82. 655
- . Quantificação do Setor Público. — In: *A CRISE do "bom padrão"* / Paulo Rabello de Castro, ed. — Rio de Janeiro : CEDES/ ANPEC, 1982. 196 p. 656
- . Reforma do Imposto de Renda. *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (3) 82. 657
- . Restricted origin principle under triangular trade flows : implication for trade and tax revenues. *Journal of Development Economics*, 10 (1) :103-12, 1982. 658
- . Rumo ao Imposto de Renda abrangente. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 36 (6) 82. 659
- . O sistema tributário brasileiro / co-autores: Paulo Rabello de Castro e H. Braga. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 36 (8) 82. 660
- MUNHOZ, Dércio Garcia (ECO/UnB). *Controle das taxas de juros : a viabilidade de compatibilização com o financiamento da dívida externa e da dívida pública interna*. — Brasília : UnB, 1982. 99 f. : tab. — (Texto para discussão ; 91). 661
- . *Déficits públicos brasileiros*. — Término previsto: março de 1984.
- Resumo: análise da origem dos déficits públicos brasileiros. Papel da dívida pública interna e externa não como resultado, mas como fonte de déficits não explicitados como tal. Equívocos na inclusão das empresas estatais como fonte de déficits públicos. Inadequação dos instrumentos de avaliação e controle. 662

400 ECONOMIA INTERNACIONAL

420 *Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica*

Ver também: 734.

MUNHOZ, Dércio Garcia (ECO/UnB). *Limitações na utilização da política comercial*. — Término previsto: março de 1984.

Resumo: procura evidenciar que a alteração nas taxas de câmbio, com caráter concorrencial ou mesmo sob a paridade de poder de compra, não permite superar limitações impostas pela realidade dos mercados. 663

———. *Política comercial brasileira : em busca de definições. Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 36 (2):64-8, fev. 1982. 664

430 *Balanco de Pagamentos, Finanças Internacionais*

Ver também: 661 ; 663.

MUNHOZ, Dércio Garcia (ECO/UnB). *Dívida externa : o inevitável confronto*. — Brasília : UnB, 1983, 38 p. — (Texto para discussão ; 108). 665

———. *Negociações com os bancos credores : a urgência na redefinição de objetivos*. — In: *FMI versus Brasil : a armadilha da recessão*. — São Paulo : Gazeta Mercantil, nov. 1983. p. 37-48. 666

TOSCANO, Rosália Souza (FACE/UFGM). *Os desacertos na política cambial do Brasil : um breve estudo sobre os "choques cambiais" e seus reflexos sobre a balança comercial e sobre a captação de recursos no exterior — 1979/1983*. — Concluído em outubro de 1983.

Resumo: tece algumas considerações a respeito da política cambial no Brasil a partir de 1979 até fevereiro de 1983, em especial observa o desequilíbrio estabelecido pela mesma em torno dos seguintes objetivos: incentivo à tomada de recursos externos e promoção das exportações. 667

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA;
ESTUDOS INDUSTRIAIS

610 *Organização Industrial e Política do Governo*

MACEDO, Luiz Antonio de Matos (CEDEPLAR/UFMG). *Algumas medidas de concentração industrial no Brasil : 1950-1970*. — Trabalho apresentado no Seminário sobre Economia Industrial : Rio de Janeiro : 1983, patrocinado pela ANPEC e IEI/UFRJ. 668

630 *Estudos Industriais*

Ver também: 623 ; 624 ; 735.

ARAUJO, Paulo F. Cidade de (ESAI.Q/USP). *Energy balance of the production of ethyl alcohol in a micro distillery*. — Trabalho apresentado no International Symposium on Alcohol Fuel Technology, 5. : New Zeland : 1982. 669

MACEDO, Roberto B. M. (FIEP/USP). *Produtividade na indústria de construção civil : uma análise introdutória*. — Relatório de pesquisa para a Fundação Emílio Odebrecht. — Concluído em 1982.

Resumo: estudo sobre a produtividade na indústria de construção civil. 670

TOSCANO, Rosália Souza (FACE/UFMG). *O padrão de competição de indústria automobilística no Brasil, 1976/81 : o impacto da FIAT automóveis*. — Concluído em março de 1983. — Tese (ME). Orientador: Prof. João Antônio de Paula.

Resumo: o objetivo da pesquisa é o exame do padrão de concorrência desenvolvido na indústria automobilística brasileira em seus aspectos reais e financeiros, a partir dos últimos anos da década de 70, tendo em vista a entrada da FIAT automóveis naquela indústria. 671

700 AGRICULTURA; RECURSOS NATURAIS

710 Agricultura

Ver também: 606 ; 628 ; 629 ; 630 ; 631 ; 632 ; 643.

ARAUJO, Paulo F. Cidade de (ESALQ/USP). Agricultura brasileira sem subsídio. *R. de Econ. Rural*, Brasília, 21 (3) 83. 672

———. Agro-indústria e desenvolvimento regional. *O Solo*, 75 (1) 83. 673

———. Uma análise quantitativa do crédito rural no Estado de São Paulo. In: *AGRICULTURA em São Paulo* (no prelo). 674

———. Biotechnology in agriculture of developing countries : an economic perspective / co-autores: J. J. de C. Engler, R. Shiota. — In: *BIOTECHNOLOGY of plants and microorganisms*. — Ohio : Ohio State University Press, 1983. 675

———. O crédito rural e sua distribuição no Brasil. *Est. Econ.*, São Paulo, agosto de 1983. 676

———. *Desenvolvimento da agricultura : estudos de casos* / coord. G. E. Schuh. — São Paulo : Ed. Pioneira, 1983. 399 p. 677

———. Taxa de juros e subsídios no crédito rural. *Boletim Agricultura*, 1 (2) 82. 679

FONSECA, Victor Hugo da (ESALQ/USP). Análise econométrica de dados experimentais sobre a produção de trigo em um sistema de produção trigo-soja / co-autor: Rodolfo Hoffmann. *R. Econ. Rural*, Brasília, 20 (1) 82. 679

LEITE, Pedro Sisnando (CAEN/UFC). Desigualdades regionais no meio rural. *R. Econ. do Nord.*, Fortaleza, 13 (3) jul./set. 1982. 680

LLANILLO, Rafael Fuentes (IAPAR, Londrina). *Caracterização da estrutura de produção agropecuária do Estado do Paraná*. — Término previsto: setembro de 1984. — Tese (ME). Orientador: Rodolfo Hoffmann.

Resumo: determinação de zonas diferenciais de estrutura agrária pelo uso de análise multivariada e análise das áreas típicas de produção no período 1970-80. 681

NABUCO, M. Regina (CEDEPLAR/UFMG). *Agricultura, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais : 1950/80*. — Belo Horizonte : CEDEPLAR, 1982. — (Texto para discussão : 13). 682

———. Tendências recentes da agricultura mineira / co-autor: Valdemar Sevilha. — In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA (2. : Diamantina : 1983). *Anais ...* — Belo Horizonte : CEDEPLAR, 1983. p. 169-189. 683

———. *Transformações recentes na produção do Cerrado do Triângulo Mineiro*. — Concluído em abril de 1982.

Resumo: análise do processo de modernização agrícola do Triângulo Mineiro no período 1970-80 e suas implicações na expansão agroindustrial e na ocupação agrícola. 684

———. *Da vocação agrícola à industrialização da agricultura : metas de política econômica em Minas Gerais 1950/80*. — Concluído em novembro de 1982.

Resumo: análise das políticas agrícolas mineiras no período considerado, demonstrando a eficiência recente (década de setenta) na implementação do projeto de capitalização do campo. 685

NAMEKATA, Yoshio (IEA, São Paulo). Oferta de citros no Estado de São Paulo / co-autores: Alexandre Aad Neto ... *et alii*. *R. Ceres*, Viçosa, 29 (161) : 1-12, jan./fev. 1982. 686

PORTO, Victor Hugo da Fonseca (ESALQ/USP). Análise econométrica de dados experimentais sobre a produção de trigo em um sistema de produção trigo-soja / co-autor: Rodolfo Hoffmann. *R. Econ. Rural*, Brasília, 20 (1) 82. 687

SILVA, José Graziano da (DEPE/UNICAMP). *A modernização dolorosa*. — Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 192 p. 688

———. *O progresso técnico na agricultura*. — Término previsto: maio de 1985.

Resumo: abordagem teórica das especificidades do progresso técnico na agricultura. 689

———. *A relação Setor Público-Privado na geração de tecnologia agrícola no Brasil*. — Término previsto: junho de 1985.

Resumo: análise dos determinantes do desenvolvimento do Setor Privado de pesquisa agrícola e suas relações com o Setor Público nos ramos dos insumos químicos, máquinas agrícolas e sementes. 690

SILVA, Sérgio S. (DEPE/UNICAMP). *Estudos sobre a estrutura de produção no campo*. — Campinas : UNICAMP, 1983. — (Cadernos IFCH ; 11). 691

———. *Novos estudos sobre a estrutura da produção no campo*. — Término previsto: 1984.

Resumo: análise de outros aspectos da estrutura agropecuária brasileira com base em tabulações especiais do censo de 1975, tendo como variável principal o valor da produção dos estabelecimentos. 692

———. Sobre a estrutura de produção no campo. — In: *DESENVOLVIMENTO capitalista no Brasil : ensaios sobre a crise* / organizado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho. — São Paulo : Ed. Brasiliense, 1983. n. v., v. 2. 693

SOUZA, Paulo Renato C. (DEPE/UNICAMP). *Cana-de-açúcar, produção de álcool y los intereses de las transnacionales en Brasil*. — Concluído em 1982. Trabalho realizado para a CEPAL. 694

VENO, Lúcia Hathue (IEA/SP). *O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980*. — Término previsto: dezembro de 1984. — Tese (ME). Orientador: Rodolfo Hoffmann.

Resumo: estuda o deslocamento do cinturão verde de São Paulo através da análise de sete produtos hortícolas: tomate, cenoura, abobrinha, pimentão, alface, couve e repolho. 695

800 MÃO-DE-OBRA; EMPREGO; POPULAÇÃO

820 Mercado de Trabalho, Política do Governo

MACEDO, Roberto B. M. (FIEP-USP). *Elementos para a análise dos salários nas entidades sob jurisdição do Conselho Nacional de Política Salarial*. — Relatório de pesquisa para a FIEP. — Concluído em 1983.

Resumo: estudo de diferenciais de salários entre empresas privadas e estatais. 696

- . A rotatividade de mão-de-obra no ciclo econômico. *Análise Conjuntural do Emprego*, Boletim FIPE-Ministério do Trabalho. n. 4, abril 1982. 697
- . Salário mínimo e pobreza no Nordeste. *R. Econ. Nord.*, 13 (2):243-82, abr./jun. 1982. 698
- NABUCO, M. Regina (CEDEPLAR/UFMG). *Análise das transformações na estrutura de emprego no Brasil* / co-autores: José Alberto M. de Carvalho e Paulo Paiva. — Término previsto: maio de 1984. — Relatório de pesquisa para o CNRH/IPEA.
- Resumo: análise de dados censais e de PNAD com respeito à evolução do emprego urbano e rural no Brasil na década de 70 e algumas perspectivas para a década de 80. 699
- SILVA, José Graziano da (DEPE/UNICAMP). Capitalist modernization and employment in Brazilian agriculture, 1960-1975. *Latin American perspectives*, Califórnia, 11 (1):117-36, Winter. 700
- . Tecnologia e campesinato : o caso brasileiro / co-autores: José Graziano da Silva ... et alii. *R. Econ. Pol.*, São Paulo, 3 (4):21-56, out./dez. 1983. 701
- SOUZA, Paulo Renato C. (DEPE/UNICAMP). Desemprego, um grave problema ainda não equacionado / co-autores: C. Salm ... et alii. — In: *POLÍTICA de emprego*. — Rio de Janeiro, s.n., 1982. 702
- . Elementos para um modelo de determinação da mobilidade ocupacional. — In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. (3. : Vitória : 1982). *Anais* ... 703
- . Os impasses atuais das políticas de emprego e salários. — In: *DESENVOLVIMENTO capitalista no Brasil : ensaios sobre a crise* / organizado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho. — São Paulo : Ed. Brasiliense, 1982. n.v., n. 2. 704
- . Notas sobre a política salarial no Brasil / co-autores: Adwaldo M. da Silva et alii. — In: *FMI versus Brasil : a armadilha da recessão*. — São Paulo : Gazeta Mercantil, 1983. 705

———. *Notas sobre estrutura del empleo y sus implicaciones en el crecimiento demográfico en América Latina*. — Concluído em novembro de 1983. 706

———. Política salarial e evolução da estrutura de salário no Brasil / co-autor: Paulo Vieira da Cunha. *R. Iberoamericana*, Madrid, I (2) 82. 707

830 *Sindicatos, Dissídios Coletivos, Relações de Emprego (Empregador-Empregado)*

SILVA, José Graziano da (DEPE/UNICAMP). *Acidentes de trabalho e modernização da agricultura brasileira*. — Término previsto: maio de 1985.

Resumo: análise dos dados disponíveis sobre acidentes de trabalho na agricultura brasileira nos últimos anos. 708

840 *Demografia Econômica*

ARAGÓN VACA, Luis Eduardo (NAEA/UFPA). *O despovoamento do território amazônico : contribuições para a sua interpretação : introdução* / co-autor: Luc J. A. Mougeot. — Belém : UFPA, 1983. p. 9-26. — (Cadernos NAEA ; 6). 709

———. Despovoamento rural da Amazônia brasileira. — In: SEMINÁRIO EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA. (Brasília : 10-13 : nov. 1981). *Anais ...* — Brasília : UnB, 1982. v. 2. 710

———. *A methodological alternative to study migration in Latin America*. — Comunicação apresentada à Reunião do Grupo de Trabalho Desenvolvimento de Terras nos Trópicos / União Geográfica Internacional : Belo Horizonte : ago. 1982. 711

———. *Mobilidade geográfica e ocupacional no norte de Goiás : um exemplo de migração por sobrevivência*. — Belém : UFPA, 1983. p. 91-122. — (Cadernos NAEA ; 6). 712

———. *Um paradigma para o estudo da migração?* — Belém, 1982. p. 35-42. — (Seminários e debates SEPEQ/NAEA ; 7). 713

———. *El problema migratorio en la Pan Amazonia : una aproximación teórica y una alternativa metodológica.* — Trabalho apresentado no Encontro Brasil-Colômbia sobre el Amazonas : 3. : Bogotá : 1982, patrocinado pela Universidad Jorge Tadeo Lozano. 714

———. *Uso potencial das redes de parentesco como alternativa metodológica para o estudo da migração na América Latina.* — Trabalho apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 3. : Vitória : 1982. — Resumo publicado em Resumos ABEP. 1982. p. 539-40. 715

BENTES, Rosalvo Machado (NAEA/UFGA). *A Zona Franca e o processo migratório para Manaus.* — Concluído em maio de 1982. — Tese (ME). Orientador: Luis Eduardo Aragón Vaca.

Resumo: impacto da Zona Franca no processo de migração interna no Estado do Amazonas. 716

OLIVEIRA, Cléo Conceição Resque de (NAEA/UFGA). *Urbanização e retenção populacional numa área decadente da Amazônia : o caso de Soure, Pará.* — Concluído em julho de 1983. — Tese (ME). Orientador: Luis Eduardo Aragón Vaca.

Resumo: relação entre a retenção populacional e o processo de urbanização. Soure como ponto de passagem de migrantes. 717

SAWYER, Donald R. (CEDEPLAR/UFGA). *Industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica.* — Trabalho apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 3. : Vitória : 1982. — Resumo publicado em Resumos ABEP. 718

———. *Industrialization of Brazilian agriculture and debilitation of the Amazon frontier.* — Concluído em agosto de 1982.

Resumo: o trabalho aponta possíveis novos rumos de redistribuição populacional e oferece uma explicação em termos de reconcentração espacial da agricultura à medida que esta se integra à indústria. 719

———. *Migrações humanas e doenças tropicais : fatores sociais.* — In: *DOENÇAS e migração humana* / Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. — Brasília : Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1982. p. 121-33. 720

———. Movilidad espacial de la fuerza de trabajo y la población en la Amazonia brasileña. *Glacso, Migración y Desarrollo*, Buenos Aires, n. 6, 1983. p. 233-5. 721

———. Ocupación y desocupación de la frontera agrícola en el Brasil : un ensayo de interpretación estructural y espacial. — In: *EXPANSIÓN de la frontera agropecuária y médio ambiente en América Latina*. — Madrid : CIFCA, 1983. p. 80-104. Trabalho realizado para Comissão Econômica para América Latina, Programa de Nações Unidas para o Meio Ambiente. 722

900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA

910 *Programas de Bem-Estar Social*

MACEDO, Roberto B. M. (FIPE-USP). *Aposentadoria por idade e/ou tempo de serviço : a experiência internacional*. — Relatório de pesquisa para a FIPE. — Concluído em 1982.

Resumo: discussão do problema do limite de idade nas regras de aposentadoria. 723

———. A dimensão social da crise. — In: *FMI versus Brasil : a armadilha da recessão*. — São Paulo : Gazeta Mercantil, 1983. 724

———. Previdência social : rumo às crises futuras. — In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*. (10. : Aguas de São Pedro : 1982). *X Encontro Nacional ...* — Brasília : ANPEC, 1982. 3 v., v. 3, p. 953-86. 725

ROMÃO, Maurício (PIMES/UFPE). Resenha de: "Índices de desigualdade de renda e medidas de concentração industrial / José W. Rossi". — Concluída em agosto de 1983. 726

———. Resenha de: "Income inequality and poverty : methods of estimation and policy applications / Nanak C. Kakwani". — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 14 (2) :577-80, ago. 1984. 727

930 *Economia Urbana*

- MACEDO, Zilton Luiz (EMPLASA, São Paulo). *A grande São Paulo hoje* / co-autores: Zilton Luiz Macedo e equipe do SIPLAN. — São Paulo : EEMPLASA-Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A, 1982. 105 p. 728

940 *Economia Regional*

Ver também: 680 ; 726.

- CANO, Wilson (DEPE/UNICAMP). Desequilíbrios regionais no Brasil : alguns pontos controversos. — In: *DESENVOLVIMENTO capitalista no Brasil : ensaios sobre a crise* / organizado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho. — São Paulo : Ed. Brasiliense, 1983. n. v., v. 2. 729

———. Desequilíbrios regionales en el Brasil : algunos puntos de controversia. *R. Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, Santiago, 9 (26) dez. 1982. 730

———. *Economia do ouro em Minas Gerais : séc. XVIII*. — Campinas : UNICAMP, 1983. — (Cadernos IFCH; 10). Reedição. 732

———. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. — 2. ed. — São Paulo : T. A. Queiroz, 1983. 732

———. *A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX) : uma hipótese* / co-autor: Francisco Vidal Luna. — Campinas : UNICAMP, 1983. — (Cadernos IFCH ; 10). 733

LIMA, João Heraldo (CEDEPLAR/UFGM). Uma breve nota sobre o desempenho recente das exportações de Minas Gerais. — In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. (2. : Diamantina : 1983). *Anais ...* — Belo Horizonte : CEDEPLAR-FACE/UFGM. 734

MACEDO, Zilton Luis (EMPLASA, São Paulo). *Industrialization and urbanization in the state of São Paulo 1950/1970*. — Concluído em junho de 1983. — Tese (DO). Orientador: Nigel Harris.

Resumo: analisa a influência do processo de industrialização sobre o crescimento urbano do Estado de São Paulo desagregado até o nível de município. Demonstra que a tese de *over-urbanization* não se aplica. 735

LISTA DAS INSTITUIÇÕES

CAEN/UFCE

Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste — Universidade Federal do Ceará.

CEDEPLAR/UFMG

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — Universidade Federal de Minas Gerais.

DEPE/UNICAMP *

Departamento de Economia e Planejamento Econômico — Universidade Estadual de Campinas.

ECO/UnB

Departamento de Economia da UnB — Universidade de Brasília.

EMPLASA, São Paulo

Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A.

ESALQ/USP

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Universidade de São Paulo.

FACE/UFMG

Faculdade de Administração e Ciências Econômicas — Universidade Federal de Minas Gerais.

FEA/USP

Faculdade de Economia e Administração — Universidade de São Paulo.

FIPE/USP

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas — Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

FJP, Belo Horizonte

Fundação João Pinheiro — Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Minas Gerais.

* Atualmente Instituto de Economia da UNICAMP. (N. do E.).

IAPAR, Londrina

Fundação Instituto Agrônomo do Paraná.

IEA, São Paulo

Instituto de Economia Agrícola — Coordenadoria de Pesquisas Agropecuária. Secretaria da Agricultura do Governo de São Paulo.

IEPE/UFRGS

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas — Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NAEA/UFPA

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos — Universidade Federal do Pará.

PIMES/UFPE

Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia — Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

EIGHTH WORLD CONGRESS OF THE INTERNATIONAL ECONOMIC ASSOCIATION

New Delhi, India, 1 - 5 December 1986

"THE BALANCE BETWEEN INDUSTRY AND AGRICULTURE IN ECONOMIC DEVELOPMENT"

At the invitation and with the support of the Indian Economic Association, the Eighth IEA World Congress is scheduled to be held in New Delhi, India, on 1 - 5 December 1986. The scientific program is being prepared by an international Program Committee chaired by the IEA President, Kenneth J. Arrow, and composed as follows: Sukhamoy Chakravarty, IEA Vice-President and Vice-Chairman of the Congress, Department of Economics, Delhi University, India; Irma Adelman, Department of Agricultural and Resource Economics, University of California, USA; P. R. Brahmananda, Department of Economics, Bombay University, India; Béla Csikos-Nagy, President of the Hungarian Economic Association, Budapest, Hungary; Shigeru Ishikawa, Aoyama Gakuin University, Japan; Nurul Islam, Assistant Director General, Economic and Social Policy Department, FAO; Bruce Johnston, Food Research Institute, Stanford University, USA; Paolo Sylos Labini, Istituto di Economia, Università degli Studi di Roma, Italy.

In addition to one or two general sessions at which major overview addresses will be arranged, seventeen Sessions will be organized as per the outline given below.

All those interested in presenting a paper are requested to submit their proposal together with an abstract thereof to Professor Kenneth J. Arrow, IEA President, Department of Economics, Stanford University, Stanford, California 94305, USA.

PROGRAM OUTLINE

1. Sector Proportions and Economic Development: Theory and Cross-Section Comparisons

What are the differing ratios of agriculture to industry across low-income countries? What is the theoretical understanding of these ratios as economies move into different stages of development?

2. Sector Proportions and Economic Development: Country Experiences

This session should deal with the historical experience of specific countries or groups of countries, such as East Asian, African, Latin American, and South Asian.

3. Agriculture and Industry in Socialist Experience

The experiences of the Soviet Union, the Chinese People's Republic, and Eastern Europe could be studied in this session.

4. Overall Growth Rates and Sector Growth Rates

How do differing relative growth rates for agriculture and industry affect the overall growth rate? For example, to what extent is food supply a bottleneck to industrial growth? This session is designed to take a global view of problems which will be studied in more detail in other sessions.

5. Effects of Sector Growth Rates on Real Magnitudes

What are the effects of varying the relative rates of growth of the two sectors on infrastructure, energy usage, incremental capital-output ratios, and environmental effects of land use and pollution?

6. Technological Interdependence between Agriculture and Industry

What are the technological linkages between the two sectors, the possibilities of technological transfer (e.g. the "green revolution"), similarities and differences in production structures, and profit and surplus rates.

7. The Effects on Social Justice

What are the effects of differing relative sector growth rates and agrarian reform on poverty, income distribution, and relative wages in the different sectors?

8. Relative Price Movements in Agriculture and Industry

Internal terms of trade: fixed prices in industry versus flexible agricultural prices, incentives for agricultural supply (credit versus prices); effects of domestic supply shocks, wage indexation, and inflation; self-consumption versus market agriculture.

9. Resource Transfer across Sectors

Effects of terms of trade, public policy, and private reinvestment of surplus from one sector to another; generation of savings in different sectors; monetary and fiscal policies and consequences.

10. Labor Allocation

Rural labor markets (sharecropping, resident laborers, and daily workers); labor migration between sectors, both quantitative and qualitative; rural/urban wage differentials and minimum wage legislation; transition from "unlimited" to "limited" labor supplies.

11. World Trade and Agricultural/Industrial Balance

Effects on balance of payments of different relative sector growth rates, within agriculture as well as between agriculture and industry; trends and future prospects of international commodity prices and world interest rates and their implications.

12. Effects of Sectoral Shifts on Social Variables

Effects on wants, population, and administrative, political, and institutional requirements.

13. Protection of Agricultural and Industrial Products

Effects of and on differential growth rates for specific agricultural and industrial products; control versus liberalization in agricultural products.

14. Economic Organization in the Rural Areas

Role of large scale agri-businesses and small-scale farms; large versus small farms; credit and marketing; implications for fuller resource utilization and incentives for innovation in agriculture.

15. Industrialization in Primary Export Economies

The special problems of sparsely populated mono-cultural countries; changing export base in response to changing international trade patterns; import substitution versus export promotion strategies for industrialization; effects of marketing boards in redirecting resource flows.

16. Agriculture and Industry in The History of Economic Thought

The concepts of the leading economists from Adam Smith on; institutional factors and the market.

17. Demographic Policy and the Balance between Agriculture and Industry

What are the implications of demographic policy for sectoral balance? What are the implications of differing sectoral growth rates towards the need for and feasibility of demographic policy?

In addition, a number of parallel sessions will be held on specific problems of the Indian Economy. These will be directly organized by the Indian Economic Association.

REQUESTS FOR INFORMATION SHOULD BE ADDRESSED TO:

**INTERNATIONAL ECONOMIC ASSOCIATION
23, Rue Campagne Première
76014 PARIS, FRANCE**

PNPE - PNPE - PNPE - PNPE

FINANCIAMENTO À PESQUISA ECONÔMICA - 1986

PROJETOS DE PESQUISA

Inscrições { Primeira seleção: até 28 de fevereiro
Segunda seleção: até 31 de julho
Remuneração do Pesquisador: 70 a 120 ORTN mensais
Tema: livre
Número de Projetos: 20 por ano

PESQUISAS CONCLUÍDAS

Inscrições a partir de março
Remuneração do Autor: 500 ORTN
Publicação: sob a forma de livro
Número de Pesquisas: 10 por ano

TESES DE MESTRADO E DOUTORADO

Inscrições { Primeira seleção: até 31 de março
Segunda seleção: até 31 de agosto
Remuneração: 25% acima da bolsa da CAPES
Tema: livre

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS: NOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO
OU NA SECRETARIA EXECUTIVA DO PNPE**

Av. Pres. Antônio Carlos, 51, 16º and. CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (021) 220-4078

PNPE - PNPE - PNPE - PNPE

formulário para assinatura da revista
Pesquisa e Planejamento Econômico

.....
Desejo ser assinante, por 1 ano (3 números), da revista **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Estou enviando, junto com este formulário, o cheque n.º, do Banco, em nome do "Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)", no valor de Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros).

Nome:

Rua: n.º

Bairro: CEP

Cidade: Estado:

.....
assinatura do pretendente

15(3)
.....
.....

formulário para assinatura da revista
Literatura Econômica

.....
Desejo ser assinante, por 1 ano (3 números e 6 suplementos), da revista **Literatura Econômica**. Estou enviando, junto com este formulário, o cheque n.º, do Banco, em nome do "Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)", no valor de Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros).

Nome:

Rua: n.º

Bairro: CEP

Cidade: Estado

.....
assinatura do pretendente

15(3)
.....
.....

Recorte e envie estes formulários para:
IPEA — SERVIÇO Editorial
Av. Pres. Antônio Carlos, 51/13.º andar
Caixa Postal 2672
20020 — Rio de Janeiro (RJ)

pesquisa e planejamento econômico

SUMÁRIO DO VOLUME 15

ABRIL DE 1985

NÚMERO 1

Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada — Eduardo M. Modiano

Reflexões sobre o dilema entre inflação e crescimento econômico na década de 80 — Cláudio R. Contador

Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil: 1973/83 — Helson C. Braga, Flávio Castelo Branco e Pedro S. Malan

Sistemas alternativos de indexação salarial: uma análise teórica — Francisco Lafaiete Lopes

Efeitos macroeconômicos de uma redistribuição de renda: um estudo para o Brasil — Ronaldo Lamounier Locatelli

Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil — Rodolfo Hoffmann e Angela A. Kageyama

Uma avaliação econômica dos impactos ambientais decorrentes da produção de carvão mineral — Sérgio Margulis

Notas sobre uma nova decomposição do índice de Gini — José W. Rossi

Structuralist macroeconomics, de Lance Taylor (Resenha) — Edmar L. Bacha

Dangerous currents. The state of economics, de Lester C. Thurow (Resenha) — Clóvis Cavalcanti

outras publicações do ipea

- Estrutura industrial no Brasil: concentração e diversificação — Sergio Buarque de Holanda Filho Cr\$ 6 800
- A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo — Fernando de Holanda Barbosa Cr\$ 6.750
- Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil — Charles C. Mueller Cr\$ 9 370
- Microeconomia: teoria, modelos econométricos e aplicações à economia brasileira — Fernando de Holanda Barbosa Cr\$ 24 000
- Empresas do governo como instrumento de política econômica: os sistemas Siderbrás, Eletrobrás, Petrobrás e Telebrás — Annibal Villanova Villela Cr\$ 10 400
- Um modelo macroeconômico de política a curto prazo para o Brasil — Milton P. Assis Cr\$ 8.460
- Engenharia e consultoria no Brasil e no Grupo Andino: possíveis áreas de cooperação — Projeto de Pesquisa Conjunta IPEA/CEPAL Cr\$ 15 500
- Política e financiamento do sistema de saúde brasileiro: uma perspectiva internacional — William Paul McGreevey, Lúcia Pontes de Miranda Baptista, Vitor Gomes Pinto, Sérgio Francisco Piola e Solon Magalhães Vianna/Saúde para poucos ou para muitos: o dilema da zona rural e das pequenas localidades — Vitor Gomes Pinto Cr\$ 13.250
- Literatura Econômica, vol. 7, n.º 2 (jun. 1985)

pedidos pelo reembolso postal:
serviço editorial — av. presidente antônio carlos, 51/13.º andar
cep 20020 — rio de janeiro (rj)



IMPRESSO NO CENTRO
DE SERVIÇOS GRÁFICOS DO IBGE